



2009

PRESTAÇÃO DE CONTAS
RELATÓRIO DE GESTÃO

maia
CÂMARA MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA

António Gonçalves Bragança Fernandes

VICE - PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA

António Domingos Silva Tiago

VEREADOR

Mário José Gomes Gouveia

VEREADORA

Ana Miguel Ferreira da Silva Vieira de Carvalho

VEREADOR

Mário Nuno Alves de Sousa Neves

VEREADOR

José Manuel Santos Correia

VEREADOR

Paulo Fernando de Sousa Ramalho

VEREADORA

Marta Moreira de Sá Peneda

VEREADORA

Maria Inês Loureiro Rodrigues

VEREADOR

Manuel Marques Nogueira dos Santos

VEREADOR

Hernâni Avellino da Costa Ribeiro

2009

RELAÇÃO NOMINAL DOS RESPONSÁVEIS

maia
CÂMARA MUNICIPAL



2009

ÍNDICE

maia
CÂMARA MUNICIPAL

INTRODUÇÃO	9
ANÁLISE ORÇAMENTAL	13
EXECUÇÃO GLOBAL DO ORÇAMENTO	15
ORÇAMENTO INICIAL VERSUS FINAL E EXECUÇÃO	17
ALTERAÇÕES E REVISÕES AO ORÇAMENTO	18
RELAÇÃO ENTRE RECEITA E DESPESA	22
Evolução dos Fluxos Monetários	22
Poupança Corrente	23
Fontes de Financiamento do Investimento	24
FLUXOS DE CAIXA E CONTAS DE ORDEM	26
Fluxos de Caixa	26
Contas de Ordem	28
EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DA RECEITA	31
ANÁLISE GLOBAL DA RECEITA	33
Receitas Próprias	34
Receitas Liquidadas e não Cobradas	39
Transferências	40
Passivos Financeiros	47
EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DA DESPESA	49
ANÁLISE GLOBAL DA DESPESA	51
DESPESAS DE FUNCIONAMENTO	52
Despesas com Pessoal	53
Despesas com Aquisição de Bens e Serviços	58
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	62
INVESTIMENTO GLOBAL	64
Investimento Directo	65
Transferências de Capital	72
Activos Financeiros	74
GRANDES OPÇÕES DO PLANO	75
Funções Gerais	78
Funções Sociais	79
Funções Económicas	82
ANÁLISE DA DÍVIDA DO MUNICÍPIO	83
ENQUADRAMENTO	85
ENDIVIDAMENTO – <i>STRICTO SENSU</i>	86
DÍVIDA GLOBAL	86
DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO	87

Serviço de Dívida	90
Composição da Dívida de Médio e Longo Prazo no Fim da Gerência	93
Previsão da Dívida de Médio e Longo Prazo no fim do ano 2010	94
DÍVIDA DE CURTO PRAZO	95
ENDIVIDAMENTO – LATO SENSU	97
LIMITES LEGAIS DE ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL	98
ENTIDADES RELEVANTES PARA OS LIMITES LEGAIS	99
LIMITE À CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	100
Limite dos Empréstimos de Curto Prazo	100
Limite dos Empréstimos de Médio e Longo Prazo	100
LIMITE AO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO MUNICIPAL	104
<u>ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA</u>	<u>107</u>
BALANÇO	109
ACTIVO	111
Imobilizado	111
Circulante	113
Acréscimos e Diferimentos	115
PASSIVO	116
Dívidas a Terceiros	116
Acréscimos e Diferimentos	118
FUNDOS PRÓPRIOS	119
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	121
<u>PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</u>	<u>125</u>
<u>INDICADORES DE GESTÃO</u>	<u>129</u>
INDICADORES PARA ANÁLISE DA CONTABILIDADE ORÇAMENTAL	131
INDICADORES PARA ANÁLISE DA CONTABILIDADE PATRIMONIAL	132
<u>ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</u>	<u>133</u>
INTRODUÇÃO	135
8.1 – CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE	135
8.1.1. Identificação	135
8.1.2. Legislação	135
8.1.3. Estrutura Organizacional Efectiva	136
8.1.4. Descrição Sumária das Actividades	136
8.1.5. Recursos Humanos	136
8.1.6. Organização Contabilística	138

8.1.7. outras informações relevantes	138
NOTAS AO BALANÇO E A DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	139
8.2 – NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	141
Nota 8.2.1 – Derrogação das disposições do POCAL	141
Nota 8.2.2 – Valores Comparativos	141
Nota 8.2.3 – Critérios valorimétricos	141
Nota 8.2.6 – Comentário às contas 43.1 «Despesas de Instalação» e 43.2 «Despesas de Investigação e Desenvolvimento»	142
Nota 8.2.7 – Movimentos ocorridos nas rubricas do activo imobilizado e nas respectivas amortizações e provisões	142
Nota 8.2.8 – Desagregação de cada uma das rubricas dos mapas antecedentes	142
Nota 8.2.11 – Quadro Discriminativo das Reavaliações	142
Nota 8.2.14 – Relação dos bens do imobilizado que não foi possível valorizar, com indicação das razões dessa impossibilidade	142
Nota 8.2.15 – Identificação dos bens de domínio público que não são objecto de amortização e indicação das respectivas razões	143
Nota 8.2.16 – Identificação das Entidades Participadas	143
Nota 8.2.18 – Discriminação da Conta «Outras aplicações financeiras»	144
Nota 8.2.22 – Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes do balanço	144
Nota 8.2.26 – Descrição desagregada das responsabilidades, por garantias e cauções prestadas e recibos para cobrança de acordo com o mapa respectivo.	144
Nota 8.2.27 – Desdobramento das contas de provisões acumuladas	145
Nota 8.2.28 – Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício de cada uma das contas da classe 5 – Fundo Patrimonial	147
Nota 8.2.29 – Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	148
Nota 8.2.31 – Demonstração dos resultados financeiros	148
Nota 8.2.32 – Demonstração dos resultados extraordinários.	149
NOTAS AO PROCESSO ORÇAMENTAL E RESPECTIVA EXECUÇÃO	151
8.3 – NOTAS AO PROCESSO ORÇAMENTAL E RESPECTIVA EXECUÇÃO	153
Nota 8.3.1 – Modificações ao orçamento	153
Nota 8.3.2 – Modificações ao plano plurianual de investimentos	153
Nota 8.3.6 – Endividamento	153



2009

INTRODUÇÃO

maia
CÂMARA MUNICIPAL

Nos dias de hoje assume particular relevância a importância do conceito e prática de *Accountability* no seio da administração pública, bem como a necessidade de aos gestores públicos e aos responsáveis políticos lhes ser exigida uma atitude de *Accountability*. Não obstante o termo ser de difícil tradução, é por todos considerado como um sinónimo de uma exigente prestação de responsabilidades de actos de gestão pública, não só na perspectiva contabilística monetária e financeira como também sobretudo no mérito e eficácia da concretização de programas pré estabelecidos e estrategicamente aferidos a planos de acção.

A obrigação de prestar contas, neste sentido amplo, é tanto maior quanto a função é pública, ou seja, quando se trata do desempenho de cargos pagos pelo dinheiro dos contribuintes.

Dentro deste espírito, o órgão executivo de um município tem então de prestar contas em momentos diversos e a diferentes destinatários, como sejam:

- Aos eleitores, sobre o cumprimento dos compromissos assumidos previamente no programa eleitoral;
- Ao órgão deliberativo, Assembleia Municipal, a quem presta verdadeiramente contas para que este as aprecie em sessão ordinária a ocorrer durante o mês de Abril;
- Ao Tribunal de Contas, a quem presta jurisdicionalmente contas da sua actividade financeira;
- Ao Ministério da Administração Interna (DGAL e CCDR) e a outros órgãos de controlo externo (DGO e INE), a quem presta contas do ponto de vista da legalidade administrativa, pela do reporte regular da respectiva informação financeira.

Confrontados os decisores políticos com esta necessidade, sobressai a importância do papel do sistema contabilístico, cabendo-lhe assegurar a obtenção de informação económica, financeira e patrimonial, fiável e oportuna, e que possibilite a tomada de decisões e uma gestão mais eficiente, eficaz e económica na utilização dos sempre escassos recursos financeiros.

Na prossecução deste fim, o regime de contabilidade autárquica legalmente estabelecido (POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, e respectivas alterações) determina a elaboração do relatório de gestão como peça a integrar nos documentos de prestação de contas.

Considerando a necessidade de sistematizar os diferentes dados inerentes ao universo financeiro e contabilístico, o presente relatório de gestão afigura-se assim estruturado:

No primeiro capítulo desenvolve-se uma avaliação de natureza orçamental, centrada de início na execução global do orçamento, suas alterações e revisões e respectiva articulação entre receita e despesa, assim como nos fluxos de caixa e contas de ordem, seguida de uma abordagem individualizada às componentes da Receita e Despesa Municipal.

No segundo capítulo inclui-se uma apreciação detalhada ao endividamento autárquico, questão de fundamental importância no contexto global da administração pública e que face à nova Lei das Finanças Locais incorpora grandes modificações.

Neste domínio considera-se indispensável contextualizar os efeitos decorrentes das sucessivas alterações ao conceito do endividamento municipal previsto na Lei das Finanças Locais, que têm vindo a ser

contempladas em sede de Lei de Orçamento do Estado, pois só assim é exequível uma análise comparativa que se pretende consistente.

O ano de 2009 não foi excepção à regra. Uma vez mais foi contemplada no Orçamento do Estado uma alteração ao conceito de endividamento municipal, que não obstante contemplar a extensão do conceito de sector empresarial local para efeitos de cálculo de endividamento líquido, veio retirar empresas que, nos termos do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de Agosto, não estejam integradas no Sector Empresarial Local, a contrario do conceito subjacente ao exercício de 2008. Com esta alteração passaram a ser excluídas as sociedades, Portgás, Águas do Cavado, Águas do Douro e Paiva e a Metro. Foi também estabelecido que em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas, a contribuição das entidades que integram o sector empresarial local no seu sentido mais lato não pode originar uma diminuição do endividamento líquido total de cada município.

Atento o exposto, verifica-se de novo uma modificação substantiva na metodologia de cálculo do endividamento líquido municipal, relativamente à utilizada no ano anterior, o que inviabiliza qualquer análise comparativa que se pretenda séria e responsável, devido às implicações de tão elevada ordem.

No terceiro capítulo insere-se uma análise económico-financeira, traduzida pelas considerações de cariz patrimonial ao Balanço e à Demonstração dos Resultados, incluindo proposta de aplicação do Resultado Líquido do período.

Por fim apresenta-se um conjunto de indicadores de gestão, quer de natureza orçamental quer de natureza patrimonial.

Como suporte fundamental desta análise constam os anexos às demonstrações financeiras, nos quais se agregam informações indispensáveis à correcta avaliação e interpretação das contas prestadas.

No seguimento de anteriores exercícios económicos, apresenta o Município da Maia, uma vez mais e pelo terceiro ano consecutivo, as suas contas devidamente auditadas, assinalando-se que a consolidação de contas continua a não ser aplicável no exercício de 2009 face à inexistência do respectivo enquadramento legal.

Como apontamento final, regista-se que a responsabilidade no ciclo de gestão de 2009 foi compartida por dois órgãos de executivo distintos, em resultado da realização das eleições para as autarquias locais, em 11 de Outubro do referido ano.



2009

ANÁLISE ORÇAMENTAL

maia
CÂMARA MUNICIPAL



2009

EXECUÇÃO GLOBAL DO ORÇAMENTO

maia
CÂMARA MUNICIPAL

ORÇAMENTO INICIAL VERSUS FINAL E EXECUÇÃO

Este capítulo tem como finalidade analisar os elementos relativos à execução orçamental de 2009, nomeadamente no que se refere ao comportamento e evolução das suas principais variáveis. Cada uma destas perspectivas de análise, bem como a respectiva evolução, será objecto de maior detalhe ao longo do presente documento.

A análise da variação entre o orçamento inicial, final e executado permite aferir da concretização dos projectos a que nos propomos, nomeadamente a capacidade de gestão dos recursos da autarquia, bem como o esforço de angariação da receita, factor fundamental para a realização do objectivo político.

A estrutura orçamental assenta em receitas correntes e receitas de capital, que suportam as despesas correntes e as despesas de capital, respeitando o princípio do equilíbrio orçamental e sempre numa perspectiva de optimização dos recursos recebidos, face às necessidades de despesa.

De igual modo a anteriores gerências a taxa de execução da receita reporta-se à taxa de cobrança efectiva, e a taxa de execução da despesa, respeita a obrigações efectivamente pagas e não à despesa realizada.

ORÇAMENTO DO ANO DE 2009						
	Previsão			Execução		
	Inicial	Final	Desvio	Valor	Desvio	Taxa de Execução %
Receitas Correntes	60.634.181	60.634.181	0	62.092.790	1.458.609	102,41%
Receitas de Capital	57.035.279	54.729.053	-2.306.226	16.326.354	-38.402.700	29,83%
Outras Receitas		1.000	1.000	11.257	10.257	1125,68%
Saldo da gerência anterior		3.810.690		3.810.690		
Total	117.669.460	119.174.924	1.505.464	82.241.090	-36.933.834	69,01%
Despesas Correntes	58.342.510	58.283.510	-59.000	49.571.627	-8.711.883	85,05%
Despesas de Capital	59.326.950	60.891.414	1.564.464	31.960.930	-28.930.484	52,49%
Total	117.669.460	119.174.924	1.505.464	81.532.558	-37.642.366	68,41%

Unidade: Euros

No ano de 2009 o Orçamento Inicial foi aprovado pelo valor de 117.669.460€, sendo a previsão para as Receitas Correntes de 60.634.181€ e tendo-se estimado para as Despesas Correntes a dotação inicial de 58.342.510€, o que determina que foi assegurado o respeito pelo princípio do equilíbrio orçamental.

Em matéria de rubricas de natureza de capital, o orçamento inicial das despesas foi definido para 59.326.950€ e o da receita para 57.035.279€, o que de igual modo determina que se estimou que parte das despesas de investimentos fosse financiada por receitas de carácter corrente.

Aprovado o Orçamento Inicial nestes termos, em consequência do conjunto das modificações aprovados no decurso do exercício económico de 2009 apura-se como Orçamento Final para este exercício a quantia de 119.174.924, pelo que se regista um aumento da dotação global do orçamento inicial de 1.505.464€, isto em resultado na integra da contratação do empréstimo bancário a médio e longo prazo, no âmbito do Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado – PREDE.

No âmbito da execução orçamental afere-se que a taxa de execução das receitas correntes foi de 102,41%, o que significa que para uma previsão final de 60.634.181€ se atingiu uma execução de 62.092.790€ o que traduz um desvio favorável de 1.458.609€, destacando-se aqui o contributo dos impos-

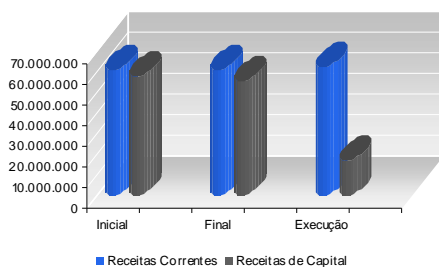
tos directos, mais especificamente o do imposto municipal sobre imóveis (IMI) que continua a evidenciar elevados níveis de execução, mesmo com a redução num ponto percentual da taxa de imposto aplicada aos prédios urbanos.

No que respeita às receitas de capital, estas continuam a ficar muito aquém do previsto, uma vez que para uma previsão final de 54.729.053€ apenas se atingiu uma execução de 16.326.354€, traduzindo um desvio desfavorável de (-) 38.402.700€ e uma taxa de execução de 29,83%, devido fundamentalmente à impossibilidade de constituir os dois Fundos de Investimento Imobiliário já adjudicados às sociedades gestoras, o do Aeródromo de Vilar de Luz e o da Praça Maior, fruto da forte recessão económica que se tem vivido, e que é um facto alheio à vontade dos Órgãos da Administração Municipal;

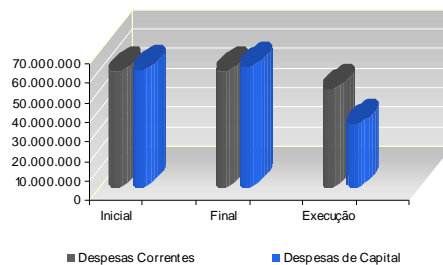
No capítulo da despesa, a taxa de execução atingiu 68,41%, com as despesas correntes a cumprir 85,05% e as despesas de capital 52,49% do total orçamentado, o que determina que sejam as despesas correntes aquelas que mais se destacam na realização deste orçamento.

Os gráficos abaixo apresentados atestam as diferenças atrás anotadas.

COMPARAÇÃO ENTRE RECEITA ORÇAMENTAL INICIAL, FINAL E EXECUTADA



COMPARAÇÃO ENTRE DESPESA ORÇAMENTAL INICIAL, FINAL E EXECUTADA



ALTERAÇÕES E REVISÕES AO ORÇAMENTO

Ao longo dos exercícios económicos são por norma ultimadas modificações orçamentais, que originam correcções aos valores inicialmente previstos, através do reforço e/ou anulação das respectivas dotações. O decorrido exercício de 2009 não foi excepção à regra, na medida em que sucederam dezassete modificações ao orçamento, menos quatro do que no ano anterior, nos termos a seguir identificados:

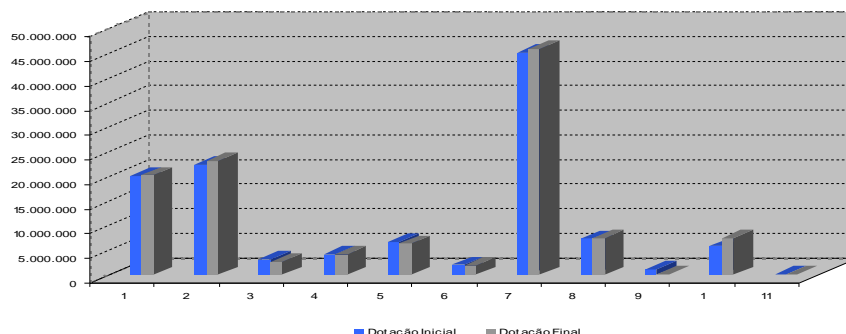
- ✓ Dezasseis alterações ao Orçamento da Despesa;
- ✓ Quinze alterações ao Plano Plurianual de Investimentos;
- ✓ Quinze alterações ao Plano de Actividades Mais Relevantes;
- ✓ Duas alterações e uma revisão ao Orçamento da Receita.

Estruturando a informação referente às modificações orçamentais realizadas em grupos em que se agregam tanto os reforços como as anulações a que foram sujeitos os diferentes capítulos económicos da Despesa e da Receita Autárquica avalia-se de seguida o comportamento das respectivas dotações orçamentais durante este ano, face aos consecutivos ajustamentos das previsões às realizações então efectivadas.

MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS À DESPESA								
Capítulos	Dotação Inicial		Alterações e Revisões		Dotação Final		Variação	
	Valor	%	Reforços	Deduções	Valor	%	Valor	%
Despesas Correntes	58.342.510	49,58%	16.427.589	16.486.589	58.283.510	48,91%	-59.000	-0,10%
01 Despesas com o pessoal	20.025.740	17,02%	11.969.469	11.777.886	20.217.323	16,96%	191.583	0,95%
02 Aquisição de Bens e Serviços	22.324.320	18,97%	3.683.655	2.923.922	23.084.053	19,37%	759.733	3,29%
03 Juros e Outros Encargos	3.105.650	2,64%	139.204	644.664	2.600.190	2,18%	-505.460	-19,44%
04 Transferências Correntes	4.142.000	3,52%	346.660	320.752	4.167.908	3,50%	25.908	0,62%
05 Subsídios	6.736.050	5,72%	58.600	532.200	6.262.450	5,25%	-473.600	-7,56%
06 Outras Despesas Correntes	2.008.750	1,71%	230.000	287.164	1.951.586	1,64%	-57.164	-2,93%
Despesas Capital	59.326.950	50,42%	6.627.184	5.062.720	60.891.414	51,09%	1.564.464	2,57%
07 Aquisição de Bens de Investimento	45.168.800	38,39%	4.163.920	3.534.595	45.798.125	38,43%	629.325	1,37%
08 Transferências de capital	7.321.000	6,22%	816.600	636.300	7.501.300	6,29%	180.300	2,40%
09 Activos Financeiros	1.029.450	0,87%	0	891.825	137.625	0,12%	-891.825	-648,01%
10 Passivos Financeiros	5.792.750	4,92%	1.572.064	0	7.364.814	6,18%	1.572.064	21,35%
11 Outras Despesas de Capital	14.950	0,01%	74.600	0	89.550	0,08%	74.600	83,31%
TOTAL	117.669.460	100,00%	23.054.773	21.549.309	119.174.924	100,00%	1.505.464	1,26%

Un:Euros

Variação das Dotações Orçamentais da Despesa
Ano 2009



Sobressai da apreciação do quadro supra que em consequência das dezasseis alterações realizadas ao orçamento da despesa em 2009, foram consumados reforços no valor de 23.054.773€ que apenas determinaram um aumento da dotação global de 1.505.464€, isto em resultado da contratação de um empréstimo bancário a médio e longo prazo, no âmbito do Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado – PREDE, no montante de 12.545.533€.

Anota-se que este empréstimo antevia a realização de amortizações de capital ainda no decurso deste exercício no montante estimado dos 1.505.464€, facto que justificou a necessidade de reforçar a correspondente rubrica de classificação económica.

Para os 21.549.309€ de remanescente aferido nos demais reforços, foi utilizado como contrapartida a redução das dotações em diversas rubricas que se encontravam excessivamente dotadas.

Em matéria de Despesas Correntes a modificação positiva de maior monta ocorreu na componente das “Aquisições de Bens e Serviços”, ao apresentar a importância de 759.733 € e uma taxa de variação de 3,29%. Do montante em questão 36,70%, corresponde ao reforço da rubrica de Alimentação – Refeições confeccionadas, para Jardins-de-infância e Escolas do 1º. Ciclo do Ensino Básico da Rede Pública do Concelho, fruto do preço unitário e do número de alunos ter sido superior ao verificado em anos anteriores cujo valor serviu de base como estimativa e consequentemente ser de difícil quantificação no momento da elaboração do orçamento, uma vez que o ano lectivo não coincide com o ano civil. Os restantes 63,30%, correspondem na sua maior fatia ao reforço das rubricas de Iluminação Pública, Conservação de Bens, Outros trabalhos Especializados e Outros Serviços.

Também a contribuir de forma relevante, face ao acréscimo de 191.583€, aparece o grupo das “Despesas com o Pessoal” e que na sua maioria comportou o reforço extraordinário de diversas rubricas de pessoal, resultante da Revisão do Mapa de Pessoal a que alude o Artigo 5.º da Lei 12-A/2008, de 27 de Fevereiro (Lei dos Vínculos, Carreiras e Remunerações – LVCR).

O grupo dos “Juros e Outros Encargos” foi sujeito a uma redução (-) 505.460€ na dotação final, sobretudo devido à descida significativa verificada nas taxas de juros.

Convém também mencionar o impacto negativo na dotação da rubrica “Subsídios” no valor (-) 473.600€, fruto sobretudo da necessidade de proceder à rectificação da classificação económica inerente à transferência de capital realizada ao abrigo do projecto: “Espaço Municipal, E.M.” em razão de Contratos-Programa celebrados com a Câmara Municipal”, no âmbito do contrato celebrado entre as partes destinado ao financiamento das obras de reabilitação nos empreendimentos municipais de Meilão e Casa de Moreira aprovado na reunião de Câmara de 31/12/2009, inicialmente prevista como despesa corrente.

As despesas de capital, para além das possíveis implicações que os diferentes reforços e as anulações tem no orçamento da despesa, terão de ter obrigatoriamente reflexos no Plano Plurianual de Investimentos e ou Plano de Actividades mais Relevantes, determinado por isso alterações ou até mesmo revisões naqueles documentos.

No âmbito destas despesas o reforço que mais de destaca é o dos “Passivos Financeiros”, ao avultar em 1.572.064€, e que teve como objectivo acautelar o pagamento das amortizações associadas à contratação do empréstimo acima referido. Seguidamente temos o grupo da “Aquisição de Bens de Investimento” comportando modificações positivas no valor de 629.325€, indiciando um acréscimo de 1,37% na sua dotação inicial, que tiveram por finalidade permitir ajustar as previsões de diversos projectos incluídos no Plano Plurianual de Investimentos às efectivas realizações. Tais modificações foram consolidadas pelas quinze alterações ao Plano Plurianual de Investimentos.

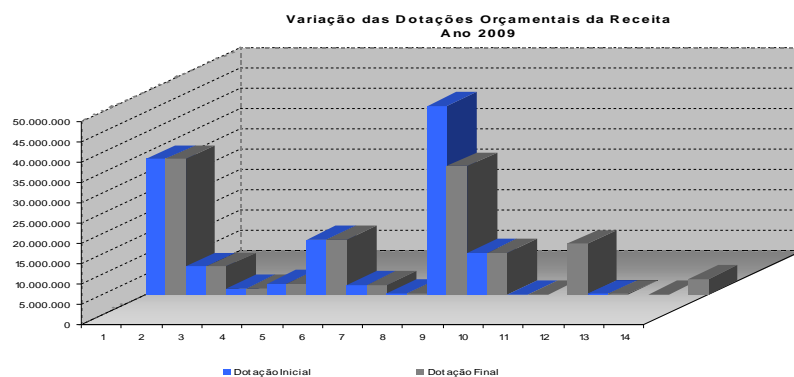
A variação positiva em cerca de 2,40% anotada nas “Transferências de Capital”, foi determinada pelo reforço de alguns projectos no PAM, a fim de permitir a atribuição de subsídios para investimento, às Juntas de Freguesias e a diversas Associações do Concelho.

Na generalidade das rubricas de natureza de capital a única a sofrer reduções com impacto na dotação final é a dos “Activos Financeiros” ao terminar com o montante de (-) 891.825€, diminuição que se verificou na sua maioria no projecto designado por “Participação no Capital Social da SIMDOURO – Saneamento do grande Porto, S.A”, inscrito no Plano das Actividades Mais Relevantes, e cuja materialização não foi concretizada. Estas deduções forma ultimadas com a finalidade de reforçar rubricas de diversos projectos, que se encontravam insuficientemente dotados.

Quanto ao Plano de Actividades Mais Relevante, as quinze alterações efectuadas, não implicaram qualquer aumento da dotação global do orçamento da despesa, tendo como única finalidade reforçar e reajustar diversas despesas relacionadas com vários projectos.

MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS À RECEITA								
Capítulos	Dotação Inicial		Alterações e Revisões		Dotação Final		Variação	
	Valor	%	Reforços	Deduções	Valor	%	Valor	%
Receitas Correntes	60.634.181	51,53%	0	0	60.634.181	50,88%	0	0,00%
01 Impostos Directos	33.379.300	28,37%			33.379.300	28,01%	0	0,00%
02 Impostos Indirectos	6.912.800	5,87%			6.912.800	5,80%	0	0,00%
04 Taxas, Multas e outras Penalidades	1.521.900	1,29%			1.521.900	1,28%	0	0,00%
05 Rendimentos de Propriedade	2.586.200	2,20%			2.586.200	2,17%	0	0,00%
06 Transferências Correntes	13.586.481	11,55%			13.586.481	11,40%	0	0,00%
07 Venda de Bens e Prestações de Serviços	2.383.700	2,03%			2.383.700	2,00%	0	0,00%
08 Outras Receitas Correntes	263.800	0,22%			263.800	0,22%	0	0,00%
Receitas Capital	57.035.279	48,47%	12.545.533	14.851.759	54.729.053	45,92%	-2.306.226	-4,21%
09 Venda de Bens de Investimento	46.513.200	39,53%		14.851.759	31.661.441	26,57%	-14.851.759	-46,91%
10 Transferência de Capital	10.379.692	8,82%			10.379.692	8,71%	0	0,00%
11 Activos Financeiros	800	0,00%			800	0,00%	0	0,00%
12 Passivos Financeiros		0,00%	12.545.533		12.545.533	10,53%	12.545.533	100,00%
13 Outras Receitas de Capital	141.587	0,12%			141.587	0,12%	0	0,00%
Outras Receitas	0	0,00%	3.811.690	0	3.811.690	3,20%	3.811.690	100,00%
15 Reposições não abatidas nos Pagamentos		0,00%	1.000		1.000	0,00%	1.000	100,00%
16 Saldo da Gerência Anterior		0,00%	3.810.690		3.810.690	3,20%	3.810.690	100,00%
TOTAL	117.669.460	100,00%	16.357.223	14.851.759	119.174.924	100,00%	1.505.464	1,26%

Unid Euros



No processo inerente ao Orçamento da Receita, interessa citar que foram consumadas duas alterações, sendo uma delas com o objectivo de inscrever as rubricas de classificação económica necessárias à arrecadação das verbas aprovadas no âmbito da contratação do referido empréstimo de médio e longo ao abrigo do Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado (PREDE), no montante de 12.545.533€.

Esta alteração referenciada decorre de uma obrigatoriedade legal uma vez que a importância relativa aos empréstimos só pode ser considerada no orçamento depois da sua contratação, independentemente da eficácia do respectivo contrato, não sendo passível de ser contemplada no orçamento inicial, face às disposições constantes no Pocal, em matéria de regras previsionais.

Nesta conformidade e apesar do montante desta alteração remontar a 12.545.533,43€, só houve necessidade de aumentar a dotação global do orçamento em 1.505.464€, de forma a acautelar o pagamento das amortizações associadas a este empréstimos e que se previam realizar ainda no ano em curso. O valor residual foi compensado pela diminuição dos saldos da rubrica de “Vendas de Bens de Investimento” que se encontrava excessivamente dotada, face à reiterada impossibilidade de concretizar um conjunto de expectativas de arrecadação de receita por circunstâncias associadas à conjuntura económica desfavorável e alheias à vontade do executivo municipal.

A integração do “Saldo Transitado da Gerência Anterior” no montante de 3.810.689,82€, não tendo originado qualquer impacto na dotação global do orçamento uma vez que a mesma teve também como contrapartida a diminuição da rubrica “Venda de Bens de Investimento”, ainda com dotação excedentária, caracterizou a segunda alteração realizada.

A revisão que se realizou ao orçamento de receita, de igual modo ao ano anterior, teve por objectivo a inserção da rubrica de classificação económica 15.01.01 – “Reposições Não Abatidas nos Pagamentos” com uma dotação inicial de 1.000€, considerando que por imperativos legais não se pode incluí-la aquando da elaboração dos documentos previsionais. Face à imaterialidade do seu valor foi possível concretizá-la sem implicar qualquer alteração na dotação global do orçamento.

RELAÇÃO ENTRE RECEITA E DESPESA

EVOLUÇÃO DOS FLUXOS MONETÁRIOS

O quadro que se segue retrata a evolução das receitas cobradas e das despesas pagas no último quadriénio, bem como o seu contributo para o financiamento do saldo da gerência seguinte.

EVOLUÇÃO DOS FLUXOS MONETÁRIOS												
	2006			2007			2008			2009		
	Receita Cobrada	Despesas Executadas	Diferença	Receita Cobrada	Despesas Executadas	Diferença	Receita Cobrada	Despesas Executadas	Diferença	Receita Cobrada	Despesas Executadas	Diferença
Saldo da gerência anterior	1.153.663	0	1.153.663	1.199.612	0	1.199.612	1.066.177	0	1.066.177	4.175.863	0	4.175.863
Corrente	51.888.007	37.278.095	14.609.912	64.124.545	41.344.768	22.779.777	65.330.229	46.684.767	18.645.462	62.092.790	49.571.627	12.521.162
Capital	10.471.085	25.209.159	-14.738.074	22.027.363	44.960.721	-22.933.358	13.285.316	28.825.662	-15.540.346	16.326.354	31.960.930	-15.634.577
Outras	174.111		174.111	20.146		20.146	4.570		4.570	11.257		11.257
TOTAL	63.686.866	62.487.254	1.199.612	87.371.666	86.305.489	1.066.177	79.686.292	75.510.429	4.175.863	82.606.263	81.532.558	1.073.705

Un: Euros

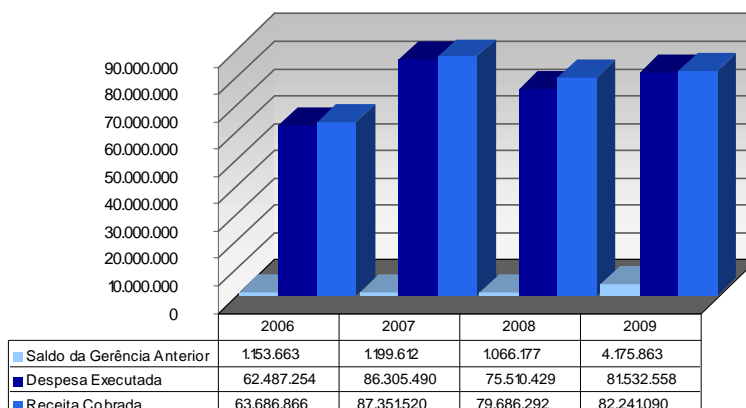
Ao nível da execução orçamental desenvolvida pela autarquia, totalizando as receitas correntes cobradas para o ano de 2009 o montante de 62.092.790€ face ao valor de 49.571.627€ de despesas correntes pagas, foi possível obter uma poupança corrente de 12.521.162€, constituindo esta, mais uma vez, uma das principais fontes de financiamento do investimento municipal, como tem sido hábito nos anos transactos.

No que toca às receitas de capital, o mesmo não se verifica visto a receita cobrada atingir o montante de 16.326.354€, valor este inferior ao da despesa paga que totaliza 31.960.930€. Aqui é de salientar a diferença negativa existente de (-) 15.634.577€, só passível de ser superada recorrendo à poupança corrente do exercício e ao saldo de gerência anterior.

Do observado verifica-se que ao longo do exercício de 2009 o município gerou um saldo para a gerência seguinte bastante inferior ao transitado um ano antes, ao apresentar 1.073.705€, para o que muito contribuiu o acréscimo verificado na despesa paga, que determinou mais de 5.000.000€ de despesa realizada que em 2008 e consequentemente menos despesa transitada por pagar para a gestão de 2010.

O gráfico seguinte retrata a evolução dos fluxos monetários nos últimos quatro anos.

EVOLUÇÃO DOS FLUXOS MONETÁRIOS



POUPANÇA CORRENTE

Um dos princípios contabilísticos de natureza orçamental que deve ser assegurado na elaboração do orçamento e durante a sua respectiva execução, é o princípio do equilíbrio orçamental (ex-ante) ao abrigo do qual se determina que o Orçamento deve prever os recursos necessários para cobrir todas as suas despesas, impondo-se como obrigatório que o montante das receitas correntes seja pelo menos igual ao das despesas da mesma natureza.

Pretende-se com esta disposição legal promover a formação bruta de poupança corrente tendo em vista a sua aplicação em despesas de investimento de carácter reprodutivo, não sendo de desprezar o seu papel como instrumento de contenção do défice orçamental. Para que esta informação tenha a necessária utilidade não se deve descurar a influência quer das dívidas correntes transitadas, quer das receitas correntes liquidadas e não cobradas do exercício, sendo por isso importante avaliar a designada Poupança Líquida Corrente do Exercício, que incorpora estas duas variáveis.

Nesta conformidade insere-se um mapa e gráfico ilustrativos da evolução da poupança corrente do município nas suas duas vertentes durante os últimos cinco anos.

EVOLUÇÃO DA POUPANÇA CORRENTE DO EXERCÍCIO					
	2005	2006	2007	2008	2009
Receita Corrente Executada	52.250.404	51.888.007	64.124.545	65.330.229	62.092.790
Despesa Corrente Executada	37.148.033	37.278.095	41.344.768	46.684.767	49.571.627
Poupança Corrente Bruta (1)	15.102.371	14.609.912	22.779.777	18.645.462	12.521.162
Variação	65,70%	-3,26%	55,92%	-18,15%	-32,85%
Dívida Corrente Transitada (2)	137.541	-1.046.963	-383.548	-477.416	-1.993.288
Da Gerência Anterior	5.594.866	5.732.407	4.685.444	4.301.896	3.824.480
Para a Gerência Seguinte	5.732.407	4.685.444	4.301.896	3.824.480	1.831.192
Receita Corrente Liquidada e não cobrada do pp exercício (3)	1.145.082	-808.888	832.951	1.808.523	-1.474.246
Da Gerência Anterior	2.773.396	3.918.478	3.109.590	3.942.541	5.751.064
Para a Gerência Seguinte	3.918.478	3.109.590	3.942.541	5.751.064	4.276.818
Poupança Corrente Líquida do Exercício (4)=(1)-(2)+(3)	16.109.912	14.847.987	23.996.276	20.931.401	13.040.205
Variação	26,31%	-7,83%	61,61%	-12,77%	-37,70%

Un: Euros

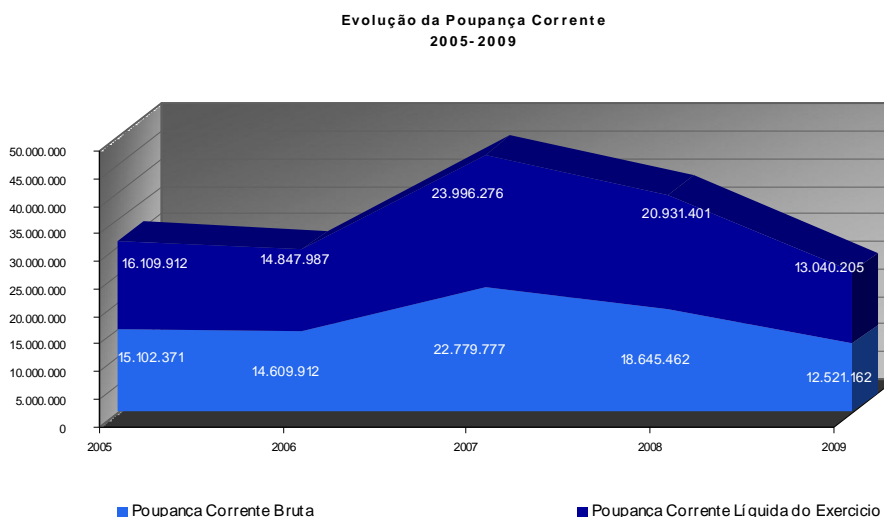
A avaliação dos dados aqui presentes permite concluir que no ano de 2009 o município continua a assegurar bons níveis de formação de poupança corrente em qualquer uma das suas vertentes, embora com cadência diferenciada face os níveis verificados em anteriores gerências, ao ter capacidade para gerar

no exercício 12.521.162€ e 13.040.205€ de meios libertos para financiar investimento, na componente bruta e líquida, respectivamente.

Interessa evidenciar que os valores da poupança corrente ainda assumem maior preponderância quando se incorpora a dívida corrente transitada e a receita corrente liquidada e não cobrada no próprio exercício, que se em anos transactos estava bastante indexado ao comportamento desta última rubrica, no ano de 2009, é apenas devido à significativa redução da dívida transitada, sendo certo que não deve ser descuidada a influência da contratação do empréstimo bancário de médio e longo prazo no âmbito do PREDE.

Em matéria do princípio do equilíbrio orçamental em sentido substancial regista-se que a taxa de cobertura das despesas correntes orçamentais assumidas e realizadas (incluindo dívida transitada) pelas receitas disponíveis (retratada apenas no saldo final das dotações orçamentais, excluindo receita liquidada e não cobrada), no ano de 2009 foi mais uma vez superior a 100%, claro indicio de que este princípio também foi cumprido, de igual modo ao verificado em anos anteriores.

O comportamento destas duas vertentes da poupança bruta está bem patenteado no gráfico seguinte.



FONTES DE FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO

Na análise que se segue, pretende-se avaliar em que medida as diversas receitas municipais arrecadadas no exercício contribuem para financiar o investimento realizado pela autarquia, não deixando de salientar que de acordo com o princípio da não consignação, em regra, o produto de quaisquer receitas não poder ser afecto à cobertura de determinadas despesas, salvo quando essa afectação for permitida por lei, como é o caso específico de alguns investimentos que têm subjacentes a comparticipação de fundos comunitários e/ou a cooperação técnica de financeira do Estado.

Nesta esteira as receitas municipais foram agregadas em função da sua relevância em dois grandes grupos, as de carácter corrente que aparecem associadas à poupança corrente gerada no exercício, deduzida da que seja das amortizações de capital e de outras despesas de capital de carácter residual e não

reprodutivo, e as de natureza de capital que em função da sua tipicidade aparecem mais desagregadas, incluindo-se por último o contributo do saldo da gerência anterior.

FONTES DE FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO		
	2009	
	Valor	Peso no Investimento Pago
Receitas Capital (1)	16.326.354	64,6%
Venda de Bens de Investimento	82.369	0,3%
FEF Capital	1.932.492	7,6%
Fundos comunitários	690.202	2,7%
Outras Trans Capital	828.036	3,3%
Passivos Financeiros	12.545.533	49,6%
Activos Financeiros	0	0,0%
Outras receitas de Capital	247.722	1,0%
Poupança Corrente Disponível para Financiar Investimento (2) = (3)-(4)-(5)	5.836.197	23,1%
Poupança Corrente (3)	12.521.162	
Amortizações de Capital (4)	6.611.964	
Outras Despesas Capital (5)	73.002	
Reposições não abatidas nos pagamentos (6)	11.257	0,0%
Total Receita Gerada no Exercício Disponível para Financiar Investimento (7)=(1)+(2)+(6)	22.173.807	87,7%
Saldo gerência anterior (8)	4.175.863	16,5%
TOTAL (9) = (7)+(8)	26.349.670	104,2%
Despesas de Investimento pagas (10)	25.275.965,15	
Despesas de Investimento (10) / Fontes Financiamento (9)	95,93%	
Saldo para a Gerência Seguinte = (9)-(10)	1.073.705	

Un: Euros

A apreciação dos números aqui retratados permite aferir que o volume de receitas arrecadas durante a gerência, disponível para financiar despesas de investimento de carácter produtivo, totalizou 22.162.550€, contribuindo assim para cerca de 88% do investimento pago, tendo o valor residual dos 3.102.158 € sido financiado pelo saldo que transitou da gerência anterior.

No computo geral, apesar da poupança corrente gerada continuar a assumir valores significativos, e de, ponderada isoladamente, permitir financiar cerca de 50% do investimento pago, deduzidas que lhe sejam as amortizações de capital e outras despesas de capital de carácter não reprodutivo, cujo pagamento deverá ser atempadamente salvaguardado, é notório que neste ano assumem maior preponderância os Passivos Financeiros ao concorrer, de igual modo, com cerca de 50% para o investimento pago. Anota-se que tais valores são provenientes do Empréstimo Bancário a Médio e Longo Prazo contratado no âmbito do PREDE – Programa de Regularização Extraordinário de Dívidas do Estado, e que desconsiderados que sejam os pagamentos destinados a facturação de carácter corrente apenas contribuíram para pagar despesas de investimento, de facto, 10.764.323€ o que determina que a mencionada percentagem baixe para 43%.

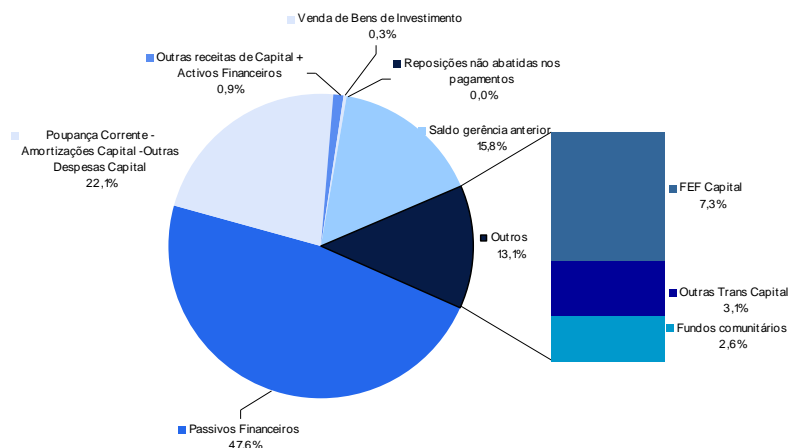
As rubricas das transferências de capital, designadamente os Fundos Comunitários, a Cooperação Técnica e Financeira, as Outras Transferências e o Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), representam na sua globalidade cerca de 13% das Fontes de Financiamento, destacando-se esta última com o maior contributo.

As componentes Vendas de Bens de Investimento e Outras Receitas de Capital embora apresentando um módico contributo abarcaram para si respectivamente, 82.369 € e 247.722€.

Por último convém mencionar que face ao volume decorrente das fontes de financiamento, concretizado que foi o pagamento de despesa de investimento no montante de 25.275.965 €, ainda foi possível gerar uma saldo para a gerência seguinte de 1.073.705 €.

O gráfico seguinte reflecte bem a importância de cada uma das fontes de financiamento.

FONTES FINANCIAMENTO DE INVESTIMENTO



FLUXOS DE CAIXA E CONTAS DE ORDEM

Fruto de uma recomendação do Tribunal de Contas e não obstante o previsto nos pontos 7.6 do POCAL, o movimento das cauções quando em dinheiro está contemplado no “Mapa de Fluxos de Caixa” por estas serem objecto de tratamento contabilístico no sistema de contabilidade patrimonial, e estarem devidamente reflectidas no saldo das dotações não orçamentais, bem como na conta de disponibilidades constante do balanço da autarquia.

Posto isto, no “Mapa das Contas de Ordem “ só estão reflectidas as cauções e depósitos de garantia que revestem a forma de seguro caução, garantia bancária ou outra forma semelhante titulada por um documento.

FLUXOS DE CAIXA

O mapa de fluxos de caixa funciona como um documento síntese de toda a execução orçamental, articulando e equilibrando os recebimentos e pagamentos, quer de operações orçamentais quer de operações não orçamentais (operações de tesouraria e cauções em dinheiro).

As operações de tesouraria e as cauções em dinheiro são consideradas cobranças que os serviços autárquicos realizam para terceiros, são operações de entradas e saídas de fundos à margem do orçamento, sendo objecto de movimentação contabilística no sistema da contabilidade patrimonial.

No próximo quadro aparecem resumidamente os movimentos dos fluxos de caixa ocorridos durante a gerência de 2009.

RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA DE 2009					
Recebimentos			Pagamentos		
Saldo da gerência anterior		8.346.011	Despesas Orçamentais		81.532.558
Execução Orçamental	4.175.863		Correntes	49.571.627	
Operações de Tesouraria	359.458		Capital	31.960.930	
Cauções em dinheiro	3.810.690				
Receitas Orçamentais		78.430.400	Dotações não Orçamentais		3.341.611
Correntes	62.092.790		Operações de Tesouraria	3.107.095	
Capital	16.326.354		Cauções em dinheiro	234.516	
Outras	11.257				
Dotações não orçamentais		3.946.026	Saldo para a gerência seguinte		5.848.268
Operações de Tesouraria	3.042.250		Execução Orçamental	1.073.705	
Cauções em dinheiro	903.776		Operações de Tesouraria	294.613	
			Cauções em dinheiro	4.479.950	
Total		90.722.437	Total		90.722.437

Unidade: Euros

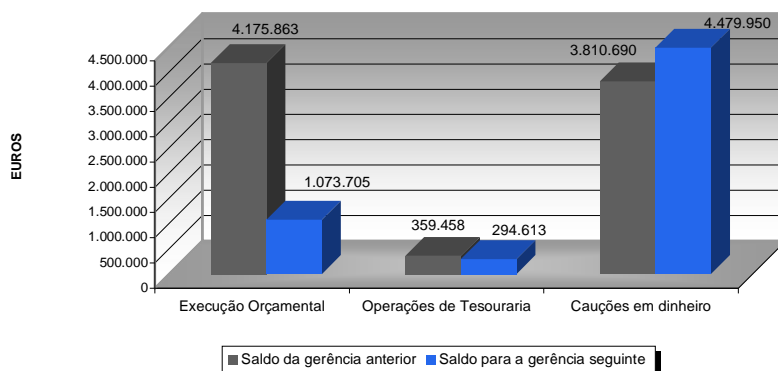
Podemos assim, retirar da leitura do quadro anterior que as entradas de fundos no decurso do ano em análise correspondem a um total 82.376.426€ dos quais 78.430.400€ são provenientes de receitas orçamentais e 3.946.026€ de receitas não orçamentais, mais precisamente, de operações de tesouraria com o montante de 3.042.250€ e cauções em dinheiro com o valor de 903.776€

Em matéria de pagamentos verifica-se que sendo a despesa global de 84.874.169€, respeitam a pagamentos de natureza orçamental 81.532.558 €, reportando-se o valor residual de 3.341.611€ a operações não orçamentais.

Balanceando pagamentos e recebimentos é perceptível que transita para a gerência seguinte um saldo de 5.848.268€, sendo inequívoco que o valor de maior monta corresponde às operações não orçamentais mais concretamente as cauções em dinheiro que assumem 4.479.950€

O gráfico que se segue permite-nos aferir o resultado dos movimentos financeiros efectuados durante a gerência de 2009 numa óptica de recebimentos e pagamentos.

COMPARAÇÃO ENTRE O SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR E O SALDO DA GERÊNCIA SEGUINTE NO RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA DE 2009



Considerando a sua materialidade insere-se um mapa resumo com o movimento das diferentes contas que constituem as operações de natureza não orçamental, confirmando-se que são as cauções em dinheiro que maior peso assumem no computo geral, em resultado essencialmente dos saldos que transitam de gerências passadas.

RESUMO DAS OPERAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS						
(Operações de tesouraria e cauções em dinheiro)						
ANO 2009						
Designação das contas	Saldo de gerência anterior		Movimento anual		Saldo para a gerência seguinte	
	Devedor	Credor	Débito	Crédito	Devedor	Credor
21 CLIENTES/CONTRIBUINTES/UTENTES	0	1.619.469			0	1.757.362
21.7 Clientes e Utentes com Cauções						
21.7.1 De Execução de Obras (Loteamentos,.....)	0	1.538.703	58.155	194.582	0	1.675.130
21.7.3 Clientes e utentes c/ cauções LO até 31/12/2001	0	16.829			0	16.829
21.7.9 Outras	0	63.937	5.498	6.964	0	65.403
24 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	0	283.932			0	213.851
24.2 Retenção de impostos sobre rendimentos						
24.2.1 Trabalho dependente	0	71.093	1.136.061	1.152.742	0	87.774
24.2.2 Trabalho independente	0	9.823	79.978	75.804	0	5.649
24.2.4 Prediais	0	0	548	548	0	0
24.2.5 Pensões	0	0	170	170	0	0
24.4 Restantes impostos						
24.4.1 Imposto de selo	0	91.640	108.936	22.159	0	4.863
24.5 Contribuições para a Segurança Social						
24.5.1 Caixa Geral de Aposentações	0	76.815	1.046.845	1.044.833	0	74.804
24.5.2 ADSE	0	10.809	156.806	160.005	0	14.009
24.5.3 Instituto Gestão Financeira Segurança Social	0	22.410	298.428	301.104	0	25.087
24.9 Outras Contribuições						
24.9.2 Multas e coimas	0	1.342	225	549	0	1.666
24.9.3 Direcção Geral de Contribuições e Impostos	0	0	18.247	18.247	0	0
24.9.4 Instituto Gestão Tesouraria Crédito Público	0	0	895	895	0	0
26 OUTROS DEVEDORES E CREDORES	0	2.266.747				2.803.350
26.1 Fornecedores de Imobilizado						
26.1.2.1 Fornecedor de Imobilizado c/ cauções - individual	0	1.230.446	154.807	702.230	0	1.777.869
26.2 Pessoal						
26.2.9 Outras operações com o pessoal	0	61	838	794	0	18
26.3 Sindicatos						
26.3.1 Sindicatos Trabalhadores Administração Local	0	583	7.149	7.151	0	585
26.3.2 Sindicato Trabalhadores Administração Pública	0	998	12.365	12.394	0	1.027
26.3.3 Sindicato Engenheiros do Norte	0	6	108	111	0	9
26.3.4 Sindicato Técnicos Adm. Auxiliares Educação	0	8	90	87	0	5
26.3.5 Sindicato Trabalhadores Função Pública Norte	0	17	257	267	0	27
26.3.6 Sindicato Professores da Zona Norte	0	17	200	201	0	18
26.3.7 Sindicato Nacional dos Polícias Municipais	0	89	1.120	1.127	0	95
26.8 Devedores e credores diversos						
26.8.7 Devedores diversos - outros	0	0	0	0	0	0
26.8.8 Credores diversos de cauções até 31/12/2001	0	960.775	16.056		0	944.719
26.8.9 Credores diversos - outros	0	73.747	237.829	243.061	0	78.979
Totais	0	4.170.148	3.341.610	3.946.026	0	4.774.563

Unidade: Euros

CONTAS DE ORDEM

As contas de ordem têm por finalidade contabilizar factos ou circunstâncias que não produzem modificações no património da autarquia, mas que representam possibilidades de futuras alterações ao mesmo.

Na sequência do que já foi anteriormente mencionado, além dos recibos para cobrança, apenas as cauções e depósitos de garantia tituladas por documentos que revistam a forma de seguro caução, garantia bancária ou outra forma semelhante constam destas contas, estando por isso aqui excluídas as cauções em dinheiro.

Para uma melhor percepção dos movimentos ocorridos nestas contas insere-se a informação estruturada por “Garantias Recepcionadas”, “Garantias a Favor de Terceiros” e a “Recibos para Cobrança”, primeiro um mapa resumo e posteriormente de forma individualizada.

No início do ano de 2009, a autarquia detinha 1.568.230€ de recibos para cobrança (receita virtual), como não houve qualquer movimento desta natureza no exercício transitou para 2010 um valor de débitos ao tesoureiro que ascende a 1.568.230€ exactamente igual ao do início do ano.

GARANTIAS E CAUÇÕES RECEPCIONADAS						
Excluindo Cauções em Dinheiro						
Designação das contas		Saldo de gerência anterior	Movimento anual das garantias e cauções			Saldo para a gerência seguinte
			Prestadas (B)	Devolvidas (C)	Accionadas (D)	
(A)						(E)=(A)+(B)-(C)-(D)
09.2	Garantias					
09.2.1	De empreitadas e fornecimentos	5.440.606	682.109	452.483	0	5.670.232
09.2.2	Para execução de obras	19.524.857	3.364.223	4.236.951	0	18.652.129
09.2.3	Outras Garantias	8.928	0	0	0	8.928
09.2.4	Garantias até 31.12.2001	124.166	0	124.166	0	0
09.2.5	Hipotecas	4.338.702	1.160.728	1.242.153	0	4.257.278
09.2.6.01	Seguros-Caução - empreitadas e fornecimentos	233.465	1.258	761	0	233.962
09.2.6.02	Seguros-Caução - execução de obras	599.687	0	0	0	599.687
Total		30.270.412	5.208.319	6.056.514	0	29.422.217

Unidade: Euros

Anota-se que as garantias prestadas a favor da autarquia ascenderam ao montante de 5.208.319€ e as devolvidas 6.056.514€, transitando para a gerência seguinte um saldo de 29.422.217€, inferior ao da gerência anterior.

Como seria de esperar a rubrica de execução de obras é aquela que tem maior expressividade, pois foi a que mais contribuiu para a diminuição do saldo, visto durante o ano terem sido devolvidas 4.236.951€ valor este superior às garantias prestadas cujo montante ascendeu aos 3.364.223€.

GARANTIAS E CAUÇÕES A FAVOR DE TERCEIROS						
Designação das contas		Saldo de gerência anterior	Movimento anual das garantias e cauções			Saldo para a gerência seguinte
			Prestadas (B)	Devolvidas (C)	Accionadas (D)	
(A)						(E)=(A)+(B)-(C)-(D)
09.4	Cauções a favor de terceiros	0				
09.4.1	Vasilhames	0	0	0	0	0
09.5	Garantias a favor de terceiros	5.335.428				
09.5.1	Empreitadas e fornecimentos	159.641	132.500	0	0	292.141
09.5.2	Hipoteca a favor de terceiros	5.175.787	0	0	0	5.175.787
Total		5.335.428			Total	5.467.928

Unidade: Euros

Em matéria de garantias e cauções a favor de terceiros o movimento ao longo do ano foi residual, mantendo-se praticamente constante o saldo transitado da gerência anterior, sendo apenas de acrescentar na rubrica empreitadas e fornecimentos, ao saldo transitado de 159.641€ referente a uma garantia prestada em 2007 a favor do IFADAP – Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas as seguintes cinco garantias prestadas pelo município: três das quais do próprio ano prestadas a favor da ARHNORTE, IP – Administração da Região Hidrográfica do Norte, IP, duas de 25.000€ e uma de 50.000€ e duas a favor do IEP – Instituto de Estradas de Portugal, prestadas no ano de 2005, que por lapso só agora foram contabilizadas, uma de 30.000€ e outra de 2.500€.

Face à relevância do seu valor, do total das garantias que se mantiverem em saldo, continua a evidenciar-se a hipoteca sobre o Fórum, registada a favor do Ministério das Finanças em 2007, tendo em vista a suspensão do processo de execução fiscal existente, em consequência do município ter contestado a decisão da cobrança do IVA associada ao processo de antecipação das rendas habitacionais realizado em 2004.

RECIBOS PARA COBRANÇA						
Designação das contas		Saldo de gerência anterior	Movimento anual			Saldo para a gerência seguinte
			Cobrança (B)	Anulação	Emissão (C)	
(A)						(D)=(A)-(B)+(C)
09.3	Receita Virtual	1.568.230				
09.3.1	Receita Virtual de Anos Anteriores	1.568.230	0	0	0	1.568.230
09.3.2	Receita Virtual do Próprio Ano		0	0	0	0
Total		1.568.230			Total	1.568.230

Unidade: Euros

No quadro dos recibos para cobrança, no que respeita ao saldo da gerência anterior, como não existiu qualquer movimento anual, transitou para o saldo da gerência seguinte a quantia de 1.568.230€ valor exactamente igual ao do ano anterior.



2009

EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DA RECEITA

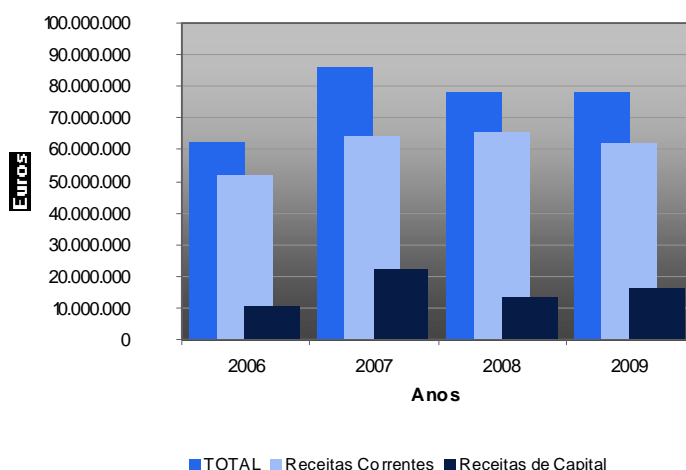
maia
CÂMARA MUNICIPAL

ANÁLISE GLOBAL DA RECEITA

ESTRUTURA GERAL DA RECEITA									
	2007		2008				2009		
	Valor	Varição 2006/2007	Valor	Varição 2007/2008	Previsão	Execução	Peso	Varição 2008/2009	Taxa de Execução
Receitas Correntes	64.124.545	23,58%	65.330.229	1,88%	60.634.181	62.092.790	79,17%	-4,96%	102,41%
Impostos Directos	39.434.105	14,42%	37.057.703	-6,03%	33.379.300	36.064.999	45,98%	-2,68%	108,05%
Impostos Indirectos	6.027.359	104,92%	8.365.849	38,80%	6.912.800	5.127.152	6,54%	-38,71%	74,17%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	1.688.379	24,26%	1.049.690	-37,83%	1.521.900	1.240.338	1,58%	18,16%	81,50%
Rendimentos de Propriedade	2.259.571	1389,54%	2.497.397	10,53%	2.586.200	2.912.363	3,71%	16,62%	112,61%
Transferências Correntes	11.397.314	34,12%	12.438.471	9,14%	13.586.481	13.547.122	17,27%	8,91%	99,71%
Venda de Bens e Prestação de Serviços	3.007.165	-26,17%	3.116.736	3,64%	2.383.700	2.940.849	3,75%	-5,64%	123,37%
Outras Receitas Correntes	310.652	-22,64%	804.382	158,93%	263.800	259.967	0,33%	-67,68%	98,55%
Receitas de Capital	22.027.363	110,36%	13.285.316	-39,69%	54.729.053	16.326.354	20,82%	22,89%	29,83%
Venda de Bens de Investimento	8.981.479	484,78%	7.663.234	-14,68%	31.661.441	82.369	0,11%	-98,93%	0,26%
Transferências de Capital	3.686.276	-48,96%	3.621.978	-1,74%	10.379.692	3.450.730	4,40%	-4,73%	33,25%
Activos Financeiros	0		0		800	0	0,00%		
Passivos Financeiros	9.147.286	695,42%	2.000.000	-78,14%	12.545.533	12.545.533	16,00%	527,28%	100,00%
Outras Receitas de Capital	212.321	-62,31%	105	-99,95%	141.587	247.722	0,32%	236818,52%	174,96%
Outras Receitas	20.146	-88,43%	4.570	-77,32%	3.811.690	11.257	0,01%	146,35%	0,30%
Total	86.172.054	37,80%	78.620.115	-2,21%	119.174.924	78.430.400	100,00%	-0,24%	65,81%

Un: Euros

EVOLUÇÃO DA RECEITA

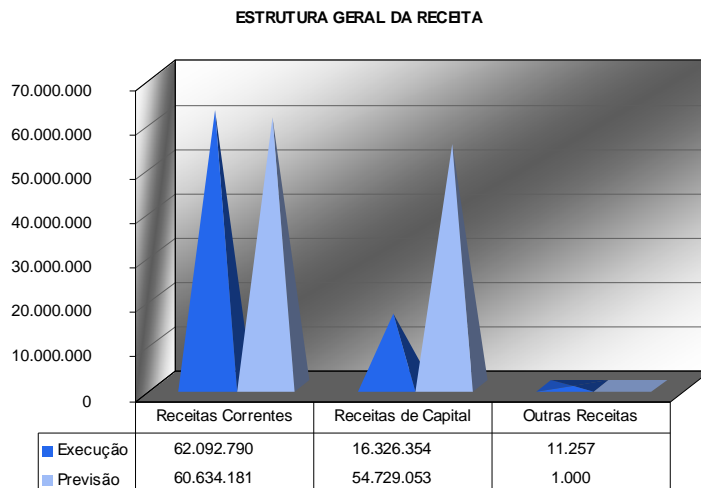


Ao longo deste último triénio, como facilmente se depreende, é visível uma redução progressiva no valor total das receitas arrecadadas, apesar da sua pouca expressividade em 2009 face ao decréscimo registado, de (-)0,24%, que redundou em (-)189.715 €, fruto integralmente da componente de natureza corrente, designadamente dos Impostos Indirectos, como posteriormente se analisará.

As **receitas correntes**, têm sempre um peso preponderante na estrutura geral da receita, que neste exercício se cifram em cerca de 79% do total da receita arrecadada, e apresentam novamente uma taxa de execução acima dos 100%, ao totalizar a quantia de 62.092.790 €. Porém importa não desprezar a redução aqui verificada de cerca de (-)5% devido, como se referiu, ao impacto dos impostos indirectos.

Em matéria de **receitas de capital**, de igual modo se verifica que ao longo do triénio o seu peso no cômputo total da receita é reduzido sendo as respectivas taxas de execução também pouco expressivas, anota-se contudo o aumento registado em 2009 na ordem dos 23%, que se deve unicamente ao montante arrecadado de 12.545.533 € por conta da rubrica de Passivos Financeiros, em resultado da contratação do empréstimo bancário de MLP ao abrigo do Programa de Regularização Extraordinário de Dívida, PREDE, que será objecto de apreciação detalhada em capítulo próprio.

Conclui-se assim que a exemplo de exercícios anteriores, as receitas correntes continuam com um nível de execução notável e as receitas de capital, revelam uma disparidade de valor entre a previsão e a execução muito elevado, como rapidamente se retira da leitura gráfico abaixo representado.



Centraremos, a análise das Receitas Municipais, nos subgrupos:

- Receitas Próprias
- Receita liquidada e não cobrada
- Transferências
- Passivos

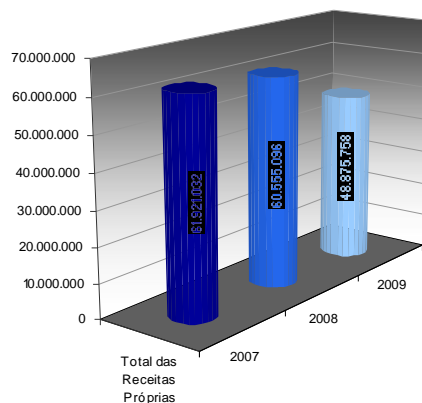
RECEITAS PRÓPRIAS

Considerando a importância de avaliar a capacidade que o município tem de formar receita sem recorrer à ajuda de terceiros, que mais não é do que avaliar o seu grau de autonomia financeira, procede-se de seguida à análise das receitas próprias, que correspondem ao total de receitas cobradas excluídas de transferências e empréstimos contraídos, subdividindo-as em grupos de natureza corrente e de capital.

RECEITAS PRÓPRIAS									
	2007		2008		2009				
	Valor	Variação	Valor	Variação	Valor	Variação	% Receitas Próprias	% Receitas Correntes	% Receitas Totais
Receitas Correntes	52.727.231		52.891.758		48.545.667	-8,22%	99,32%	78,18%	61,90%
Impostos Directos	39.434.105	21,40%	37.057.703	-6,03%	36.064.999	-2,68%	73,79%	58,08%	45,98%
Impostos Indirectos	6.027.359	20,59%	8.365.849	38,80%	5.127.152	-38,71%	10,49%	8,26%	6,54%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	1.688.379	24,75%	1.049.690	-37,83%	1.240.338	18,16%	2,54%	2,00%	1,58%
Rendimentos de Propriedade	2.259.571	504,08%	2.497.397	10,53%	2.912.363	16,62%	5,96%	4,69%	3,71%
Venda de Bens e Prestação de Serviços	3.007.165	8,71%	3.116.736	3,64%	2.940.849	-5,64%	6,02%	4,74%	3,75%
Outras Receitas Correntes	310.652	-65,21%	804.382	158,93%	259.967	-67,68%	0,53%	0,42%	0,33%
Receitas Capital	9.193.801		7.663.338	-16,65%	330.091	-95,69%	0,68%	0,53%	0,42%
Venda de Bens de Investimento	8.981.479	-18,70%	7.663.234	-14,68%	82.369	-98,93%	0,17%	0,13%	0,11%
Outras Receitas de Capital	212.321	182,60%	105	-99,95%	247.722	236819%	0,51%	0,40%	0,32%
Total das Receitas Próprias	61.921.032	36,12%	60.555.096	-2,21%	48.875.758	-19,29%	100,00%	78,71%	62,32%
Total das Receitas Correntes	64.124.545	23,58%	65.330.229	1,88%	62.092.790	-4,96%	-	100,00%	79,17%
Total das Receitas	86.172.054	37,80%	78.620.115	-8,76%	78.430.400	-0,24%	-	-	100,00%

Un-Euros

EVOLUÇÃO DAS RECEITAS PRÓPRIAS



Em função dos dados aqui apresentados a conclusão mais premente que se retira é o decréscimo manifestado pelas receitas próprias nestes dois últimos anos, sendo de anotar que no presente exercício, ao totalizarem 48.875.758€, reduziram (-) 19%, em resultado, na sua maioria, da contribuição negativa da componente da venda de bens e investimentos com a quantia expressiva de (-)7.580.865€.

O desempenho negativo nestas vendas de bens de investimento, resulta do facto de nas gerências anteriores se ter constituído um fundo e no ano em apreço tal não ter ocorrido.

Outra das rubricas que também concorreu sobremaneira para a diminuição atrás patenteada nas receitas próprias foi a dos impostos indirectos ao apresentar (-) 39% de impostos cobrados face ao arrecadado em 2008, o que ascende a (-)3.238.697€, logo seguida pela prestação dos impostos directos com uma redução na ordem dos (-)3%.

As demais rubricas onde se registaram diminuições, nomeadamente a Venda de Bens e Prestação de Serviços, e Outras Receitas Correntes, não tiveram grande influência neste resultado final, fruto da sua pouca relevância no computo global das Receitas Próprias.

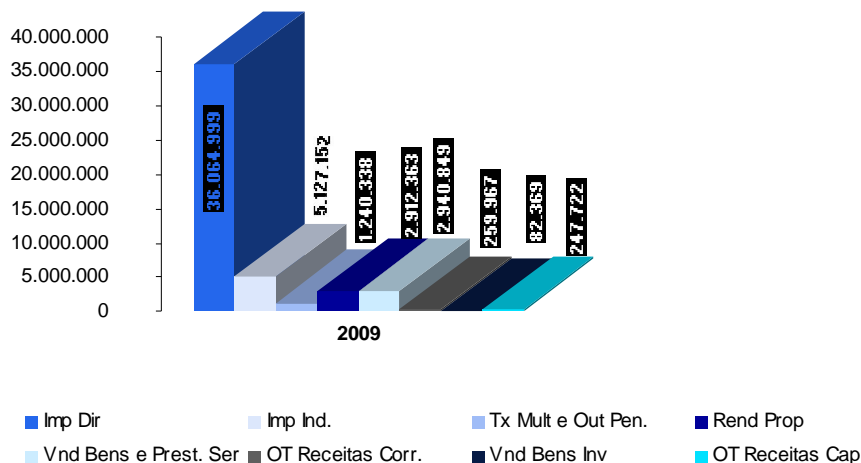
Com uma prestação inversa, destacam-se os Rendimentos de Propriedade, com um incremento na ordem dos 400.000 €, (+) 16,62% que em 2008, sendo assim responsáveis por 5,96% do total desta categoria de receitas.

Outro contributo positivo, apesar de não ser materialmente relevante, face ao peso de 3% que representa, adveio das Taxas, Multas e Outras Penalidades, com uma variação positiva de aproximadamente 18% e que deriva do crescimento da rubrica Loteamentos e Obras, no domínio de “particulares”.

Por último, assiste-se também ao acréscimo da componente residual Outras Receitas de Capital, que apesar do seu desempenho, assume um peso irrelevante nas receitas próprias.

De forma a visualizar melhor o anteriormente exposto, apresenta-se de seguida um gráfico que melhor caracteriza a composição das Receitas Próprias.

COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS PRÓPRIAS



De acordo com o referido anteriormente, vamos agora esmiuçar as receitas próprias, na sua componente mais expressiva: receitas correntes. De entre estas, vamos pormenorizar elementos mais significativos: Impostos Directos, com um peso de 73,79%, Impostos Indirectos conjugados com Taxas, Multas e Outras Penalidades, que representam 13,03%, e a Venda de Bens e a Prestação de Serviços, com um peso de 6,02%.

Impostos Directos

EVOLUÇÃO IMPOSTOS DIRECTOS							
	2007	2008	2009				
	Execução	Execução	Previsão	Execução	Peso	variação	Taxa de Execução
Impostos directos							
Imposto Municipal s/ Imóveis	16.218.807	18.176.964	13.884.600	16.817.614	46,63%	-7,48%	121,12%
Imposto Único de Circulação	0	1.880.739	2.185.100	2.127.704	5,90%	13,13%	97,37%
Imposto Municipal s/ Transmissões Onerosas de Imóveis	12.570.244	8.788.862	10.808.800	6.508.915	18,05%	-25,94%	60,22%
Derrama	6.824.218	7.548.801	6.445.400	10.404.754	28,85%	37,83%	161,43%
Contribuição Autárquica	621.554	160.879	100	147.119	0,41%	-8,55%	147118,75%
Imposto de Sisa	1.187.498	432.129	100	26.226	0,07%	-93,93%	26226,40%
Imposto Municipal s/ Veículos	1.946.463	0	100	0	0,00%	#DIV/0!	0,00%
Impostos Directos Diversos	24.763	0	55.100		0,00%	#DIV/0!	0,00%
Contribuição Especial	40.559	69.328	55.000	32.667	0,09%	-52,88%	59,39%
Total	39.434.105	37.057.703	33.434.300	36.064.999	100,00%	-2,68%	107,87%

Un:Euros

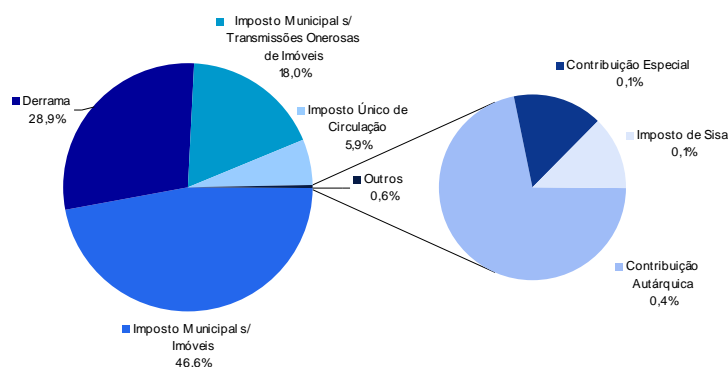
Durante o exercício de 2009 foram cobrados impostos directos no valor global de 36.064.999 €, o que determinou a sua redução em cerca de (-)3%, conforme já foi mencionado.

Como tem sido recorrente ao longo dos últimos anos as componentes mais representativas desta rubrica são: o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), o Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) e a Derrama, destacando-se sempre em primeiro lugar o IMI pelo seu peso e materialidade, ao assumir reiteradamente mais de 40% do total de impostos directos cobrados. Em 2009 foram cobradas por conta deste imposto 16.817.614 €, (-) 7,5% do que o ano anterior.

O IMT se durante a gerência de 2007 e 2008 era o segundo imposto com maior importância, em 2009 foi superado pela Derrama. É de salientar que, não se revela surpreendente esta tendência, dada a natureza dos impostos em questão e a própria conjuntura económica com que o país se depara.

Interessa por isso assinalar que a Derrama cobrada em 2009, no valor de 10.404.754 € representa 28,85% do total dos Impostos Directos e apresenta um crescimento 37,83%. De realçar que na gerência em estudo, o lançamento da derrama foi aprovado pelo valor de 1,5% do lucro tributável sujeito e não isento de IRC, ao abrigo do disposto no artigo 14.º da Lei 2/2007 de 15 de Janeiro.

COMPOSIÇÃO DOS IMPOSTOS DIRECTOS



Impostos Indirectos e Taxas, Multas e Outras Penalidades

	IMPOSTOS INDIRECTOS			TAXAS MULTAS E OUTRAS PENALIDADES			TOTAL			Peso	variação 2008/2009
	2007	2008	2009	2007	2008	2009	2007	2008	2009		
	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor		
Mercados e Feiras	96	40	0	35.513	25.279	26.055	35.609	25.320	26.055	0,4%	2,91%
Loteamentos e Obras	5.038.602	7.169.523	3.305.275	1.280.134	636.486	926.216	6.318.736	7.806.009	4.231.491	66,5%	-45,79%
Ocupação da Via Pública	485.148	701.560	1.396.845	7.936	5.053	3.956	493.083	706.613	1.400.801	22,0%	98,24%
Publicidade	281.440	227.173	236.907				281.440	227.173	236.907	3,7%	4,28%
Outros	222.073	267.552	188.126	72.787	88.003	107.858	294.861	355.556	295.984	4,6%	-16,75%
Caça, uso e porte de arma				640	256	3	640	256	3	0,0%	-98,83%
Multas e Outras Penalidades				291.370	294.612	176.249	291.370	294.612	176.249	2,8%	-40,18%
Total	6.027.359	8.365.849	5.127.152	1.688.379	1.049.690	1.240.338	7.715.738	9.415.539	6.367.490	100,0%	-32,37%

No cômputo geral destas componentes destaca-se o contributo da área empresarial e que é visível pelo peso dos impostos indirectos que no ano de 2009 significaram 5.127.152 € de receita cobrada, sendo de anotar o decréscimo evidenciado face a 2008 em cerca de (-)39%. Importa também mencionar que a redução aqui patenteada remete os níveis de cobrança de impostos indirectos para valores muito inferiores aos registados nos dois anos antes.

Comportamento inverso apresenta a contribuição dos clientes particulares, reflectida pela componente das Taxas, Multas e Outras Penalidades, que face ao anterior ano de 2008 cresce cerca de 18%, apesar de também não atingir os valores registados no precedente ano de 2007.

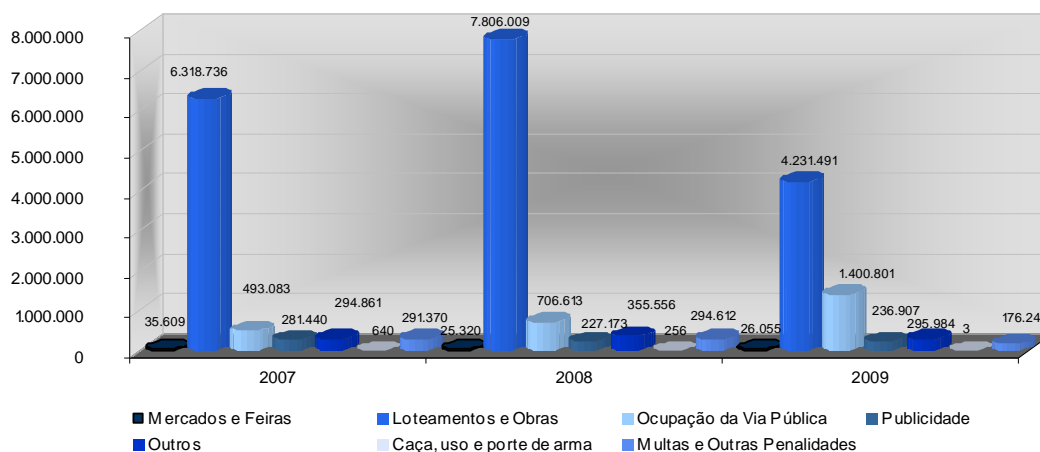
Em ambos os casos a rubrica com maior preponderância em 2009 continua a ser a dos Loteamentos e Obras tal como em anteriores gerências, sendo de evidenciar o decréscimo assinalado de cerca de 46%, em relação a 2008, no total de receitas cobradas desta natureza apesar dos contributos opostos das suas duas componentes:

- Os tributos de natureza empresarial são responsáveis por 64% do total dos impostos indirectos cobrados, mas registam muito menor materialidade, fruto do decréscimo sofrido de cerca de (-)54% em relação ao ano transacto. Tal facto resulta numa diminuição expressiva do valor cobrado. Pode-se aqui destacar o pagamento das taxas pagas pelas empresas: FDO, com um montante de 935.153,24 €, Fundo de Investimento Imobiliário – IMOSIED, com 652.690,05€ e os CTT com 196.091€.
- Os tributos por conta de clientes particulares, apesar dos valores não terem a mesma significância dos impostos indirectos, que mais não são do que as empresas, assiste-se pelo contrário a um aumento de 46% nesta rubrica.

Embora sem a mesma relevância a rubrica de Ocupação de Via Pública, auxilia o total da receita ao dis-simular a queda acentuada da rubrica Loteamentos e Obras, uma vez que apresenta um aumento para cerca do dobro do valor de 2008. Resta identificar as empresas que mais contribuíram para este crescimento como sejam, os SMAS, com um total de 718.204€ e a Portgás com 647.394,75€.

O gráfico que a seguir se apresenta é representativo da evolução da componente retratada ao longo do último triénio.

**IMPOSTOS INDIRECTOS E TAXAS MULTAS E OUTRAS PENALIDADES
2007-2009**

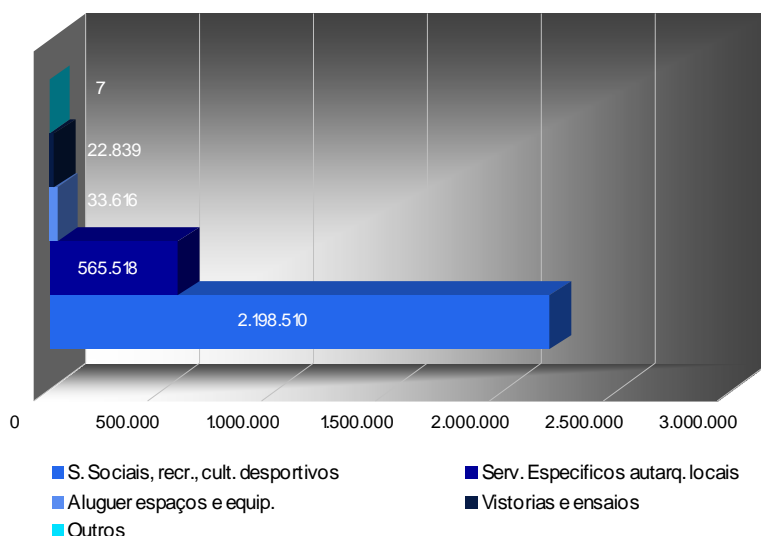


Venda de Bens e Prestações de Serviços Correntes

VENDA DE BENS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRENTES							
	2007	2008	2009				
	Execução	Execução	Previsão	Execução	Peso	Varição	Taxa de Execução %
Venda de Bens	10.660	14.541	9.800	13.811	0,47%	-5,02%	140,93%
Prestação Serviços Diversos							
S. Sociais, recr., cult. desportivos	2.004.153	2.052.141	1.776.800	2.198.510	74,76%	7,13%	123,73%
Serv. Especificos autarq. locais	592.117	659.592	479.000	565.518	19,23%	-14,26%	118,06%
Aluguer espaços e equip.	29.953	30.204	30.800	33.616	1,14%	11,30%	109,14%
Vistorias e ensaios	51.758	30.702	45.200	22.839	0,78%	-25,61%	50,53%
Outros	2	4	100	7	0,00%	80,43%	7,47%
Sub Total	2.688.642	2.787.183	2.341.700	2.834.301	96,38%	1,69%	121,04%
Rendas e Alugueres							
Habitação e edificios	318.523	329.553	42.000	106.548	3,62%	-67,67%	253,69%
Outros- Rendas e alugueres	0	0	100	0	0,00%		0,00%
Sub Total	318.523	329.553	42.100	106.548	3,62%	-67,67%	253,08%
Total	3.007.165	3.116.736	2.383.800	2.940.849	100,00%	-5,64%	123,37%

Un: Euros

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS



No exercício de 2009 o total da receita arrecadada por conta desta componente totalizou 2.940.849€, o que implicou (-) 5,6% de receita cobrada em relação ao ano transacto, posicionando-se esta rubrica, grosso modo, nos níveis do ano de 2007.

Tal como nos anos anteriores, em 2009 a parte associada aos Serviços Sociais, Recreativos, Culturais e Desportivos assume a maior relevância reflectindo um peso de 74,76% e um acréscimo na receita de 7,13%. Importa referir que os níveis de arrecadação desta tipologia de receita acabam, de certa forma, por ser uma consequência do grande investimento municipal em instalações desportivas e recreativas dotadas de excelentes condições para a prática desportiva

Por sua vez, no presente exercício a rubrica Serviços Específicos das Autarquias Locais, assume um peso de 19,23%, apresentando um decréscimo de 14,26%, posicionando-se como a segunda categoria com maior contributo, na continuidade do que se tem verificado em anos anteriores, destacando-se a venda de senhas de refeição escolares para as EB1.

RECEITAS LIQUIDADAS E NÃO COBRADAS

MAPA DE CONTROLO DA RECEITA										
Ano 2009										
Receitas	Receitas por cobrar no início do período	Receitas Liquidadas	Liquidações Anuladas	Receitas Cobradas Brutas	Reembolso/ Restituições Emitidos	Restituições Pagos	Receita Cobrada Líquida	Receitas por cobrar	Varição	Peso Receitas por cobrar
Receitas Correntes	5.751.064	61.004.176	385.632	62.092.790	1.023.393	1.023.393	61.069.396	4.276.818	-25,63%	78,91%
Impostos Directos		36.071.158	6.159	36.064.999	952.864	952.864	35.112.135			45,37%
Impostos Indirectos	4.826.991	4.015.105	361.462	5.127.152	1.920	1.920	5.125.233	3.353.481	-30,53%	6,62%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	439.727	1.227.493	12.496	1.240.338	196	196	1.240.142	414.387	-5,76%	1,60%
Rendimentos de Propriedade	779	2.912.380		2.912.363			2.912.363	796	2,21%	3,76%
Transferências Correntes		13.547.122		13.547.122			13.547.122			17,50%
Venda de Bens e Serviços Correntes	250.548	2.983.410	3.880	2.940.849	68.264	68.264	2.872.584	280.229	15,44%	3,71%
Outras Receitas Correntes	233.019	247.508	1.635	259.967	150	150	259.818	218.925	-6,05%	0,34%
Receitas de Capital	3.621.282	16.326.354	0	16.326.354	0	0	16.326.354	3.621.282	0,00%	21,09%
Vendas de Bens de Investimento	2.107.840	82.369		82.369			82.369	2.107.840	0,00%	0,11%
Transferências de Capital		3.450.730		3.450.730			3.450.730			4,46%
Passivos Financeiros		12.545.533		12.545.533			12.545.533			16,21%
Outras Receitas de Capital	1.513.441	247.722		247.722			247.722	1.513.441	0,00%	0,32%
Total	9.372.346	77.330.529	385.632	78.419.143	1.023.393	1.023.393	77.395.750	7.898.100	-15,73%	100,00%

Da análise deste quadro, pode-se aferir que, o montante global desta rubrica ascende a 7.898.100€, o que representa, confrontando com o valor apresentado no ano transacto um decréscimo de 15,73%. Anote-se que, esta diminuição, mais não traduz do que o esforço do município em recuperar este tipo de dívida de terceiros.

No cômputo geral da receita por cobrar no final do exercício de 2009 identificam-se como elementos mais relevantes, os Impostos Indirectos, as Vendas de Bens de Investimento e as Outras Receitas de Capital.

Em matéria de impostos indirectos, que acabam por representar 45,37% destas receitas, de realçar que, os loteamentos e obras, só por si, preenchem 2.084.995€, nestas estão embutidas as receitas por arrecadar das taxas de urbanização e das taxas por não cedência de área. Pese embora o facto de o valor de receita por cobrar ser elevado, verifica-se em relação a 2008, uma diminuição no montante de 1.177.370€. No que concerne à ocupação de via pública, importa realçar que, a receita por cobrar ascende ao montante de 1.175.078€ e que comparativamente ao exercício anterior, significou uma recuperação de 307.843€ na dívida de terceiros.

Regista-se que 647.394,75€ corresponde à recuperação de dívida da Portgás que se encontrava em execução fiscal, da qual resta, ainda relativamente a esta empresa a importância de 1.167.335,95€.

Relativamente à receita não cobrada da componente Outras Receitas de Capital, o valor mantém-se desde o exercício de 2007 e tem a haver, como já se aludiu no ano transacto, com reembolsos derivados de encargos assumidos com amortizações dos empreendimentos PER, geridos pela empresa Espaço Municipal, à qual corresponde o montante de 1.320.308,51€.

As receitas liquidadas e não cobradas, assumem um valor muito significativo pelo que se justifica o esforço empreendido pelo município na sua recuperação, como tal, o montante desta dívida que se encontra para cobrança em sede de execução fiscal, ascende ao montante de 3.317.695 €.

No que toca às liquidações anuladas, regista-se para o exercício em análise o total de 385.632 €, sendo 94% referente a Impostos Indirectos. Importa de igual modo evidenciar que é a rubrica de Loteamentos e Obras que representa a maior fatia deste valor ao avocar 335.818 € de anulações, sendo que na sua maioria resultam de arquivamentos oficiosos de processos por deserção dos requerentes.

Os Impostos Directos anulados são determinados por erros nas cobranças efectuadas pela Direcção Geral de Impostos e já deduzidos nas transferências realizadas para o Município.

Por último, anota-se que as anulações correspondentes a meras rectificações de receita assumiram a módica quantia de 8.000 €.

TRANSFERÊNCIAS

O motivo impulsionador deste tipo de receitas está relacionado com a necessidade histórica de aproximar o poder democrático do comum cidadão. Existe um reconhecimento geral, que o poder político centralizado é gerador de ineficiências ao nível das decisões de natureza política, quer seja pelas opções de investimento público prosseguidas, que em muitos dos casos não correspondem às verdadeiras necessidades públicas das comunidades locais, quer seja pela redistribuição da receita pública, que continua a ser um problema que não está completamente resolvido. A comprovar tal facto, estão as estatísticas que vão sendo produzidas e que de facto demonstram que apesar de tudo existem áreas bastante assimétricas

em relação a outras, nas quais em boa verdade, se vão concentrando maiores índices de desenvolvimento e rendimento.

Desta forma poderá dizer-se que as transferências para os municípios não estão vazias de metas e objectivos, antes tem um grande desígnio que deve ser perseguido, ou seja, a produção de melhores serviços e bens públicos, necessariamente ajustados aos interesses locais, e que na medida do alcançável possam contribuir para o todo nacional, não de forma puramente quantitativa, mas essencialmente, de forma qualitativa.

Neste sentido, a actual Lei das Finanças Locais na sequência do regime anterior proclama e tenta aperfeiçoar diversos princípios, dos quais se destacam o “princípio da coerência”, que reafirma e reforça a ideia da descentralização através das atribuições e competências, às quais deve corresponder em paralelo uma efectiva transferência financeira. Mas também a coordenação das finanças locais com as estaduais, a qual visa o desenvolvimento equilibrado de todo o país e ainda atingir os objectivos e as metas com as quais Portugal se comprometeu no seio da união Europeia.

Reforça ainda a ideia da existência de um efectivo equilíbrio financeiro vertical e horizontal entre autarquias do mesmo grau, referindo-se o primeiro à necessidade de adequar os recursos de cada nível de administração às atribuições e competências que lhe correspondem. Já o segundo, refere-se à necessidade de afectar a receita pública de forma a conseguir diminuir as desigualdades geradas por diferentes capacidades em matéria de arrecadação de receitas ou necessidade de realização de despesa.

No sentido do anteriormente exposto, o município da Maia tem tentado que as suas opções estratégicas reflectam os interesses locais, mas que ao mesmo tempo possam contribuir para o desenvolvimento do país. Tais opções estratégicas são de alguma forma captadas através dos fundos que são transferidos da administração central para o município conforme se analisará de seguida.

Na óptica económica as receitas provenientes de transferências subdividem-se em correntes e de capital, podendo as primeiras ser definidas como aquelas que se destinam ao financiamento de despesas correntes ou sem uma afectação conhecida *a priori*, e para financiamento de despesas de investimento no caso das segundas. Tais receitas, conforme se referiu anteriormente, encerram em si um determinado objectivo ou seja a produção de melhores serviços e bens públicos.

No quadro seguinte reflecte-se a natureza e montante das transferências recebidas no último triénio, as quais têm contribuído para a concretização do objectivo anteriormente mencionado.

TRANSFERÊNCIAS					
	2007	2008	Variação 2007/08	2009	Variação 2008/09
Transferências Correntes	11.397.314	12.438.471	9,1%	13.547.122	8,9%
Estado	11.352.393	12.384.915	9,1%	13.460.921	8,7%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	2.724.387	2.996.769	10,0%	2.898.739	-3,3%
Fundo Social Municipal	1.562.760	1.766.303	13,0%	1.991.601	12,8%
Participação no IRS	4.853.545	5.469.818	12,7%	6.019.441	10,0%
Duodécimo de Janeiro - Fundo Geral Municipal	522.753	0	-100,0%	0	S/Var.
Duodécimo de Janeiro - Fundo Base Municipal	54.013	0	-100,0%	0	S/Var.
Outros	1.634.935	2.152.025	31,6%	2.551.140	18,5%
Comparticipação em projectos comunitários	13.281	15.596	17,4%	58.827	277,2%
Serviços e Fundos Autónomos	9.779	4.500	-54,0%	4.300	-4,4%
Segurança Social	21.860	33.460	53,1%	23.074	-31,0%
Total	3.686.276	3.621.978	-4,7%	3.450.730	-4,7%
Transferências de Capital					
Sociedades e Quase-Sociedades Não Financeiras	0	11.648	100,0%	0	-100,0%
Estado	2.466.603	2.224.128	-9,8%	1.932.492	-13,1%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	1.546.352	1.997.846	29,2%	1.932.492	-3,3%
Duodécimo de Janeiro - Fundo Geral Municipal	348.502	0	-100,0%	0	S/Var.
Duodécimo de Janeiro - Fundo Base Municipal	36.008	0	-100,0%	0	S/Var.
Cooperação técnica e financeira	535.741	226.282	-57,8%	0	-100,0%
Outros	0	0	S/Var.	0	S/Var.
Comparticipação em projectos comunitários	1.131.984	1.250.914	10,5%	690.202	-44,8%
Serviços e Fundos Autónomos	87.689	135.288	54,3%	828.036	512,1%
Total	15.083.589	16.060.449	6,5%	16.997.852	5,8%

Unid: Euros

Numa abordagem geral das transferências, pelo seu total e pelos dois grandes grupos que as compõe, correntes e de capital, verifica-se que do ponto de vista global a variação percentual face ao ano anterior se traduziu num acréscimo de 5,8% no total das transferências. Já na divisão entre correntes e de capital pode-se constatar que houve um acréscimo nas correntes, cujo percentual ascende a 8,9%, e um decréscimo nas de capital de (-)4,7%. Em relação às primeiras este decorre essencialmente do aumento nas transferências do Estado, com excepção da componente FEF, quanto às segundas o seu decréscimo é explicado, sobretudo pela variação negativa na comparticipação em projectos comunitários e cooperação técnica e financeira.

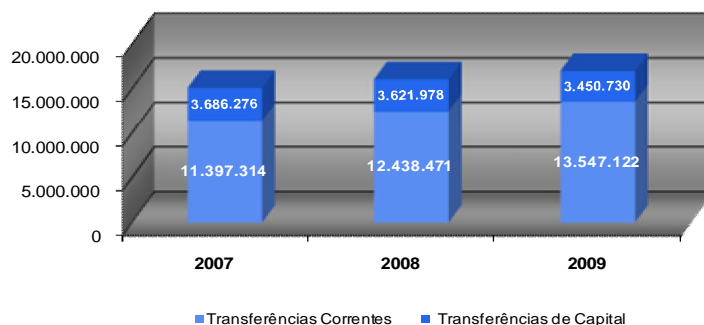
Relativamente ao comportamento manifestado pelo Fundo de Equilíbrio Financeiro importa registar que a redução aqui patenteada de (-)3,3% em ambas as componentes não pode ser descontextualizada dos critérios de repartição dos impostos do estado previstos na actual Lei das Finanças Locais (LFL).

De facto e não obstante para o município da Maia, em resultado das bases de cálculo definidas, ter sido apurado um valor total de fundos municipais de 16.202.805€, em cumprimento do desiderato constitucional do equilíbrio financeiro horizontal, consagrado no art. 29.º da LFL, foi necessário proceder à compensação financeira entre municípios. Isto é, os municípios com maior capacidade fiscal, expressa pela capitação de impostos locais (CIL), têm de libertar verbas para compensarem aqueles municípios com menor capacidade fiscal, razão pela qual o Município da Maia, ao apresentar em 2009 um CIL de 269,21 €, superior à capitação média nacional (235,12 €), se coloca na situação de contribuinte líquido para o equilíbrio financeiro horizontal consagrado na lei.

Posto isto, considerando que face ao disposto no n.º 2 do artigo 29.º da LFL, os fundos não podem sofrer um acréscimo superior a 5% relativamente às transferências financeiras verificadas no ano anterior, resultou um excedente para o município de 3.279.041€, o que determinou que fosse fixado para o exercício de 2009 o montante global de 12.842.273€ de receita desta natureza, e implicou a redução do FEF no montante desta diferença, 60% na componente corrente e 40% na de capital.

Como conclusão global, traduzida pelo gráfico seguinte, extrai-se que em matéria de transferências o peso das que se destinaram a investimento diminuiu em 2009 face a 2008, tendo por seu lado o peso das transferências correntes aumentado. No entanto também se pode verificar, que esta tendência é observável no triénio entre 2007 e 2009, facto este que se procura explicar através da análise que se desenvolve nos títulos seguintes.

EVOLUÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E DE CAPITAL



Transferências Correntes

No que se refere a cada um dos principais agregados das transferências correntes, o quadro seguinte permite avaliar o peso de cada uma das suas componentes, quer como percentagem da componente corrente, quer como percentagem do total das transferências, quer ainda como percentagem da receita total.

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES												
	% Transferências Correntes						% Transferências Total			% Receita Total		
	2007	2008	2009	2007	2008	2009	2007	2008	2009	2007	2008	2009
Transferências Correntes												
Transferências do Estado - Correntes	11.352.393	12.384.915	13.460.922	99,61%	99,57%	99,36%	75,26%	77,11%	79,19%	13,17%	15,75%	17,16%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	2.724.387,00	2.996.769,00	2.898.739,00	23,90%	24,09%	21,40%	18,06%	18,66%	17,05%	3,16%	3,81%	3,70%
Fundo Social Municipal	1.562.760,00	1.766.303,00	1.991.601,00	13,71%	14,20%	14,70%	10,36%	11,00%	11,72%	1,81%	2,25%	2,54%
Participação no IRS	4.853.545,00	5.469.818,00	6.019.441,00	42,58%	43,98%	44,43%	32,18%	34,06%	35,41%	5,63%	6,96%	7,67%
Duodécimo de Janeiro - Fundo Geral Municipal	522.753,00	0,00	0,00	4,59%	0,00%	0,00%	3,47%	0,00%	0,00%	0,61%	0,00%	0,00%
Duodécimo de Janeiro - Fundo Base Municipal	54.013,00	0,00	0,00	0,47%	0,00%	0,00%	0,36%	0,00%	0,00%	0,06%	0,00%	0,00%
Outros	1.634.935,49	2.152.025,40	2.551.140,56	14,34%	17,30%	18,83%	10,84%	13,40%	15,01%	1,90%	2,74%	3,25%
Comp. participação em projectos comunitários -	13.281	15.596	58.827	0,12%	0,13%	0,43%	0,09%	0,10%	0,35%	0,02%	0,02%	0,08%
Serviços e Fundos Autónomos - Correntes	9.779	4.500	4.300	0,09%	0,04%	0,03%	0,06%	0,03%	0,03%	0,01%	0,01%	0,01%
Segurança Social - Correntes	21.860	33.460	23.074	0,19%	0,27%	0,17%	0,14%	0,21%	0,14%	0,03%	0,04%	0,03%
Totais de Transferências Correntes	11.397.314	12.438.471	13.547.122	100,00%	100,00%	100,00%	75,56%	77,45%	79,70%	13,23%	15,82%	17,27%
Totais de Transferências	15.083.589	16.060.449	16.997.852	-	-	-	100,00%	100,00%	100,00%	17,50%	20,43%	21,67%
Totais Receita	86.172.054	78.620.115	78.430.400	-	-	-	-	-	-	100,00%	100,00%	100,00%
Unid.: Euros												

Unid: Euros

Como nota inicial, refira-se a alteração introduzida pela Lei das Finanças Locais (Lei n.º 02/2007), ao nível da estrutura dos fundos que vem definir:

- ✓ O Fundo Geral Municipal que passa a ser uma das componentes do Fundo de Equilíbrio Financeiro em paridade com o Fundo de Coesão.
- ✓ A existência de dois novos fundos de carácter corrente, a Participação no IRS e o Fundo Social Municipal, que vieram ponderar de forma diferente a repartição das transferências do Estado, adquirindo as correntes um novo peso no total das transferências, sem prejuízo de parte destas receitas poderem ser afectadas a despesas de capital.

Neste novo contexto é a “Participação no IRS”, que adquire maior relevância. Esta receita depende de deliberação a ser comunicada à Direcção-Geral dos Impostos até 31 de Dezembro do ano anterior àquele a que respeitam os rendimentos, sendo de mencionar que adquire um carácter variável, pois está indexada à colecta líquida das deduções de todos os sujeitos passivos com domicílio fiscal na circunscrição do município podendo atingir um percentual máximo de 5%.

Analisando os dados do quadro anterior, comprova-se que a grande maioria das transferências correntes advém desta rubrica, ao ser responsável 44,4 %, do seu valor, sendo de anotar que em 2009 o seu peso cresceu face aos dois anos anteriores, em ambas componentes das transferências. O mesmo aconteceu em termos de impacto nas receitas totais, ao verificar-se que em 2009, 7,67% do total da receita municipal veio desta “Participação do IRS”

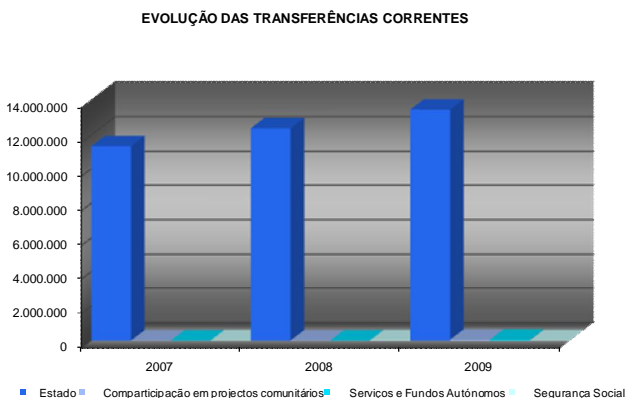
Assim, dada a sua característica de variabilidade e fruto da sua materialidade é de fundamental importância manter-se uma particular atenção à evolução da receita arrecadada por conta desta “Participação no IRS” bem como, aos factores que a podem contrair ou expandir, pois poderá ser necessário intervir sobre estes por forma a que o seu valor não seja diminuído, com consequências para o equilíbrio financeiro vertical proclamado pela Lei das Finanças Locais.

Quanto ao outro fundo de natureza corrente o “Fundo Social Municipal”, que se destina a financiar determinadas despesas relativas a atribuições e competências dos municípios associadas a funções sociais, nomeadamente na educação, na saúde ou na acção social, anota-se que este, desde que foi introduzido tem vindo a aumentar cerca de 13% ao ano, evidenciando-se também um aumento da sua representatividade nas diferentes rubricas das transferências e no total das receitas municipais.

Como última componente das transferências do estado encontra-se a rubrica “Outros” a qual agrega um conjunto de contratos programa com administração central tendo em vista financiar despesas de carácter corrente, sendo também de registar no último triénio o seu crescimento e de igual modo a evolução positiva do seu peso no total dos três grupos atrás referenciados. Os motivos impulsionadores deste tipo de receita serão analisados mais adiante.

As transferências de “Fundos e Serviços Autónomos”, “Segurança Social” bem como a “Comparticipação em Projectos Comunitários”, têm no lado das transferências correntes um significado residual.

Em consonância com o exposto é notório que no cômputo geral das transferências correntes a rubrica do “Estado”, é aquela que mais tem crescido no último triénio, absorvendo sempre a quase totalidade das transferências desta natureza, o que é bem visível no gráfico seguinte

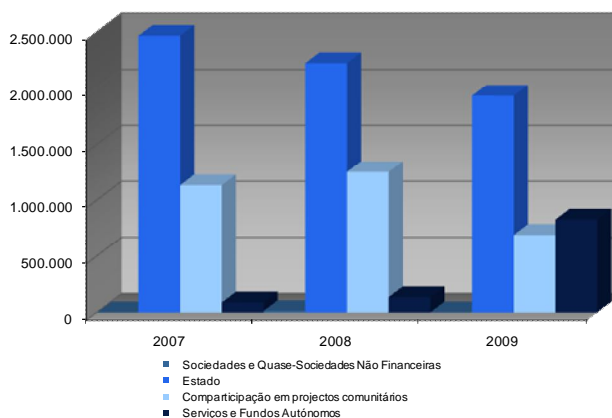


Transferências de Capital

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL											
	% Transferências Capital			% Transferências Total			% Receita Total				
	2007	2008	2009	2007	2008	2009	2007	2008	2009	2007	2008
Transferências de Capital											
Sociedades e Quase-Sociedades Não Financeiras	0,00	11.648	0,00	0,00%	0,32%	0,00%	0,00%	0,07%	0,00%	0,00%	0,01%
Transferências do Estado - Capital	2.466.603	2.224.128	1.932.492	66,91%	61,41%	56,00%	16,35%	13,85%	11,37%	2,86%	2,83%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	1.546.352,00	1.997.846,00	1.932.492,00	41,95%	55,16%	56,00%	10,25%	12,44%	11,37%	1,79%	2,54%
Duodécimo de Janeiro - Fundo Geral Municipal	348.502,00	0,00	0,00	9,45%	0,00%	0,00%	2,31%	0,00%	0,00%	0,40%	0,00%
Duodécimo de Janeiro - Fundo Base Municipal	36.008,00	0,00	0,00	0,98%	0,00%	0,00%	0,24%	0,00%	0,00%	0,04%	0,00%
Cooperação técnica e financeira	535.740,63	226.282,02	0,00	14,53%	6,25%	0,00%	3,55%	1,41%	0,00%	0,62%	0,29%
Comparticipação em projectos comunitários - Capital	1.131.984	1.250.914	690.202	30,71%	34,54%	20,00%	7,50%	7,79%	4,06%	1,31%	1,59%
Serviços e Fundos Autónomos - Capital	87.689	135.288	828.036	2,38%	3,74%	24,00%	0,58%	0,84%	4,87%	0,10%	0,17%
Totais de Transferências de Capital	3.686.276	3.621.978	3.450.730	100,00%	100,00%	100,00%	24,44%	22,55%	20,30%	4,28%	4,61%
Totais de Transferências	15.083.589	16.060.449	16.997.852	-	-	-	100,00%	100,00%	100,00%	17,50%	20,43%
Totais Receita	86.172.054	78.620.115	78.430.400	-	-	-	-	-	-	100,00%	100,00%

Unid: Euros

EVOLUÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL



Conforme se pode concluir da observação dos dados apresentados as transferências de capital tiveram uma diminuição global de (-) 4,73%, apresentando uma quebra muito expressiva no lado das receitas provenientes da “Comparticipação em Projectos Comunitários”, ao reduzirem (-) 44,82% em comparação com o ano de 2008, sendo a mesma conclusão estendível ao peso que estas comparticipações assumem no conjunto das transferências e das receitas de capital. Regista-se que se em 2007 representavam perto de 24 % do total das receitas, no ano de 2009 esse valor decresceu para 20%, o que revela uma menor contribuição destas receitas alheias para o financiamento do investimento municipal.

Evidentemente que para a circunstância anotada contribui sobremaneira o estado de desenvolvimento dos diversos projectos financiados no âmbito do QREN que se encontram ainda em fase inicial de concretização.

A quebra sentida nos restantes tipos de receita de capital, foi compensada em 2009 por um acréscimo substancial nas transferências dos “Serviços e Fundos Autónomos”, as quais tem origem na comparticipação do Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, destinadas a financiar o Programa Especial de Realojamento, posicionado esta rubrica com um peso significativo do total das transferências de capital, no exercício de 2009.

Transferências Correntes e de Capital Desagregadas

Promovendo uma avaliação de forma mais desagregada, conforme expressa no quadro seguinte, pode-se apreciar com mais pormenor o conteúdo de algumas rubricas correntes e de capital:

TRANSFERÊNCIAS DESAGREGADAS	
	Ano de 2009
	Totais
Transferências Correntes	13.547.122
Estado	10.909.781
Fundo de Equilíbrio Financeiro	2.898.739
Fundo Social Municipal	1.991.601
Participação no IRS	6.019.441
Outros:	2.551.141
D.R.E.N. - Transporte de Alunos com Deficiência	3.187
D.R.E.N. - Programa de Enriquecimento Curricular no 1.º Ciclo Ensino Básico	1.254.334
D.R.E.N. - Acordo de Cooperação no Pré-Escolar - Auxiliares de Acção Educativa	369.641
D.R.E.N. - Acordo de Cooperação no Pré-Escolar - Componente Social	528.343
D.R.E.N. - Generalização Refeições Escolares a Alunos do 1.º Ciclo	133.334
Ministério da Administração Interna - Recenseamento Eleitoral	2.793
Ministério da Administração Interna - Comparticipação para Despesas com Actos Eleitorais	133.950
Direcção Geral das Autarquias Locais - Transportes Escolares	97.558
Direcção Geral das Autarquias - Funcionamento do Gabinete Técnico Florestal	28.000
Estado - Participação comunitária em projectos co-financiados	58.827
Programa Operacional Potencial Humano - QREN - Qualificação dos Profissionais nas Administração Local	8.161
Programa Operacional Potencial Humano - QREN - Estágios Profissionais nas Administração Local - 2.ª Edição	47.981
ON 2 - O Novo Norte - QREN - Campanha de Informação, Sensibilização Relativa à Qualidade do Ar	2.684
Serviços e Fundos Autónomos	4.300
Instituto Emprego Formação Profissional - Apoio ao Desenvolvimento do Artesanato	4.300
Segurança Social	23.074
Sistema de Solidariedade e Segurança Social - Comissão de Protecção de Crianças e jovens em Risco	23.074
Transferências de Capital	3.450.730
Sociedades e Quase Sociedades não Financeiras	0
Estado	1.932.492
Fundo de Equilíbrio Financeiro	1.932.492
Estado - Participação comunitária em projectos co-financiados	690.202
Programa Operacional Potencial Humano - QREN - Plano Municipal de Acessibilidades	10.232
Programa Operacional Sociedade da Informação - QCA III - Exo 2 - Medida 2.1 - Espaço Internet da Maia	11.086
ON 2 - O Novo Norte - QREN - Requalificação da Rede Escolar	578.693
PRODED - Op. Norte - QCA III - Exo 1 - Medida 3.10 - Pavilhão de Gueifães	90.191
Serviços e Fundos Autónomos	828.036
Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana - Programa Especial de Realojamento	828.036
	16.997.852

Unid: Euros

Neste quadro evidenciam-se componentes que contribuem para a explicação de conclusões que se retiram da leitura de quadros anteriores, como sejam, os valores da rubrica “Comparticipação em projectos comunitários”, projectos estes na sua maioria em fase de arranque, como sejam os associados ao Quadro de Referência Estratégico Nacional, cuja comparticipação face ao total aprovado ainda é de pequena relevância, esperando-se que em 2010 estes valores possam ser aumentados significativamente. Por outro lado surgem ainda alguns valores associados ao QCA III, que são meramente residuais e visaram concluir os financiamentos em questão.

De igual modo as transferências do Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, no âmbito do “Programa Especial de Realojamento” têm vindo a reduzir, tendo em conta a execução do projecto global, restando apenas por cobrar valores residuais. Em 2009 como culminar de alguns dos projectos encetados no âmbito do P.E.R, foram transferidos 828.036 euros, faltando saldar o valor de 459.008 euros respeitantes aos empreendimentos habitacionais, ao que se poderá juntar o valor estimado de cerca de 1,5 milhões de euros referentes a espaços acessórios dos empreendimentos.

Relevam-se também as transferências incluídas na rubrica “Outros”, que conforme já se referiu têm vindo a crescer de forma consecutiva ao longo destes três anos. Este acréscimo é essencialmente explicado

pela maior procura neste concelho de serviços de educação e outros relacionados, sendo de destacar o programa de enriquecimento curricular que vê o seu valor aumentado para cerca do dobro entre 2007 e 2009, o que é um factor revelador do interesse manifestado pela população do concelho neste tipo de serviço, o qual combina ocupação de tempos livres com educação em áreas de formação que até há pouco tempo não estavam acessíveis de forma generalizada, nas idades às quais se destina o programa.

No contexto global desta rubrica são precisamente as transferências associadas à educação que tem contribuído de forma expressiva para a performance positiva que se verifica existir, estando esta evolução em linha com aquilo que tem sido defendido como sendo uma área estratégica de desenvolvimento municipal.

O quadro seguinte permite avaliar a evolução no triénio 2007-2009 para esta rubrica.

TRANSFERÊNCIAS - OUTROS					
	Totais				
	2007	Variação	2008	Variação	2009
Outros:	1.634.935	32%	2.152.025	19%	2.551.141
D.R.E.N. - Transporte de Alunos com Deficiência	0	100%	5.984	-47%	3.187
D.R.E.N. - Programa de Enriquecimento Curricular no 1.º Ciclo Ensino Básico	690.927	42%	980.952	28%	1.254.334
D.R.E.N. - Acordo de Cooperação no Pré-Escolar - Auxiliares de Acção Educativa	321.080	19%	383.385	-4%	369.641
D.R.E.N. - Acordo de Cooperação no Pré-Escolar - Componente Social	496.016	-9%	450.319	17%	528.343
D.R.E.N. - Generalização Refeições Escolares a Alunos do 1.º Ciclo	53.543	316%	222.712	-40%	133.334
Ministério da Administração Interna - Recenseamento Eleitoral	0	100%	2.654	5%	2.793
Ministério da Administração Interna - Comparticipação para Despesas com Actos Eleitorais	42.903	-100%	0	100%	133.950
Direcção Geral das Autarquias Locais - Transportes Escolares	11.387	436%	61.020	60%	97.558
Direcção Geral das Autarquias - Funcionamento do Gabinete Técnico Florestal	18.000	67%	30.000	-7%	28.000
Agência Portuguesa do Ambiente - Protocolo para Elaboração do Mapa do Ruído	0	100%	15.000	-100%	0
Programa Voluntariado Sénior do Distrito do Porto no Âmbito da Vigilância de Florestas	1.080	-100%	0	S/Var.	0

Unid: Euros

PASSIVOS FINANCEIROS

Considerando a existência de capítulo próprio em matéria de análise do endividamento municipal, aqui apenas se refere que no decurso do exercício de 2009 o município recorreu à contratação de um empréstimo bancário de médio e longo prazo ao abrigo do Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado (PREDE) no montante de 12.545.533€, o que determinou uma execução orçamental na rubrica de passivos financeiros de igual montante uma vez que o referido empréstimo foi integralmente utilizado na gerência em apreço, não tendo sido objecto de qualquer financiamento no que respeita a empréstimos de curto prazo.

Em conformidade com a estrutura deste financiamento, do ponto de vista da execução orçamental foram movimentadas duas rubricas de natureza distinta, uma referente às sociedades financeiras que reflecte a arrecadação do empréstimo bancário concedido pela instituição de crédito, correspondendo a 60% do financiamento aprovado no valor de 7.527.320,43€ e a outra respeitante à Administração Central que espelha a parte residual da entrada do dinheiro nos cofres municipais por conta do empréstimo concedido pelo Estado, no montante de 5.018.213€ equivalente a 40% do valor global financiado.

Sendo a matéria da autonomia financeira uma questão de fundamental importância em qualquer organização, principalmente nos dias de hoje e que no caso dos municípios se vê agravada pelas reiteradas medidas de contenção orçamental existentes, reporta-se para capítulo próprio um conjunto de indicadores de gestão que permitem avaliar a posição do município quanto a esta matéria.



2009

EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DA DESPESA

maia
CÂMARA MUNICIPAL

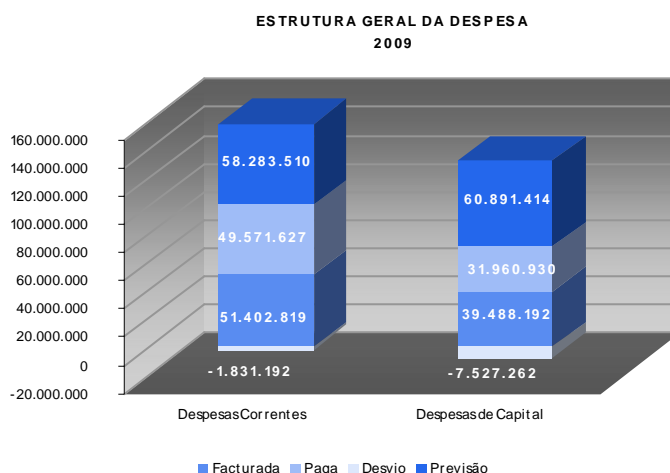
ANÁLISE GLOBAL DA DESPESA

Neste capítulo, procede-se a uma avaliação da execução orçamental da despesa em termos de pagamento, assim como da despesa facturada, decompondo esta última em facturação transitada e nova facturação.

No contexto da análise da estrutura geral da despesa, inserem-se o quadro e gráfico representativos da despesa facturada, paga e prevista.

ESTRUTURA GERAL DA DESPESA											
	2008				2009				Variação 2008/2009		
	Despesa		Despesa		Despesa		Despesa		Despesa Paga		
	Paga	Previsão	Facturada	%	Paga	%	Valor	Tx Cresc	Desvio	Taxa de Execução	
	(a)	(b)	(c)		(d)		(d)-(a)	[(d)-(a)]/(a)	(d)-(c)	(c)/(b)	(d)/(c)
Despesas Correntes	46.684.767	58.283.510	51.402.819	56,55%	49.571.627	60,80%	2.886.861	6,18%	-1.831.192	88,19%	96,44%
Despesas de Capital	28.825.662	60.891.414	39.488.192	43,45%	31.960.930	39,20%	3.135.268	10,88%	-7.527.262	64,85%	80,94%
TOTAL	75.510.429	119.174.924	90.891.011	100,00%	81.532.558	100,00%	6.022.129	7,98%	-9.358.454	76,27%	89,70%

Un:Euros



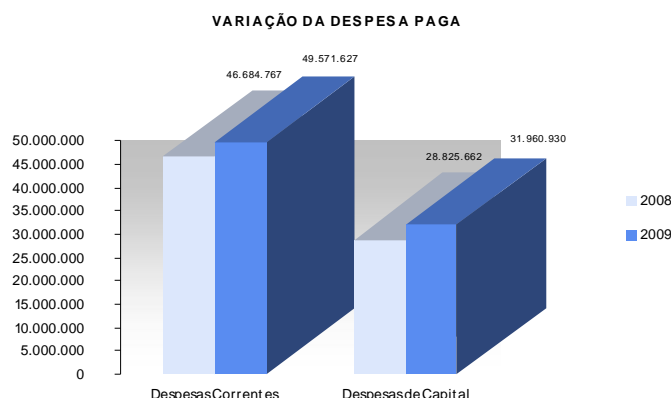
No ano de 2009, a despesa global facturada situou-se em 90.891.011 €, sendo de mencionar que 18.173.342 € respeitam a despesa transitada do exercício anterior. Relativamente à despesa paga, esta foi de 81.532.558 €, traduzindo uma boa taxa de execução de pagamento ao atingir 89,70%.

Ao nível da despesa realizada, verificou-se igualmente uma elevada taxa de execução, ao assumir 76,27%, o que indica o rigor da elaboração do orçamento, sendo ainda mais evidente no caso concreto das despesas correntes, ao apresentar uma execução de 88%.

Da análise do quadro retira-se que, a facturação das despesas correntes têm um peso superior à das despesas de capital, representando no total geral das despesas 56,55%.

Na continuidade do verificado na gerência anterior, constata-se que o maior esforço de pagamento foi canalizado para as despesas correntes, ao atingirem 60,80% do total geral da despesa paga.

O próximo gráfico evidência a evolução da despesa paga no ano de 2008 e 2009.



Considerando a sua importância no contexto geral da estrutura da despesa, afigura-se necessário proceder a uma análise circunstanciada às seguintes componentes, sendo a parte correspondente ao serviço de dívida desenvolvida no capítulo dedicado à análise do endividamento:

- ✓ Despesas de Funcionamento
- ✓ Transferências Correntes
- ✓ Investimento Global
- ✓ Serviço de Dívida

DESPESAS DE FUNCIONAMENTO

As despesas de funcionamento são um importante indicador da dinâmica da actuação da Autarquia, na medida em que traduzem o montante de encargos fixos e obrigatórios, agregando as despesas com pessoal, as despesas com aquisição de bens e serviços assim como as outras despesas correntes, cuja repartição nos últimos dois anos é visível no quadro infra.

ESTRUTURA GERAL DAS DESPESAS DE FUNCIONAMENTO													
	2008						2009						
	Despesa Facturada			Peso na nova despesa facturada			Despesa Facturada			Peso na nova despesa facturada			Despesa Facturada Nova Tx Variação
	Transitada	Nova	Total	%Desp Func	%Desp corrente	%Desp Total	Transitada	Nova	Total	%Desp Func	%Desp corrente	%Desp Total	
	(a)	(b)	(c)=(a)+(b)				(d)	(e)	(f)=(d)+(e)				
Pessoal	414.869	17.526.275	17.941.144	49,84%	37,93%	24,56%	180.505	18.747.393	18.927.898	52,02%	39,40%	25,78%	6,97%
Aquisição de Bens e Serviços	3.096.223	15.007.585	18.103.808	42,68%	32,48%	21,03%	3.353.526	15.734.387	19.087.913	43,66%	33,07%	21,64%	4,84%
Outras Despesas Correntes	21.445	2.630.792	2.652.237	7,48%	5,69%	3,69%	22.062	1.556.955	1.579.017	4,32%	3,27%	2,14%	-40,82%
Total Desp Funcionamento	3.532.538	35.164.652	38.697.190	100,00%	76,10%	49,28%	3.556.093	36.038.736	39.594.829	100,00%	75,74%	49,56%	2,49%
Total Despesas Correntes	4.301.895	46.206.179	50.508.074		100,00%	64,76%	3.823.307	47.579.512	51.402.819		100,00%	65,43%	2,97%
Total Geral Despesas	22.329.441	71.354.329	93.683.770			100,00%	18.173.342	72.717.670	90.891.011			100,00%	1,91%
Un Euros Os valores percentuais foram calculados com base na nova despesa facturada													

Un: Euros
Os valores percentuais foram calculados com base na nova despesa facturada

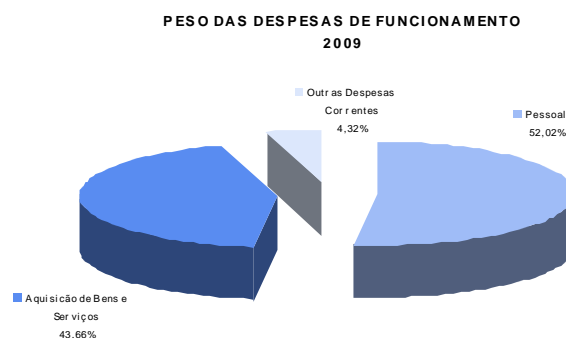
As novas despesas de funcionamento realizadas neste exercício económico, atingiram o valor de 36.038.736 €, o que representa um crescimento de 2,49% em relação ao ano anterior, em resultado sobretudo do comportamento das despesas com pessoal, sendo de anotar que, a este valor acresce 3.556.093 € respeitantes a despesa transitada do exercício anterior.

Perante a apreciação do quadro, conclui-se que a rubrica que maior peso tem no total das despesas de funcionamento no que respeita a nova facturação, é a de despesas com pessoal ao atingir 52,02%, logo seguida pela aquisição de bens e serviços, tendência que se inverte se for avaliada a despesa total factu-

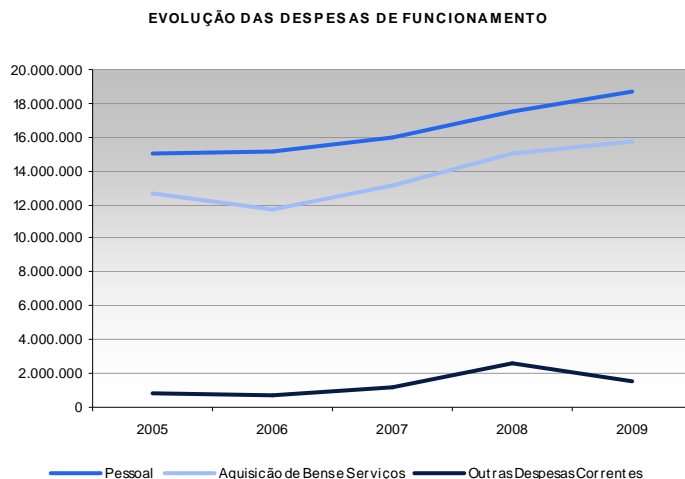
rada uma vez que a aquisição de bens e serviços passa a ser a rubrica com maior preponderância, ao assumir 48,20% do total das despesas de funcionamento, sendo de relevar o aumento do peso de qualquer uma destas rubricas de 2008 para 2009.

Anote-se que, as despesas de funcionamento realizadas no que respeita à nova facturação, têm uma influência determinante quer no total das despesas correntes, quer na despesa total, ao representarem 75,74% e 49,56%, respectivamente.

Apresenta-se de seguida um gráfico, que ilustra o peso das despesas de funcionamento no exercício de 2009.



Analisando a evolução das despesas de funcionamento no seu cômputo geral, retira-se que estas diminuíram ligeiramente do ano de 2005 para 2006, voltando a aumentar a partir do ano de 2007 até ao corrente ano.



Com o objectivo de melhor apreciar a dinâmica das rubricas que integram esta tipologia de despesa, procede-se a uma análise mais detalhada das Despesas com Pessoal e da Aquisição de Bens e Serviços.

DESPESAS COM PESSOAL

A rubrica Despesas com Pessoal ocupa grande preponderância na globalidade das despesas correntes da Autarquia, cerca de 39% em 2009, apresentando a seguinte estrutura de encargos nos dois últimos exercícios.

DESPESAS COM PESSOAL							
2008				2009			
	Despesa Facturada	Transitada (a)	Despesa Facturada	Total (c)=(a)+(b)	Nova Despesa Facturada		
	Nova		Nova (b)		Peso	Variação Valor	Tx Cresc
Remunerações Certas e Permanentes							
Titulares de órgãos soberania e membros órgãos autárqu	155.736		173.501	173.501	0,93%	17.765	11,41%
Pessoal dos quadros- Regime da função pública	7.879.798						
Pessoal dos quadros - Regime contrato individual trabalho			8.310.170	8.310.170	44,33%	430.372	5,46%
Pessoal contratado a termo	1.714.204		2.077.290	2.077.290	11,08%	363.087	21,18%
Pessoal em regime de tarefa ou avença	921.635		817.832	817.832	4,36%	-103.803	-11,26%
Pessoal aguardando aposentação	13.502		10.921	10.921	0,06%	-2.581	-19,12%
Pessoal em qualquer outra situação	22.075		114.472	114.472	0,61%	92.396	418,55%
Representação	140.125		143.702	143.702	0,77%	3.576	2,55%
Suplementos e prémios	0		0	0	0,00%	0	
Subsidio de refeição	842.768		943.884	943.884	5,03%	101.116	12,00%
Subsídios de férias e de Natal	1.671.476		1.812.897	1.812.897	9,67%	141.421	8,46%
Remunerações por doença e maternidade/paternidade	314.235		402.925	402.925	2,15%	88.690	28,22%
Subtotal	13.675.554		14.807.593	14.807.593	78,98%	1.132.040	8,28%
Abonos Variáveis ou eventuais							
Gratificações variáveis ou eventuais	0		0	0	0,00%	0	
Horas extraordinárias	247.824		275.182	275.182	1,47%	27.358	11,04%
Alimentação e alojamento	0		0	0	0,00%	0	
Ajudas de custo	11.635		12.270	12.270	0,07%	635	5,46%
Abono para falhas	3.128		3.507	3.507	0,02%	379	12,12%
Formação	0		0	0	0,00%	0	
Colaboração técnica e especializada	0		0	0	0,00%	0	
Subsídios e abonos de fixação, residência e alojamento	0		0	0	0,00%	0	
Subsidio de prevenção	0		0	0	0,00%	0	
Subsidio de trabalho nocturno	6.177		4.136	4.136	0,02%	-2.042	-33,05%
Subsidio de turno	335.608		363.916	363.916	1,94%	28.308	8,43%
Indemnizações por cessação de funções	0		0	0	0,00%	0	
Outros suplementos e prémios	64.534		68.561	68.561	0,37%	4.028	6,24%
Subtotal	668.905		727.572	727.572	3,88%	58.667	8,77%
Segurança Social							
Encargos com a saúde*	748.673	172.491	566.458	738.949	3,02%	-182.215	-24,34%
Outros encargos com a saúde	222.498	106	238.313	238.419	1,27%	15.816	7,11%
Subsidio familiar a crianças e jovens	129.045		157.602	157.602	0,84%	28.557	22,13%
Outras prestações familiares	13.761		19.606	19.606	0,10%	5.845	42,48%
Contribuições para a segurança social	1.941.541		2.120.386	2.120.386	11,31%	178.846	9,21%
Acidentes em serviço e doenças profissionais	0		0	0	0,00%	0	
Seguros*	126.300	7.908	109.863	117.771	0,59%	-16.437	-13,01%
Outras despesas de segurança social	0		0	0	0,00%	0	
Subtotal	3.181.816	180.505	3.212.228	3.392.733	17,13%	30.412	0,96%
TOTAL	17.526.275	180.505	18.747.393	18.927.898	100,00%	1.221.118	6,97%

Un: Euros

*A despesa facturada diz respeito a despesa realizada no próprio ano, não havendo despesa transitada, excepto nas rubricas de encargos com a saúde e seguros

Da análise destes dados afere-se que, no exercício de 2009 as despesas com pessoal tiveram um acréscimo de 6,97% em relação ao ano de 2008, explicado sobretudo pelo crescimento das despesas com Remunerações Certas e Permanentes, sendo que apenas uma parte deste aumento resulta da actualização dos vencimentos que redundou em 2,9 %.

As *Remunerações Certas e Permanentes* representam 78,98% do total destas despesas, correspondendo a um valor de 14.807.593€ no exercício de 2009, o que evidencia um acréscimo de 1.132.040 € (+) 8,28%, justificado fundamentalmente pelo aumento das despesas com o Pessoal dos Quadros (+) 430.372 €, acrescido do respectivo subsídio de férias e de Natal (+) 141.421 €, em resultado das nomeações para cargos dirigentes e reclassificações.

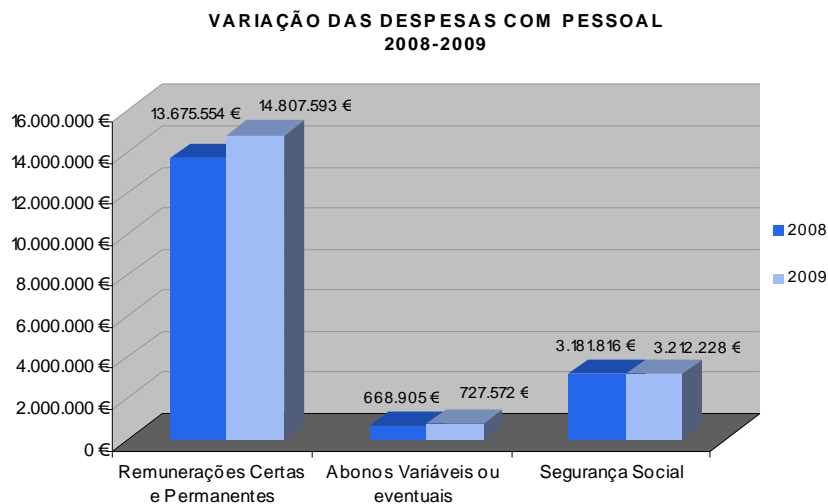
Outra contribuição que não deve ser negligenciada neste aumento é a da rubrica de Pessoal Contratado a Termo (+) 363.087 €, em consequência na sua maioria de novas contratações a termo resolutivo na área da educação, tal como se verificou no exercício de 2008, nomeadamente no que respeita a auxiliares de acção educativa, a técnicos de animação cultural e demais pessoal afecto a funções educativas no âmbito do Programa de Enriquecimento Curricular. Com influência inversa releva-se a redução das despesas com o Pessoal em Regime de Tarefa ou Avença no valor de (-) 103.803 €

Os *Abonos Variáveis ou Eventuais* afiguram 3,88% do total das despesas com pessoal, comportando o valor de 727.572 €, o que representa mais 58.667 € que em 2008, justificado pelo aumento apurado nas rubricas de horas extraordinárias e de subsídio de turno, cujas taxas de crescimento atingiram 11,04% e 8,43%, respectivamente.

A *Segurança Social* consome 17,13% do total das despesas com pessoal, alcançando a importância de 3.392.733 €, evidenciando em relação ao ano anterior, um acréscimo de cerca de (+)1%, fundamentado essencialmente pelo aumento das contribuições para a segurança social, em resultado do aumento das contratações a termo certo.

No âmbito de encargos com a saúde da ADSE, refira-se que se no passado existia um volume significativo de despesa transitada de anos anteriores, no exercício de 2009 essa dívida de montante já bastante inferior foi integralmente liquidada, estando no momento presente o Município a cumprir um prazo médio de pagamento de cerca de 60 dias.

Afigura-se seguidamente um gráfico que representa a variação das rubricas despesas com pessoal nos anos de 2008 e 2009.



Limites legais com pessoal

Em matéria de Despesas com Pessoal existem algumas limitações legais a saber:

- ✓ As estabelecidas no Decreto-Lei n.º 116/84 de 06 de Abril com a nova redacção dada pela Lei n.º 44/85 de 13 de Setembro, dispondo no seu art.º 10 que: “ As despesas efectuadas com o pessoal do quadro (...), não poderão exceder 60% das receitas correntes do ano económico anterior ao respectivo exercício.” e “ As despesas com o pessoal pago pela rubrica “Pessoal em qualquer outra situação” não podem ultrapassar 25% do limite dos encargos referidos no número anterior.”

- ✓ As regulamentadas através do artigo 21.º da Lei n.º 46/2008 de 27/08, que determina as condições em que as despesas com pessoal das Áreas Metropolitanas relevam para efeitos do limite estabelecido na lei para as despesas com pessoal do quadro dos municípios que as integram. Para este efeito compete às Assembleias Metropolitanas deliberar sobre a forma de imputação das despesas aos municípios associados, carecendo de aprovação das Assembleias Municipais. Verificada a ausência de deliberação, as despesas com pessoal são imputadas proporcionalmente à população residente em cada um dos municípios integrantes.
- ✓ As definidas no artigo 22.º da Lei n.º 45/2008 de 27 de Agosto que determina as condições em que as despesas com pessoal das comunidades intermunicipais relevam para efeitos do limite estabelecido na lei para as despesas com pessoal do quadro dos municípios que as integram.
- ✓ As referidas na Nova Lei das Finanças Locais que remete para a Lei do Orçamento do Estado, a possibilidade de fixar limites anuais para as despesas com pessoal, sendo que para o ano de 2009 ficou estipulado que os encargos com o pessoal abrangido pelo processo de transferência de competências para os municípios não são contabilizados para efeitos do limite estabelecido no artigo 10.º do Decreto -Lei n.º 116/84, de 6 de Abril.

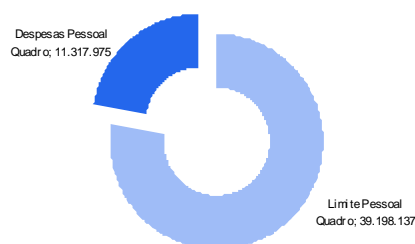
Face ao exposto, apresenta-se a posição do Município perante os limites legais estabelecidos, sendo de relevar para efeitos deste cálculo, apenas as despesas pagas pelo sub agrupamento 0101 – Remunerações Certas e Permanentes.

Limites legais estipulados no art.º 10.º do D.L n.º 116/84 de 06 de Abril, na redacção dada pela Lei 44/85 de 13 de Set			
	Valor	% utilizada das receitas correntes	% do limite legal 2009
PESSOAL DO QUADRO			
Receita Corrente 2008	65.330.229		
60 % da receita corrente arrecadada em 2008	39.198.137		
Despesas c/ pessoal do quadro em 2009	11.007.811	16,85%	
Despesas c/ pessoal da LIPOR em 2009	280.716	0,43%	
Despesas c/ pessoal da AMP em 2009	29.447	0,05%	
Total	11.317.975	17,32%	28,9%
PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO			
Receita Corrente 2008	65.330.229		
(25% x 60%) 15 % da receita corrente arrecadada em 2008	9.799.534		
Despesas c/ pessoal em qualquer outra situação em 2009	2.663.362	4,08%	
Total	2.663.362	4,08%	27,2%

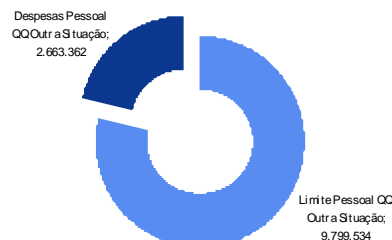
Un: Euros

Da avaliação do quadro conclui-se que apesar das despesas com pessoal se posicionarem muito abaixo dos limites impostos por lei, não se deve desprezar o aumento da taxa de utilização destes limites face ao transacto ano de 2008.

**LIMITES LEGAIS
DESPESAS COM PESSOAL DO QUADRO
(2009)**



**LIMITES LEGAIS
DESPESAS COM PESSOAL QQ OUTRA SITUAÇÃO
(2009)**



Estrutura Orgânica

Fruto da sua importância, interessa visualizar a execução e o seu peso das despesas com pessoal por capítulo orgânico, durante o exercício de 2009, conforme ilustra o quadro infra.

DESPESAS COM PESSOAL						
2009						
	Despesa			Taxa de Execução		
	Previsão (a)	Facturada (b)	Peso %	Paga (c)	Desp Facturada (b)/(a)	Desp Paga (c)/(b)
Classes Inactivas	16.400	10.921	0,06%	10.921	66,59%	100,00%
Órgãos de Autarquia	2.365.730	2.034.732	10,75%	1.974.827	86,01%	97,06%
Assembleia Municipal	44.700	33.528	0,18%	33.528	75,01%	100,00%
Dept.º Administração Geral	607.359	591.400	3,12%	591.400	97,37%	100,00%
Dept.º Finanças e Património	777.319	747.705	3,95%	747.705	96,19%	100,00%
Dept.º Gestão Recursos Humanos	350.007	330.347	1,75%	330.347	94,38%	100,00%
Dept.º Gestão Urbana	1.202.623	1.172.459	6,19%	1.172.459	97,49%	100,00%
Dept.º Ambiente e Planeamento Territorial	2.063.254	1.986.445	10,49%	1.986.445	96,28%	100,00%
Dept.º Construção e Estruturas Municipais	916.650	855.974	4,52%	855.974	93,38%	100,00%
Dept.º Serv.Conserv.Manut.Estruturas Municipais	1.753.807	1.683.214	8,89%	1.683.214	95,97%	100,00%
Dept.º Qualidade Auditoria Interna e Sist.Informação	391.211	375.999	1,99%	375.999	96,11%	100,00%
Dept.º Comunicação Imagem e Relações Institucionais	276.321	258.537	1,37%	258.537	93,56%	100,00%
Dept.º Trânsito Transportes	952.924	934.176	4,94%	934.176	98,03%	100,00%
Dept.º Educação, Acção Social e Juventude	3.867.940	3.643.409	19,25%	3.643.409	94,20%	100,00%
Dept.º Cultura e Turismo	1.079.111	1.042.996	5,51%	1.042.996	96,65%	100,00%
Dept.º de Desporto	2.972.672	2.713.743	14,34%	2.713.743	91,29%	100,00%
Dept.º Jurídico e Contencioso	579.296	512.312	2,71%	512.312	88,44%	100,00%
TOTAL	20.217.323	18.927.898	100,00%	18.867.993	93,62%	99,68%

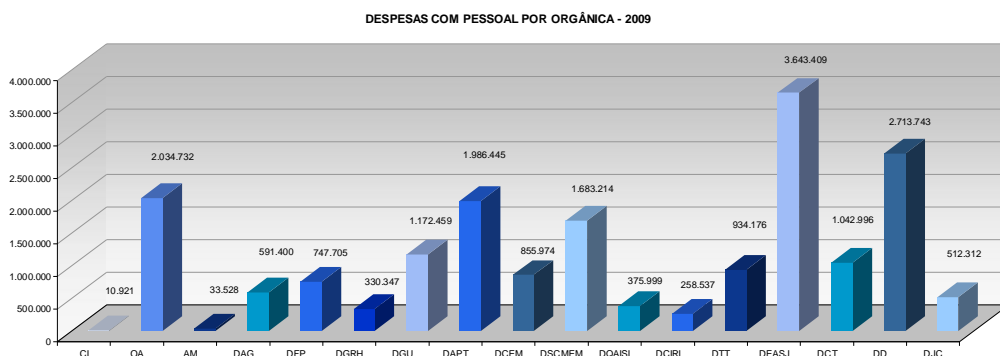
Un:Euros

Do exposto resulta que, a maior representatividade das despesas com pessoal está associada ao Departamento de Educação, Acção Social e Juventude (19,25%), seguida do Departamento de Desporto (14,34%) e dos Órgãos de Autarquia (10,75%).

Anote-se que os valores acima referenciados, incluem os encargos decorrentes dos funcionários que se encontram a desempenhar funções nas Empresas Municipais, Maiambiente e Espaço Municipal, em regime de destacamento, no montante global de 223.852€, contudo não altera significativamente o peso das orgânicas que são influenciadas por estes destacamentos designadamente, o Departamento da Administração Geral, o Departamento de Educação, Acção Social e Juventude, o Departamento do Ambiente e Planeamento Territorial e o Departamento de Trânsito e Transportes.

Convém realçar o facto de que, isolados que sejam dos Órgãos de Autarquia os encargos com a saúde pagos directamente à ADSE, representativos de todas as unidades orgânicas do município, conclui-se que as despesas com pessoal desta rubrica só totalizam 1.295.783 €, reduzindo-se o seu peso no total das despesas com pessoal para 6,85%.

Considerando o rigor das regras previsionais existentes no âmbito da orçamentação das despesas com pessoal e o seu grau de previsibilidade elevado como seria de esperar, anotam-se os níveis de execução de 100% em quase todas as orgânicas, excepto na rubrica dos Órgãos de Autarquia, onde se verifica um desvio que se reporta a encargos com a saúde por pagar à ADSE, relacionado com o processo de tramitação documental associado à recepção e conferência das facturas.



DESPESAS COM AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

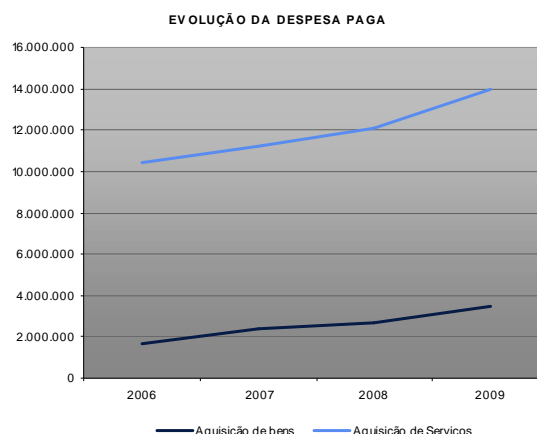
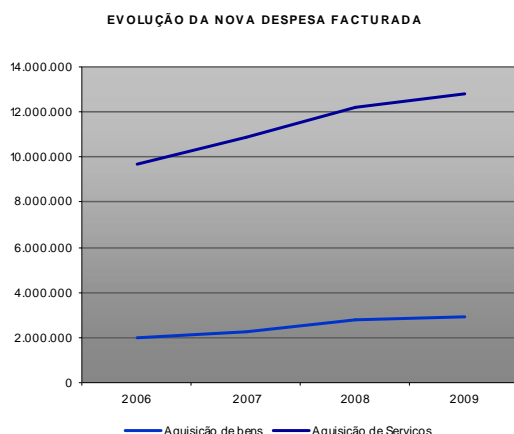
A Aquisição de Bens e Serviços contempla as despesas com a aquisição de serviços a terceiros, assim como os bens de consumo, face à sua estrutura, primeiro é realizada uma apreciação geral, para depois se proceder a uma avaliação mais detalhada de cada uma das suas componentes, em especial quanto à aquisição de serviços fruto da sua relevância.

ESTRUTURA GERAL DA AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS										
2009										
	Despesa Facturada			Despesa Paga		Taxa de Execução				
	Previsão	Transitada	Nova	Total		Desp Paga	Desp Facturada	%Desp Func	%Desp corrente	%Desp Total
	(a)	(b)	(c)	(d)=(b)+(c)	(e)	(e)/(d)	(d)/(a)			
Aquisição de Bens	4.818.581	932.076	2.932.520	3.864.596	3.494.185	90,42%	80,20%	8,14%	6,16%	4,03%
Aquisição de Serviços	18.265.472	2.421.450	12.801.868	15.223.318	13.987.221	91,88%	83,34%	35,52%	26,91%	17,60%
TOTAL AQUIS. BENS E SERVIÇOS	23.084.053	3.353.526	15.734.387	19.087.913	17.481.406	91,58%	82,69%	43,66%	33,07%	21,64%
TOTAL DESP FUNCIONAMENTO	45.252.962	3.556.093	36.038.736	39.594.829	37.863.902	95,63%	87,50%	100,00%	75,74%	49,56%
TOTAL DESPESAS CORRENTES	58.283.510	3.823.307	47.579.512	51.402.819	49.571.627	96,44%	88,19%	100,00%	100,00%	65,43%
TOTAL GERAL DESPESAS	119.174.924	18.173.342	72.717.670	90.891.011	81.532.558	89,70%	76,27%			100,00%

Un: Euros
Os valores percentuais foram calculados com base na nova despesa facturada

No ano de 2009 a nova despesa facturada pela rubrica de Aquisição de Bens e Serviços totalizou o montante de 15.734.387 €, ao qual correspondeu uma taxa de execução da despesa realizada de 82,69% e uma taxa de execução de pagamentos de 91,58%, assumindo a componente de Serviços a maior preponderância.

Os gráficos seguintes espelham a evolução da despesa facturada e despesa paga ao longo do último quadriénio.



Ao analisar a evolução da nova despesa facturada na aquisição de bens e serviços conclui-se que, no quadriénio esta tem vindo a aumentar, muito embora a um ritmo menos acentuado neste último ano, e que um comportamento inverso apresenta a despesa paga ao totalizar mais 18,52% do que no ano anterior, o que demonstra o esforço do município na liquidação de despesas de carácter correntes.

Aquisição de Bens

AQUISIÇÃO DE BENS										
	2008			2009			Despesa Paga (g)	Taxa de Cresc. [(e)-(b)]/(b)	% no Total Aq Bens (e)/Total (e)	Tx Execução (g)/(f)
	Despesa Facturada			Despesa Facturada						
	Transitada (a)	Nova (b)	Total (c)=(a)+(b)	Transitada (d)	Nova (e)	Total (f)=(d)+(e)				
Aquisição de Bens										
Materias Primas e subsidiárias	176.430	321.951	498.381	221.234	309.567	530.801	451.056	-3,85%	10,56%	84,98%
Combustíveis e lubrificantes	55.333	386.259	441.592	73.023	297.885	370.908	340.793	-22,88%	10,16%	91,88%
Munições, explosivos e artificios	0	0	0	0	0	0	0		0,00%	
Limpeza e higiene	38.188	53.210	91.398	32.615	75.335	107.950	90.758	41,58%	2,57%	84,07%
Alimentação - refeições confeccionadas	139.547	1.198.730	1.338.276	157.376	1.236.616	1.393.991	1.393.701	3,16%	42,17%	99,98%
Alimentação - géneros para confeccionar	27	1.723	1.750	0	2.270	2.270	2.270	31,76%	0,08%	100,00%
Vestuário e artigos pessoais	11.617	37.029	48.646	12.111	26.881	38.992	30.997	-27,41%	0,92%	79,49%
Material de escritório	58.432	201.004	259.436	76.073	160.278	236.350	207.570	-20,26%	5,47%	87,82%
Produtos químicos e farmaceuticos	43.948	51.774	95.722	41.539	59.595	101.134	92.646	15,11%	2,03%	91,61%
Produtos vendidos nas farmácias	0	0	0	0	0	0	0		0,00%	
Material de consumo clínico	0	5.674	5.674	394	2.096	2.491	2.431	-63,06%	0,07%	97,59%
Material de transporte	50.278	65.569	115.847	45.950	51.411	97.361	86.546	-21,59%	1,75%	88,89%
Material de consumo hoteleiro	49	261	310	0	23.078	23.078	22.952	8729,31%	0,79%	99,46%
Outro material peças	20.939	8.601	29.541	7.174	11.122	18.296	15.291	29,31%	0,38%	83,58%
Prémios condecorações e ofertas	76.401	92.323	168.724	72.049	249.779	321.828	236.022	170,55%	8,52%	73,34%
Mercadorias para venda	6.400	36.666	43.066	16.666	18.050	34.716	34.716	-50,77%	0,62%	100,00%
Ferramentas e utensílios	10.344	10.733	21.077	8.449	17.357	25.806	22.414	61,72%	0,59%	86,86%
Livros e documentação técnica	366	998	1.365	161	908	1.069	1.053	-9,10%	0,03%	98,58%
Artigos honoríficos e de decoração	0	0	0	0	0	0	0		0,00%	
Material de educação cultura e recreio	25.159	48.488	73.648	17.440	163.714	181.155	124.140	237,64%	5,58%	68,53%
Outros bens	110.931	247.905	358.836	149.822	226.579	376.401	338.828	-8,60%	7,73%	90,02%
Total Aquisição de Bens	824.389	2.768.899	3.593.288	932.076	2.932.520	3.864.596	3.494.185	5,91%	100,00%	90,42%

Un:Euros

Perante os dados presentes constata-se que a nova despesa facturada na aquisição de bens no ano de 2009 foi de 2.932.520 €, o que revela um crescimento de 5,91% face ao ano anterior, em resultado fundamentalmente do acréscimo verificado nas rubricas de prémios condecorações e ofertas e de material de educação cultura e recreio, sendo também de evidenciar os excelentes níveis de execução aqui associados.

Na globalidade da facturação da rubrica de bens, sobressai o peso da Alimentação - refeições confeccionadas com 42,17%, que se refere na sua maioria ao fornecimento de refeições nas Escolas do Ensino

Básico e Pré-Escolar da rede Pública do Concelho, seguindo-se as matérias primas e subsidiárias com 10,56% e os combustíveis e lubrificantes que atingem 10,16%.

Anota-se mais uma vez e tal como no anterior exercício, que é notório o esforço financeiro do município em matéria de apoio ao fornecimento de refeições escolares.

Aquisição de Serviços por Económica

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS POR ECONÓMICA										
2008						2009				
	Despesa Facturada			Despesa Facturada			Despesa Paga	Taxa de Cresc. [(e)-(b)]/(b)	%Total Aq Serviços (e)/Total (e)	Tx Execução (g)/(f)
	Transitada (a)	Nova (b)	Total (c)=(a)+(b)	Transitada (d)	Nova (e)	Total (f)=(d)+(e)				
Aquisição de Serviços										
Encargos de instalações	178.538	1.999.234	2.177.772	147.413	2.189.118	2.336.530	2.230.227	9,50%	17,10%	95,45%
Limpeza e higiene	44.501	152.043	196.544	24.255	128.334	152.589	147.146	-15,59%	1,00%	96,43%
Conservação de bens	324.404	528.417	852.821	345.305	578.695	924.000	760.749	9,51%	4,52%	82,33%
Locação de edifícios						0	0		0,00%	
Locação material informática	0	0	0	0	0	0	0		0,00%	
Locação de outros bens	172.517	116.284	288.801	193.008	214.640	407.648	245.676	84,58%	1,68%	60,27%
Comunicações	53.649	318.965	372.614	45.805	345.928	391.733	369.246	8,45%	2,70%	94,26%
Transportes	41.473	698.564	740.037	165.601	483.797	649.399	589.048	-30,74%	3,78%	90,71%
Representação dos serviços	19.140	27.601	46.741	17.206	23.749	40.955	34.933	-13,96%	0,19%	85,30%
Seguros	393	84.145	84.538	3.452	80.923	84.375	83.501	-3,83%	0,63%	98,96%
Deslocações e estadas	880	94.048	94.928	0	103.755	103.755	103.749	10,32%	0,81%	99,99%
Estudos, pareceres, projectos	31.759	276.631	308.390	27.186	197.782	224.968	197.854	-28,50%	1,54%	87,95%
Formação	0	34.941	34.941	29.183	42.256	71.439	69.909	20,93%	0,33%	97,86%
Seminários, exposições e similares	8.241	52.287	60.528	38.246	37.946	76.192	72.021	-27,43%	0,30%	94,53%
Publicidade	18.207	420.438	438.645	87.113	432.798	519.910	456.334	2,94%	3,38%	87,77%
Vigilância e segurança	262.539	838.745	1.101.284	288.364	866.635	1.155.000	1.092.025	3,33%	6,77%	94,55%
Assistência técnica	25.763	172.818	198.581	7.127	189.198	196.325	165.734	9,48%	1,48%	84,42%
Outros trabalhos especializados	500.979	2.440.449	2.941.428	553.449	3.311.721	3.865.170	3.394.577	35,70%	25,87%	87,82%
Utilização de infra-estruturas						0	0		0,00%	
Serviços de saúde						0	0		0,00%	
Encargos de cobrança de receitas	0	705.669	705.669	0	617.620	617.620	617.620	-12,48%	4,82%	100,00%
Iluminação pública	0	1.459.751	1.459.751	0	1.650.407	1.650.407	1.650.407	13,06%	12,89%	100,00%
Outros serviços	588.850	1.817.656	2.406.506	448.738	1.306.565	1.755.303	1.706.464	-28,12%	10,21%	97,22%
Total Aquisição Serviços	2.271.834	12.238.686	14.510.520	2.421.450	12.801.868	15.223.318	13.987.221	4,60%	100,00%	91,88%
Un:Euros										

Un: Euros

Considerando os valores revelados, regista-se que em 2009 a nova despesa facturada na aquisição de serviços importa em 12.801.868 €, advindo os maiores contributos das seguintes rubricas: outros trabalhos especializados (25,87%), encargos de instalações (17,10%), iluminação pública (12,89%) e a residual de outros serviços (10,21%), sendo também estas que, de igual modo, mais contribuíram para o acréscimo verificado nesta rubrica na ordem dos 5%.

No âmbito do grupo de *Outros Trabalhos Especializados*, cuja nova despesa facturada assume 3.311.721 €, estão relevadas actividades como: o tratamento de resíduos sólidos urbanos pela Lipor, o Festival Cómico da Maia – realização de espectáculos infantis, despesas relativas aos serviços técnicos prestados por outras empresas, tais como serviços informáticos, trabalhos tipográficos (revista Maismaia), prestação de serviços de assessoria, imprensa, consultadoria, auditoria.

Relativamente aos *Outros Serviços*, cuja nova despesa ascendeu a 1.306.565 € destacam-se os seguintes eventos dada a sua expressividade: Programa “Turismo Sénior”, Produção do Evento “Maiact” - Festival da Juventude, Festival de Música da Maia, Feira do Desporto, realização da “Feira de Artesanato da Maia”, realização da “Taça Internacional Maia Jovem” em Ténis, e as manutenções de jardins.

Aquisição de Serviços por Orgânica

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS POR ORGÂNICA									
	2009					Taxa de Execução			
	Despesa Facturada								
	Previsão (a)	Transitada (b)	Nova (c)	Total (d)=(b)+(c)	% (c)/Total(c)	Desp Paga (e)	% (e)/Total(e)	Desp Facturada (d)/(a)	Desp Paga (e)/(d)
Órgãos de Autarquia	7.067.043	738.143	5.358.124	6.096.267	41,85%	5.765.064	41,22%	86,26%	94,57%
Assembleia Municipal	68.050	6.518	53.173	59.691	0,42%	51.023	0,36%	87,72%	85,48%
Dept.º Administração Geral	60.835	11.130	39.802	50.932	0,31%	48.591	0,35%	83,72%	95,40%
Dept.º Finanças e Património	50.500	150	29.631	29.781	0,23%	29.744	0,21%	58,97%	99,87%
Dept.º Gestão Recursos Humanos	92.180	26.033	30.457	56.490	0,24%	56.490	0,40%	61,28%	100,00%
Dept.º Gestão Urbana	28.898	8.185	1.889	10.074	0,01%	9.936	0,07%	34,86%	98,63%
Dept.º Ambiente Planeamento Territorial	3.712.185	541.728	2.792.865	3.334.592	21,82%	2.992.841	21,40%	89,83%	89,75%
Dept.º Construção e Estruturas Municipais	332.100	25.879	113.753	139.632	0,89%	124.863	0,89%	42,05%	89,42%
Dept.º Serv.Conserv.Manut.Estruturas Municipais	910.302	163.356	500.434	663.790	3,91%	558.434	3,99%	72,92%	84,13%
Dept.º Qualidade, Auditoria Interna Sist.Informação	118.230	23.478	81.000	104.478	0,63%	79.489	0,57%	88,37%	76,08%
Dept.º Comunicação Imagem Relações Institucionais	467.380	37.747	265.667	303.415	2,08%	289.816	2,07%	64,92%	95,52%
Dept.º Trânsito Transportes	717.512	210.360	425.258	635.618	3,32%	558.833	4,00%	88,59%	87,92%
Dept.º Educação Acção Social Juventude	1.395.114	101.111	886.036	987.147	6,92%	907.222	6,49%	70,76%	91,90%
Dept.º Cultura e Turismo	1.413.849	328.140	914.045	1.242.185	7,14%	1.096.285	7,84%	87,86%	88,25%
Dept.º de Desporto	1.800.894	199.491	1.287.458	1.486.949	10,06%	1.398.112	10,00%	82,57%	94,03%
Dept.º Jurídico e Contencioso	30.400	0	22.277	22.277	0,17%	20.477	0,15%	73,28%	91,92%
TOTAL	18.265.472	2.421.450	12.801.868	15.223.318	100,00%	13.987.221	100,00%	83,34%	91,88%

Un: Euros

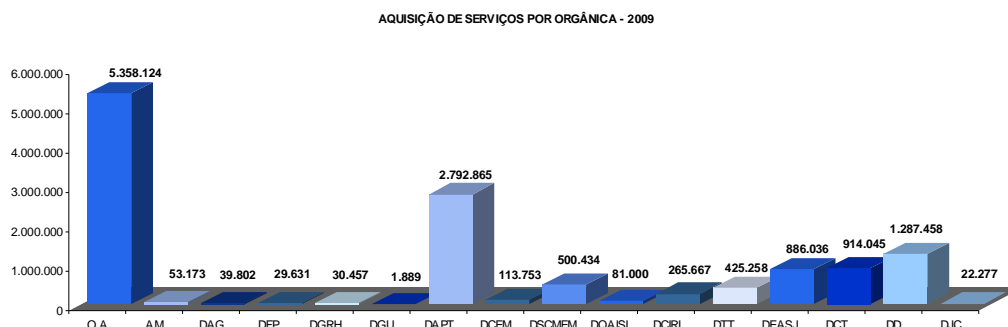
Em termos de nova despesa facturada, são os Órgãos de Autarquia que realizam maior volume de despesa na aquisição de serviços ao serem-lhe imputadas cerca de 42% destas, como seria de esperar, uma vez que estão aqui reflectidas grande parte das despesas comuns a todas as unidades orgânicas do município, como sejam encargos de instalações (consumo de electricidade, gás e água), logo seguido pelo Departamento de Ambiente e Planeamento Territorial e o Departamento de Desporto, com um peso de 21,82% e 10,06%, respectivamente.

Uma vez desconsiderados os valores das despesas com encargos de instalações do município, conclui-se que a nova despesa facturada em matéria de aquisição de serviços imputável aquela orgânica baixa para 24,75%, posicionando os Órgãos de Autarquia a um nível próximo do Departamento de Ambiente e Planeamento Territorial.

Da aquisição de serviços acometida ao Departamento de Ambiente e Planeamento Territorial no valor de 2.792.865 €, importa salientar pela sua materialidade as despesas inerentes ao tratamento de resíduos sólidos cobradas pela Lipor (1.705.456 €) que em abono da verdade, dada a sua natureza, estariam melhor reflectidos na empresa Maiambiente, e a manutenção de jardins.

Quanto às taxas de execução das despesas realizadas e pagas, atestam-se elevados níveis de execução nas diferentes orgânicas, que rondam globalmente os 83% e 92%.

A distribuição do peso deste tipo de despesa pelas diferentes unidades orgânicas está retratada no gráfico infra reproduzido.



TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

Na esfera das atribuições que são conferidas ao Município em vários campos de acção que vão desde a educação, a acção social, desporto, cultura, o Município conferiu ao longo deste exercício económico determinados subsídios a organismos e entidades, com intenção de financiar as suas despesas correntes, demonstrando um claro intervencionismo no processo de desenvolvimento urbano com a finalidade de proporcionar condições de desenvolvimento dos sectores cultural, desportivo, educacional e de acção social.

Esta cooperação financeira entre o Município, organismos e entidades representa uma importante fonte de despesa autárquica, sendo responsável por cerca de 13% do total da nova despesa realizada no exercício de 2009.

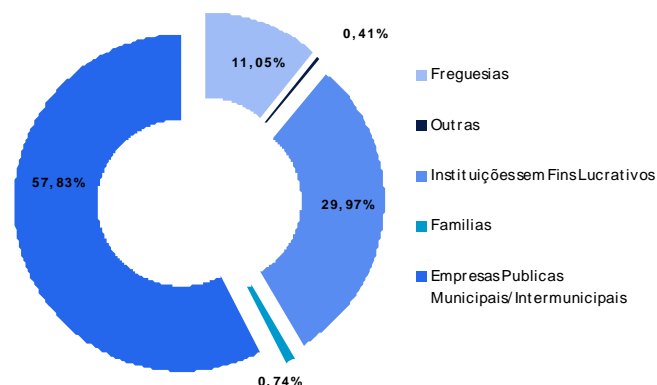
Interessa ainda ressaltar que, de forma a garantir clareza e objectividade, o sistema de atribuição destes apoios tem sido matéria de enquadramento normativo interno, através de legislação específica de suporte.

Seguidamente insere-se um quadro e um gráfico elucidativos da distribuição das transferências correntes e subsídios atribuídos.

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E SUBSÍDIOS													
	2008				2009				Desp Paga (h)	Peso (f)/Total(f)	Taxa Variação % [(f)-(b)]/(b)	Taxa de Execução	
	Despesa Facturada			Previsão (d)	Despesa Facturada			Desp Paga (h)				Desp Paga (h)/(g)	Desp Facturada (g)/(d)
	Transitada (a)	Nova (b)	Total (c)=(a)+(b)		Transitada (e)	Nova (f)	Total (g)=(e)+(f)						
Transferências Correntes													
Soc. e quase sociedades não financeiras	0	0	0	600	0	0	0	0	0,00%			0,00%	
Administração Local													
Municípios		0	0	50	0	0	0	0	0,00%			0,00%	
Freguesias	0	928.462	928.462	1.018.500	0	1.009.326	1.009.326	1.007.805	11,05%	8,71%	99,85%	99,10%	
Serviços Autónomos da Adm.Local	0	0	0	100	0	0	0	0	0,00%			0,00%	
Associações de Municípios	0	0	0	50	0	0	0	0	0,00%			0,00%	
Assembleia Distritais	0	0	0	5.300	0	0	0	0	0,00%			0,00%	
Outras	0	37.452	37.452	40.000	0	37.166	37.166	37.166	0,41%	-0,76%	100,00%	92,92%	
Instituições sem Fins Lucrativos	145.171	2.723.037	2.868.208	2.928.898	110.011	2.737.996	2.848.008	2.753.973	29,97%	0,55%	96,70%	97,24%	
Famílias	0	39.772	39.772	174.410	0	67.573	67.573	62.864	0,74%	69,90%	93,03%	38,74%	
Subtotal	145.171	3.728.724	3.873.895	4.167.908	110.011	3.852.062	3.962.073	3.861.808	42,17%	3,31%	97,47%	95,06%	
Subsídios													
Soc. e quase sociedades não financeiras													
Empresas Publicas Municipais/Intermunicipais	22.943	4.152.452	4.175.395	6.262.400	9.018	5.282.888	5.291.906	5.291.906	57,83%	27,22%	100,00%	84,50%	
Outras	0	0	0	50	0	0	0	0	0,00%			0,00%	
Subtotal	22.943	4.152.452	4.175.395	6.262.450	9.018	5.282.888	5.291.906	5.291.906	57,83%	27,22%	100,00%	84,50%	
TOTAL	168.114	7.881.176	8.049.290	10.430.358	119.029	9.134.950	9.253.979	9.153.714	100,00%	15,91%	98,92%	88,72%	

Un:Euros

**DISTRIBUIÇÃO TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E SUBSÍDIOS
2009**



No quadro apresentado, estão inscritas as transferências que se destinaram a apoiar a actividade de diversas instituições particulares com interesse municipal, assim como o funcionamento e respectivas actividades das Juntas de Freguesia.

Ao abrigo da rubrica de Transferências para Instituições Sem Fins Lucrativos, salientam-se os apoios concedidos no âmbito das actividades desportivas, culturais, humanitárias, sociais e de acção social escolar enquanto que na de Subsídios, registam-se todos os fluxos monetários não reembolsáveis transferidos para as empresas municipais ou outras empresas participadas pela Autarquia, e que se destinam às respectivas despesas de funcionamento.

Durante a gerência de 2009 os montantes dos apoios atribuídos atingiram 9.134.950 €, concretizando-se deste modo um crescimento nesta área de 15,91% em relação ao ano transacto, explicado na sua maioria pela rubrica dos subsídios, principalmente por causa do subsídio à exploração concedido à Empresa Municipal Maiambiente, no âmbito do contrato de gestão oportunamente celebrado. Refira-se que este contrato, só obteve o Visto do Tribunal de Contas em Junho de 2009, o que determinou que parte deste valor reportado do exercício de 2008 só fosse pago em 2009, contribuindo assim para onerar esta rubrica.

No contexto global das Transferências Correntes e Subsídios, o maior peso centra-se nos subsídios atribuídos às Empresas Públicas Municipais/Intermunicipais ao assumir 57,83%, destacando-se aqui o da Maiambiente, seguindo-se os apoios concedidos às Instituições sem Fins Lucrativos com 29,97% e as verbas atribuídas às Juntas de Freguesia com 11,05%, sendo ainda de evidenciar genericamente as elevadas taxas de execução apuradas ao nível da despesa paga, que atingiram os 98,92%.

Posteriormente, apresenta-se um quadro com a explanação da distribuição dos Subsídios pagos e Transferências Correntes.

DISTRIBUIÇÃO TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E SUBSÍDIOS	
2009	
	Valor

Subsídios Atribuídos às Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais:

Maiambiente - Empresa Municipal do Ambiente, E.M. - Subsídio à exploração no âmbito do contrato de gestão celebrado.	4.670.000
Academia das Artes da Maia - Produções Culturais E.M. - Subsídio à exploração no âmbito do contrato de gestão, contrato programa celebrado destinado ao desenvolvimento de várias actividades, serviços prestados no âmbito de várias actividades como a produção do Festival de Música da Maia, Concerto Comemorativo do dia de Santa Cecília e Concerto pela Orquestra Gulbenkian.	613.578
Tum - Transportes Urbanos da Maia, E.M. - Tendo por fim proceder à extinção da Sociedade.	8.328

Transferências para Instituições Sem Fins Lucrativos:

Associações Desportivas / Clubes e Grupos Desportivos	1.756.131
Associações Culturais / Grupos Culturais e Recreativos / Comissões Fabriqueiras / Fábricas da Igreja Paroquial	319.241
Associações Humanitárias de Bombeiros	210.000
Educação - Agrupamentos de Escolas	401.787
Associações de Carácter Social	56.813

Transferências para as Juntas de Freguesia:

Transferências Correntes - Despesas Correntes e de Funcionamento	989.991
Outras Transferências - Comparticipação financeira nas actividades culturais, recreativas, desportivas e de apoio social, subsídios atribuídos para participar nas festas do concelho, comparticipação nas actividades das escolas do 1.º C.E.B, subsídio tendo em vista o pagamento de refeições a alunos carenciados no período de interrupção lectiva, protocolo de colaboração entre Município e Juntas - Sistema de aquisição de senhas de refeição cantinas das escolas 1.º C.E.B.	27.814

Transferências para as Famílias:

Preparação e participação de atletas em diversas Competições Internacionais - Campeonato Internacional de Danças, Campeonato do Mundo de Pesca Desportiva e Campeonato Mundial de Bilhar.	3.915
Processo de integração no Horto Municipal da Quinta da Gruta de um jovem deficiente.	2.040
Actividades no âmbito do Protocolo de Cooperação entre a Maia e Água Grande - São Tomé e Príncipe - Atribuição de bolsas de estudo a jovens São-Tomenses, que estão a frequentar o Instituto Superior da Maia - ISMAI e outros jovens que estão no CICCOPN a fazer uma formação na área da construção civil. Atribuição de outras bolsas complementares.	55.138
Apoio de uma aluna maia do curso de arquitectura na efectivação de um estágio internacional	1.772

Outras Transferências Correntes:

Comparticipação do Município, com vista ao funcionamento ordinário da Área Metropolitana do Porto	37.166
---------------------------------------------------------------------------------------------------	--------

Un:Euros

INVESTIMENTO GLOBAL

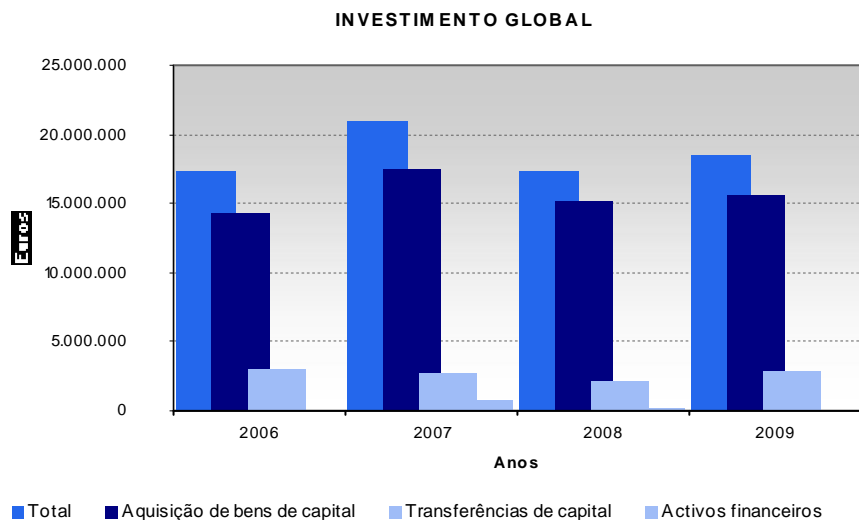
O investimento global do Município comporta o Investimento Directo as Transferências de Capital (Investimento Indirecto) e os Activos Financeiros.

Proceder-se-á inicialmente à análise geral do seu comportamento e posteriormente detalhar-se-á cada uma das suas componentes.

O Quadro que se apresenta de seguida, reflecte a evolução dos diferentes agregados do investimento global no último quadriénio assim como permite aferir o peso de cada uma daquelas rubricas no total das despesas facturadas do próprio exercício.

INVESTIMENTO GLOBAL											
	2006		2007		Taxa de variação %	2008		Taxa de variação %	2009		
	Valor	% despesa total	Valor	% despesa total		Valor	% despesa total		Valor	% despesa capital	% despesa total
Aquisição de bens de capital	14.344.134	23,4%	17.467.839	22,7%	21,8%	15.120.755	21,2%	-13,4%	15.556.564	61,9%	21,4%
Transferências de capital	2.976.928	4,9%	2.758.904	3,6%	-7,3%	2.103.136	2,9%	-23,8%	2.880.167	11,5%	4,0%
Activos financeiros	0	0,0%	736.350	1,0%		114.008	0,2%		16.462	0,1%	0,0%
Total	17.321.062	28,3%	20.963.093	27,2%	21,0%	17.337.899	24,3%	-17,3%	18.453.193	73,4%	25,4%
Un:Euros									Despesas de Capital (fact nova)		
									25.138.158		
									100,0%		
									34,6%		
									100,0%		

O investimento realizado em 2009, ascende a 18.453.193 €, correspondendo a 25,4% do total da despesa do Município. Apresenta uma taxa de crescimento de 6,4 % em relação ao ano transacto, assumindo particular relevância a *Aquisição de bens de capital* ao exibir 15.556.564 €, ocupando cerca de 62% do total das despesas de capital.



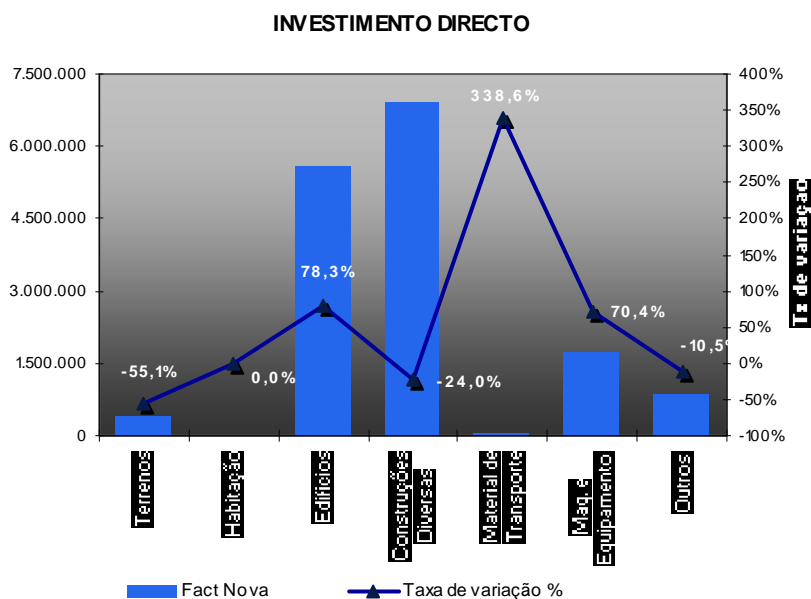
INVESTIMENTO DIRECTO

O investimento directo engloba a aquisição ou produção de bens duráveis e de igual modo as melhorias ou modificações que visam aumentar o período de duração desses bens ou a sua produtividade. Esta tipologia de investimento consta de forma discriminada no PPI.

INVESTIMENTO DIRECTO									
	2008	2009			% no Total PPI	Pago (e)	Taxa de Execução		Taxa de variação %
	Fact Nova (a)	Dotações Finais (b)	Fact Transitada (c)	Fact Nova (d)			[(c)+(d)]/(b)	(e)/[(c)+(d)]	
Terrenos e Recursos Naturais	883.477	624.000	997	396.363	2,5%	346.363	63,7%	87,2%	-55,1%
Habitação	0	17.550	0	11.153	0,1%	0	63,6%	0,0%	
Construção	0	0	0	0	0,0%	0			
Aquisição	0	0	0	0	0,0%	0			
Reparação e Beneficiação	0	17.550	0	11.153	0,1%	0	63,6%	0,0%	
Edifícios	3.147.482	14.689.800	2.344.184	5.612.025	36,1%	4.551.393	54,2%	57,2%	78,3%
Construções Diversas	9.083.224	22.884.175	8.599.249	6.909.487	44,4%	13.961.215	67,8%	90,0%	-24,0%
Material de Transporte	4.898	215.000	4.898	21.484	0,1%	26.382	12,3%	100,0%	338,6%
Maq. e Equipamento	1.016.956	3.675.050	705.545	1.732.791	11,1%	1.685.221	66,3%	69,1%	70,4%
Equipamento Informático	195.667	1.247.900	85.106	470.043	3,0%	234.406	44,5%	42,2%	140,2%
Software Informático	183.742	556.300	106.455	322.419	2,1%	275.414	77,1%	64,2%	75,5%
Equipamento Administrativo	20.865	53.000	4.942	24.533	0,2%	26.476	55,6%	89,8%	17,6%
Equipamento Básico	607.154	1.787.850	503.714	899.245	5,8%	1.128.587	78,5%	80,4%	48,1%
Ferramentas e Utensílios	9.529	30.000	5.329	16.552	0,1%	20.338	72,9%	93,0%	73,7%
Outros	974.717	3.692.550	484.277	873.260	5,6%	1.215.301	36,8%	89,5%	-10,4%
Artigos e Objectos Valor	10.000	36.500	0	0	0,0%	0	0,0%		-100,0%
Investimentos Incorpóreos	431.032	2.176.450	158.797	363.572	2,3%	465.630	24,0%	89,1%	-15,7%
Outros Investimentos	490.021	1.414.600	310.480	462.453	3,0%	687.436	54,6%	88,9%	-5,6%
Locação Financeira	0	0	0	0	0,0%	0			
Bens Património Histórico-Cultural	43.665	65.000	15.000	47.235	0,3%	62.235	95,7%	100,0%	8,2%
Outros Bens Domínio Público	0				0,0%				
Total	15.120.755	45.798.125	12.139.150	15.556.564	100,0%	21.785.875	60,5%	78,7%	2,9%

O investimento directo realizado pela autarquia no ano 2009 ascende em 15.556.564 €, ligeiramente acima do verificado no ano anterior em cerca de 3%. Para este cenário, e pela sua representatividade, con-

tribuíram de forma oposta as rubricas de Edifícios e de Construções Diversas. A primeira com um acréscimo de 78% e a segunda, com uma variação negativa de (-) 24%.



No ano em análise, a dotação prevista para investimento directo situou-se nos 45.798.125 € e obteve uma taxa de execução orçamental de cerca de 61%.

No que respeita à taxa de realização de pagamentos, a mesma atingiu 78,7%, verificando-se que a despesa paga não só cobriu a nova facturação como também recuperou facturação transitada no montante de 6.229.311 €, circunstancia que se tem vindo a verificar sistematicamente nas últimas gerências. Porém, não deve deixar de ser anotado que no exercício de 2009 o Município contraiu um empréstimo ao abrigo do PREDE- Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas ao Estado, que muito contribuiu para a elevada taxa de realização verificada.

Seguidamente, serão analisadas separadamente, cada uma das rubricas de natureza económica, que compõem o investimento do Município, destacando a execução de alguns projectos.

Terrenos

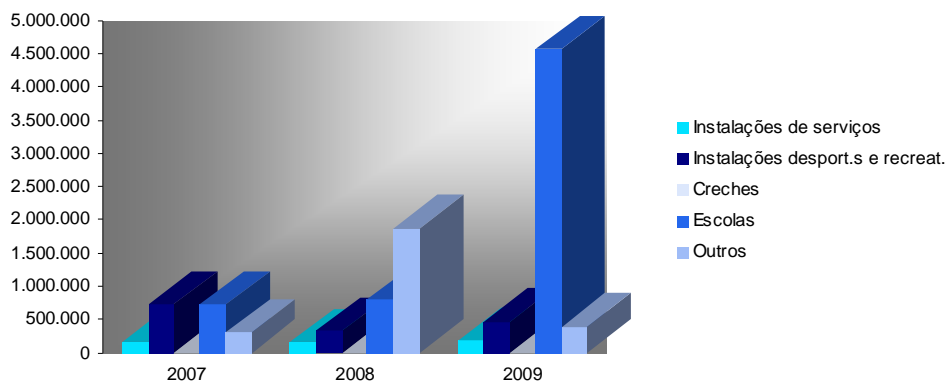
O investimento em Terrenos e Recursos Naturais no ano de 2009, fixou-se em 396.363 €, desta importância 75% respeitou a aquisição de terrenos para domínio privado e 25 % para domínio público. Verificou-se uma redução nesta tipologia de despesa de cerca de 55% em relação ao ano transacto.

Habitação

A Habitação, no ano em análise, não compreendeu qualquer novo investimento uma vez que é a Espaço Municipal que tem incumbência nesta matéria. Apenas se verificou a execução de obras de conservação e reparação para instalação dos Gabinetes de Inserção Profissional de Santa Maria de Avioso e de Águas Santas.

Edifícios

EDIFÍCIOS



A rubrica *Edifícios* constitui a segunda maior componente do investimento directo ao exibir um peso de 36,1%, e ao absorver a importância de 5.612.025 €

Nesta componente da despesa, enquadram-se os edifícios para instalação de serviços, instalações desportivas, creches, escolas, lares de terceira idade e outros edifícios. Regista um considerável aumento de 78% relativamente a 2008, influenciado sobretudo pela económica *Escolas*, cujo montante ascendeu a 4.576.503 € bem demonstrado no gráfico antecedente que reflecte de forma notória o esforço de investimento municipal numa área tão fundamental como é a da educação.

Destacam-se diversas construções de centros escolares e beneficiação e recuperação dos edifícios existentes tais como:

- ✓ Centro Escolar da Maia - EB1 e J.I. -, na Freguesia da Maia;
- ✓ Centro Escolar de Vermoim/Gueifães - EB1 e J.I.;
- ✓ Centro Escolar da Gandra - EB1 e J.I. -, na Freguesia de Águas Santas;
- ✓ Beneficiação da Escola do EB1 de Monte das Cruzes, na Freguesia de Milheirós;
- ✓ Beneficiação e ampliação da Escola do EB1 do Monte Calvário, na Freguesia de Nogueira;
- ✓ Recuperação do edifício do EB1 do Paço, na Freguesia de Águas Santas;
- ✓ Beneficiação e ampliação da Escola do EB1 de Parada, na Freguesia de Águas Santas.
- ✓ Beneficiação e ampliação da Escola do EB1 de Currais, na Freguesia de Vermoim;
- ✓ Ampliação e reformulação do Edifício do EB1 da Prozela, na Freguesia de Vila Nova da Telha, com vista, em especial, à instalação de salas para o Ensino Pré-Escolar e de um Refeitório;
- ✓ Ampliação e reformulação do Edifício do EB1 de Pedrouços 3 - Giesta -, na Freguesia de Pedrouços, com vista, em especial, à instalação de salas para o Ensino Pré-Escolar e de um Refeitório.

As *Instalações Desportivas e Recreativas*, apesar do aumento de 44,3% relativamente ao ano antecedente arrecadam para si apenas 8,34% do total do grupo *Edifícios* no montante exacto de 468.294 €. Obtiveram maior representatividade os investimentos efectuados:

- ✓ Recompartimentação, substituição da cobertura e outros trabalhos de restauro da designada Escola Príncipe da Beira, na Freguesia de Gueifães.
- ✓ Ampliação do Pavilhão Gimnodesportivo de Gueifães, na Freguesia de Gueifães.

No que respeita a *Outros edifícios*, cujo volume de investimento atinge 389.594 € salientam-se os projectos a seguir discriminados:

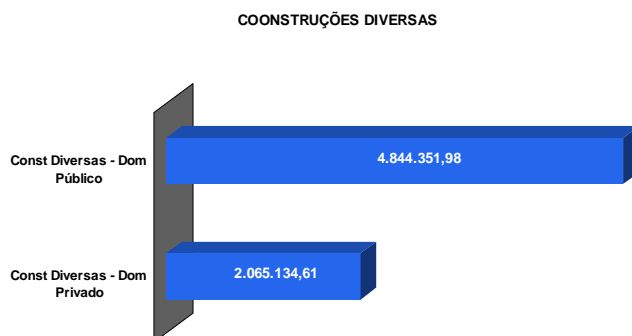
- ✓ Adaptação da "Quinta da Gruta" para a instalação de uma "Horta Pedagógica" e de uma Escola de Educação Ambiental;
- ✓ Construção, ampliação, adaptação e conservação de instalações para a Polícia de Segurança Pública, para a Guarda Nacional Republicana e para a Polícia Municipal.
- ✓ Conservação de edifícios municipais.

Por outro lado, as *Instalações de Serviços*, cujo valor se situou em 177.634 € engloba as obras de beneficiação do edifício Municipal sito à Rua de D. Manuel II, integrado na Zona Desportiva Central do Município, na Freguesia de Vermoim e a construção de novas instalações para o Canil Municipal (Centro de Recolha).

Construções Diversas

A rubrica *Construções Diversas*, embora sendo a componente de investimento directo com maior peso, apresentou uma variação negativa de (-) 24% face a 2008.

Responsável por 6.909.487 € engloba construções afectas ao Domínio Privado e ao Domínio Público, estas últimas a assumirem maior relevância com cerca de 70,1% do total das Construções Diversas.



Pela sua representatividade, irá ser individualizado o investimento em construções do domínio privado e construções no domínio público, evidenciando as acções mais relevantes em termos de nova facturação.

Construções Diversas para integrar no Domínio Privado da Autarquia

As construções afectas ao domínio privado do Município absorveram 2.065.135 € e na sua maioria (65,58%), tiveram como destino a construção de instalações desportivas e recreativas, das quais se destacam:

- ✓ Construção do Edifício-Sede da Casa de Povo de Vermoim;
- ✓ Piscinas Descobertas da Quinta da Gruta;

- ✓ Construção do Polidesportivo coberto de Pedrouços;
- ✓ Construção de um Campo de Treinos anexo ao Estádio Municipal do Castelo da Maia;
- ✓ Construção do Polidesportivo da Quinta da Comenda, na Freguesia de Águas Santas;
- ✓ Construção do Polidesportivo da Aldeia, na Freguesia de Vila Nova da Telha;
- ✓ Instalação de "Polidesportivos de Rua", em vários locais do Concelho, de apoio a núcleos habitacionais.

Na categoria de “*Outros*” o investimento atingiu os 419.266 € e respeita a projectos tais como:

- ✓ Programa de eliminação de barreiras arquitectónicas. – 155.039 €
- ✓ Construção do Aeródromo de Vilar de Luz – 114.503 €

Embora sendo pouco significativa a colocação ou beneficiação de sinalização horizontal em arruamentos diversos e a semaforização de vias totalizou 198.041 €

Por fim refira-se que na rubrica de “*Parques e jardins*” a importância de 56.246 € teve como destino exclusivo a construção de diversos parques infantis.

Construções Diversas para integrar em Bens Domínio Público

No domínio público da autarquia, foram efectuados investimentos que ascenderam de 4.844.352 € contribuindo com maior expressividade para este agregado de despesa os “*viadutos e arruamentos*”, ao avocar 3.974.280 € da nova facturação, nas seguintes obras:

- ✓ Rectificação, drenagem de águas pluviais, pavimentação e repavimentação de arruamentos diversos em vários locais do Concelho, incluindo a aquisição de betume asfáltico e a respectiva aplicação;
- ✓ Repavimentação e beneficiação de vias em várias zonas do Concelho;
- ✓ Via Central de Pedrouços - Águas Santas; Troço entre a Travessa Nova da Giesta e a Rua de D. Amélia Moutinho Alves, incluindo o acesso à Escola do EB2,3 de Pedrouços, e incluindo ainda a elaboração de projectos e a aquisição de terrenos;
- ✓ Recuperação e beneficiação de arruamentos diversos em várias zonas do Concelho, com especial incidência na construção de passeios e seu lancilamento.

O ajardinamento, a concepção de diversos espaços arborizados, os arranjos paisagísticos e reflorestação de vários montes do Concelho constituíram acções levadas a efeito na sub-rubrica *parques e jardins* abrangendo na sua globalidade 569.184 €

Importa também mencionar alguns projectos enquadráveis em “*outras infra-estruturas de domínio público*”, tais como:

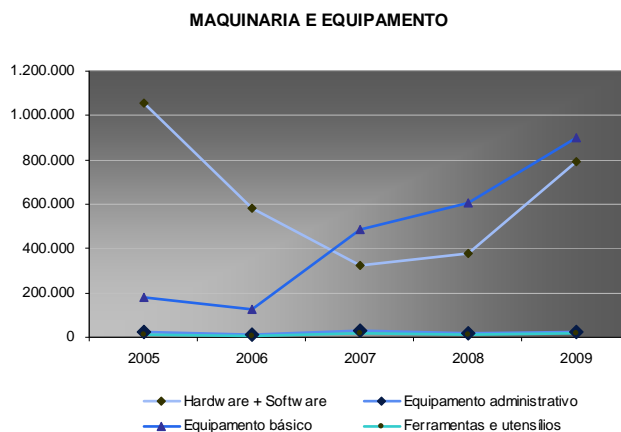
- ✓ Trabalhos urbanísticos em diversas áreas do Concelho, com vista à sua recuperação urbana;
- ✓ Execução de diversos trabalhos de Urbanização na designada Quinta do Mosteiro, na Freguesia de Moreira.

No âmbito da *Iluminação Pública* os investimentos executados, no montante de 204.519 €, foram exclusivos do projecto “*Comparticipação, construção e manutenção de redes de iluminação pública*”.

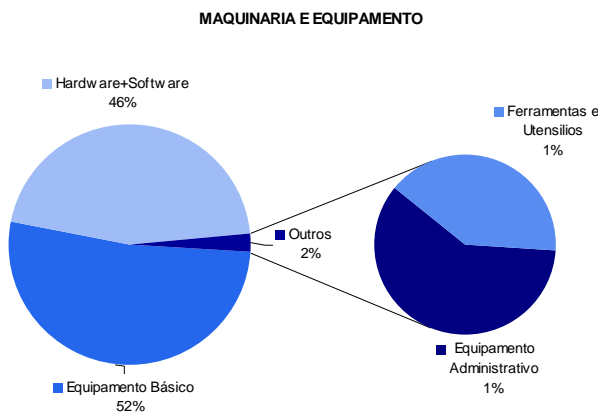
Material de Transporte

A classificação económica, *Material de Transporte* foi absorvida na íntegra pela Aquisição de duas viaturas de apoio ao Parque Urbano de Avioso.

Maquinaria e Equipamento



Este agregado de despesas comporta investimento em Hardware, Software, Equipamento Básico, Administrativo e Ferramentas e Utensílios no montante global de 1.732.791 € e exibe um acréscimo de 70% face ao ano anterior influenciado sobretudo pelas rubricas de Equipamento Básico e de Equipamento Informático



Equipamento básico

No exercício de 2009, no *Equipamento básico* foi realizada despesa no valor de 899.245 €, envolveu áreas de actuação municipal tão diversas como a educação, o desporto, a biblioteca, a sinalização e trânsito e outros serviços municipais, representou cerca de 52% da rubrica *Maquinaria e Equipamento*. Aparentou face ao ano transacto, um crescimento de 48% cujos projectos compreendeu:

- ✓ Parques Infantis - 244.859 €
- ✓ Cobertura de Polidesportivos de apoio a edifícios escolares - 168.214 €

- ✓ Aquisição de mobiliário e outro material de equipamento com destino ao Ensino Pré-Escolar da designada rede pública do Ensino Pré-Escolar - 157.886 €
- ✓ Participação no Plano Nacional de Leitura - 61.691 €
- ✓ Aquisição de equipamento pedagógico diverso, didáctico e tecnológico (novas tecnologias) com destino a equipar edifícios escolares do EB1 - 58.320 €

Equipamento e Software Informático

O agrupamento *Hardware e Software* abarca em 2009 a importância de 792.462 €, constituindo a segunda componente de maior peso na globalidade *Maquinaria e Equipamento*, ocupando 46% da mesma. Anote-se que este agrupamento de despesa ostenta um apreciável crescimento conjunto de 109%, patenteando-se a aposta na qualidade do serviço prestado aos clientes internos e externos da autarquia através da modernização dos serviços, destacando-se aqui neste contexto pela sua materialidade o investimento realizado ao abrigo da implementação do projecto SIMA - Sistema Integrado de Modernização Autárquica.

Assim, tendo em vista criar condições para um município mais eficiente e eficaz, o município realizou um forte investimento no desenvolvimento de operações estruturantes orientadas para a redução de custos de contexto no seu relacionamento com os cidadãos e as empresas, integrando-se formas alternativas de ofertas de serviços e de desenvolvimento de actividades públicas, avançando decisivamente na simplificação, desmaterialização e certificação dos procedimentos externos e internos, com forte implementação de modos electrónicos e na prestação de serviços públicos avançados com recurso às tecnologias de informação e comunicação.

Salientam-se pela sua relevância:

- ✓ Licenciamento dos sistemas operativos do Microsoft Office – 104.224 €
- ✓ Licenciamento da solução SigmaFlow/SigmaDoc – 89.073 €
- ✓ A aquisição de software diverso destinado: revitalização de licenças do AUTOCAD MAP 3D 2004 para AUTOCAD MAP 3D 2010; subscrição de software para a plataforma de compras electrónicas; gestão bibliográfica - 65.012 €
- ✓ A aquisição de equipamento informático para apetrechamento dos diversos serviços municipais – 444.234 €
- ✓ Aquisição de solução para virtualização de cópias de segurança – 79.796 €

Equipamento administrativo

O *Equipamento administrativo* compreende a aquisição de mobiliário e equipamento para os diversos serviços municipais. O novo investimento situou-se nos 24.533 €.

Ferramentas e utensílios

A aquisição de *Ferramentas e utensílios* foi pouco relevante e fixou-se nos 16.552 €

Outros

Investimentos incorpóreos

Pela classificação económica de *investimentos incorpóreos*, foi realizada despesa no montante de 363.572 € que teve como destino a elaboração de projectos diversos, a saber:

- ✓ Elaboração do Plano Municipal de Acessibilidade para Todos – 72.000 €
- ✓ Elaboração de projectos diversos, incluindo os estudos de enquadramento urbanístico, com vista à construção de edifícios para os Ensinos Pré-Escolar, EB1, EB2,3, e Secundário – 44.079 €
- ✓ Elaboração de projectos de regularização de linhas de água existentes no Concelho - 28.110 €
- ✓ Actualização da cartografia digital e de ortofotomapas - 23.904 €

Outros investimentos

A rubrica *outros investimentos* alcançou 462.453 € no ano de 2009 os quais tiveram fins diversos, como por exemplo:

- ✓ Aquisição de sinais de trânsito, de orientação e de outros materiais de equipamento de segurança rodoviária - 131.820 €
- ✓ Aquisição de equipamentos destinados à rede de Iluminação Pública - 76.717 €
- ✓ Aquisição de equipamento diverso e adornos para os edifícios municipais – 110.879 €

Bens de património histórico-cultural

A despesa realizada nesta rubrica atingiu 47.235 € e correspondeu à Construção do "Monumento às Colectividades Maiatas" e aquisição de uma pedra de granito Zimbabwe polido para o Monumento em homenagem à memória de Aristides de Sousa Mendes.

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

As Transferências de Capital contemplam os fluxos monetários não reembolsáveis, que se destinam a financiar despesas de capital das entidades beneficiárias, onde se incluem as freguesias, as instituições sem fins lucrativos e empresas municipais e intermunicipais.

De seguida apresenta-se um quadro que reflecte a distribuição das *Transferências de Capital* pelas suas componentes:

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL									
	2008		Dotações finais (c)	2009		% Total Transf	Pago (f)	Tx Execução [(d)+(e)](c)	Tx de Variação % [(f)/[(d)+(e)]]
	Fact Transitada (a)	Fac Nova (b)		Fact Transitada (d)	Fact Nova (e)				
Sociedades e quase-sociedades não financeiras									
Empresas Públicas Municipais/Intermunicipais	228.385	697.064	1.205.900	52.974	1.082.294	37,6%	1.014.476	94,1%	89,4%
Outras	0	0	50					0,0%	
Privadas	98	98	3.050			0,0%		0,0%	-100,0%
Administração Central									
Serviços e Fundos Autónomos	0	0	50			0,0%		0,0%	
Administração Local									
Municípios	0	0	247.950		244.584	8,5%		98,6%	0,0%
Freguesias	2.255.032	1.145.033	4.750.650	1.905.667	1.001.196	34,8%	1.946.219	61,2%	67,0%
Serviços e Fundos Autónomos	0	0	50					0,0%	
Outras	0	10.588	12.900		10.588	0,4%	10.588	82,1%	100,0%
Instituições sem fins lucrativos	295.484	250.353	1.280.550	252.242	541.505	18,8%	502.346	62,0%	63,3%
Famílias	0	0	50			0,0%		0,0%	
Resto do Mundo	0	0	100			0,0%		0,0%	
Total	2.778.999	2.103.136	7.501.300	2.210.884	2.880.167	100,0%	3.473.628	67,9%	68,2%
Facturada Total	4.882.134			5.091.051					36,9%

Un: Euros

No que se refere a este capítulo, verifica-se que o montante dos apoios assumidos no ano 2009 atinge a importância de 2.880.167 €, traduzindo um aumento de 36,9%, influenciado sobretudo pelas transferências para as *Empresas Municipais e Intermunicipais*. O aumento verificado nesta sub-rubrica sofre a influência da comparticipação efectuada à Espaço Municipal no valor de 322.850 € que se destinou ao financiamento das obras de reabilitação nos empreendimentos municipais de Meilão e casa de Moreira.

As *Freguesias*, à semelhança de 2008, mantêm o decréscimo da nova facturação de (-) 143.837 € em virtude de grande parte das comparticipações estabelecidas em contratos programa para a construção de edifícios-sede das Juntas, se encontrarem em fase conclusiva. Esta rubrica assume neste exercício a importância de 1.001.196 €.

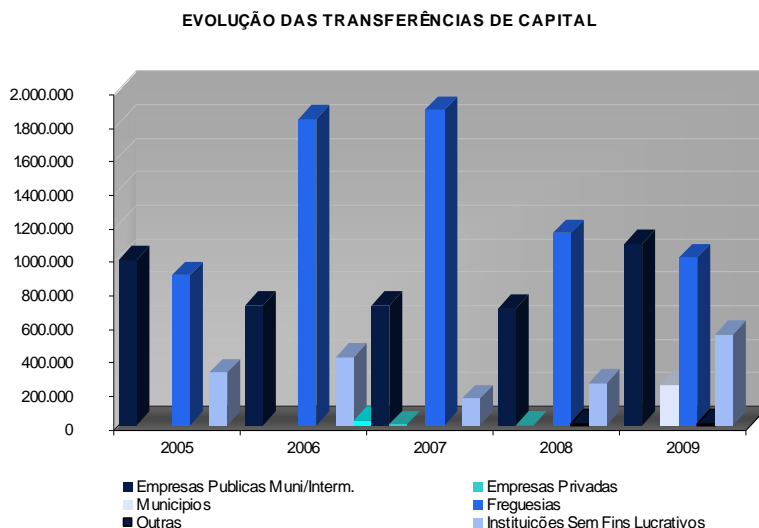
No âmbito das *Outras Transferências para a Administração Local* destaca-se o acordo de cooperação entre o Município da Maia e a Junta Metropolitana do Porto respeitante à coordenação do projecto e dos trabalhos de reabilitação da Estrada da Circunvalação no montante de 10.588 €.

Relativamente às *Instituições sem fins lucrativos*, foram financiados investimentos no montante de 541.505 €, registando um aumento de 291.153 € em relação a 2008. Contribuíram de forma mais relevante projectos tais como:

- ✓ Comparticipação nas reparações a efectuar nos edifícios pertença da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Moreira-Maia. 80.835 €
- ✓ Comparticipação na construção do edifício sede do Núcleo da Maia da Cruz Vermelha Portuguesa. 75.000 €
- ✓ Apoios financeiros a conceder a diversas Associações e Colectividades do Concelho, com vista ao melhoramento ou ampliação das suas instalações, ao equipamento ou reequipamento das mesmas e à construção das suas instalações;
- ✓ Apoio à aquisição de viaturas por parte de Associações ou Colectividades Desportivas;
- ✓ Construção das novas instalações da Associação Dramática e Recreativa "Os Vencedores de Sangemil", na Freguesia de Águas Santas - 59.952 €
- ✓ Apoio à construção do "Centro de Alojamento Temporário para Apoio e Protecção de Menores", construção que será levada a efeito pela Associação "A Causa da Criança" – 50.000 €
- ✓ Apoio às obras de beneficiação do Adro da Igreja Paroquial de Nogueira - 46.102 €

Por ultimo, no que toca às transferências efectuadas para os *Municípios* importa mencionar que as mesmas, no valor de 244.584 €, se destinaram exclusivamente a comparticipar as obras de remodelação e beneficiação das Ruas de Catassol e de Santana, na Freguesia de Gueifães, segundo Protocolo celebrado para o efeito com a Câmara Municipal de Matosinhos, na parte correspondente ao Município da Maia.

No gráfico que se segue é possível apreciar a evolução das *Transferências de Capital* nos últimos cinco anos:



ACTIVOS FINANCEIROS

Por fim, e de forma a terminar a análise do Investimento Global do exercício de 2009, anota-se que no que respeita a títulos de crédito nada foi investido, registando-se apenas nesta rubrica de activos financeiros o investimento realizado em matéria de subsídios reembolsáveis, em resultado da formalização de dois contratos de abertura de crédito no âmbito do Programa “MaiaFinicia” com as empresas Global Gate – Comércio Serviços Importação Exportação, Lda. e Tecpress – Técnicas de Impressão, Lda. , no montante global de 16.462 €.

O Fundo MaiaFinicia consiste no financiamento de iniciativas empresariais a 100% do projecto de investimento, por um prazo de reembolso alargado até 6 anos, em que 80% é financiado pelo Banco Espírito Santo e 20% pela Câmara Municipal sob a forma de subsídio reembolsável sem qualquer encargo de juros. São parceiros neste programa além da Câmara Municipal e o Banco Espírito Santo, o IAPMEI, a Norgarante e a Tecmaia. Com este fundo pretende-se estimular e orientar os investimentos das micro e Pequenas Empresas colocando à sua disposição um produto financeiro inovador que potencie e melhore os seus produtos ou serviços prestados assim como contribuir para a modernização das mesmas.

No capítulo referente aos anexos às demonstrações financeiras do presente Relatório de Gestão, é apresentado um mapa resumo das entidades participadas pelo Município (ponto 8.2.16 do POCAL), com indicação da parcela detida, bem como dos capitais próprios ou equivalente e do resultado do último exercício, em cada uma dessas entidades, com menção desse exercício, traduzindo de forma clara o investimento realizado em activos financeiros pelo município, ao longo dos últimos anos.

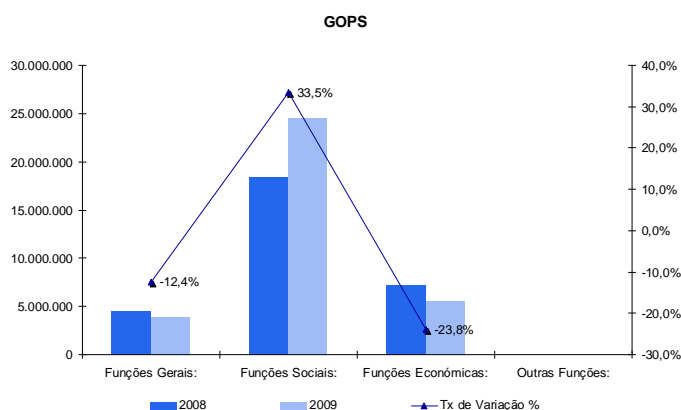
GRANDES OPÇÕES DO PLANO

Nas Grandes Opções do Plano encontram-se definidas as linhas de desenvolvimento estratégico da autarquia local, e incluem, designadamente, o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e o Plano de Actividades Mais Relevantes (PAM).

No âmbito da análise das GOPS, insere-se um quadro ilustrativo da sua execução e um comparativo com o ano 2008, discriminado por funções.

Classificação Funcional	GOPS									
	2008					2009				
	Fact Transitada (a)	Fact Nova (b)	Dotações finais (c)	Fact Transitada (d)	Fact Nova (e)	% Total GOPS	Pago (f)	Tx Execução [(d)+(e)]/(c) (f)/[(d)+(e)]		Tx de Variação %
Funções Gerais:	3.015.156	4.511.304	11.389.369	3.597.456	3.951.537	11,7%	4.662.619	66,3%	61,8%	-12,4%
Serviços Gerais de Administração Pública	2.945.058	3.017.253	9.457.269	2.269.411	3.475.371	10,3%	4.130.568	60,7%	71,9%	15,2%
Segurança e Ordens Públicas	70.098	1.494.051	1.932.100	1.328.045	476.166	1,4%	532.051	93,4%	29,5%	-68,1%
Funções Sociais:	11.832.256	18.327.893	45.223.589	6.194.165	24.463.583	72,2%	26.366.183	67,8%	86,0%	33,5%
Educação	1.020.471	4.979.804	16.759.900	1.383.250	9.172.704	27,1%	8.485.023	63,0%	80,4%	84,2%
Saúde	0	7.107	40.200	2.468	12.698	0,0%	15.166	37,7%	100,0%	78,7%
Segurança e Acção Sociais	68.403	422.448	1.253.524	356.033	542.046	1,6%	731.394	71,6%	81,4%	28,3%
Habituação e Serviços Colectivos	5.040.180	8.526.190	16.718.733	1.440.607	10.451.733	30,8%	10.718.909	71,1%	90,1%	22,6%
Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	5.703.201	4.392.344	10.451.232	3.011.807	4.284.402	12,8%	6.415.690	69,8%	87,9%	-2,5%
Funções Económicas:	4.671.058	7.201.684	16.332.714	5.990.147	5.484.570	16,2%	10.495.876	70,3%	91,5%	-23,8%
Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	0	0	0	0	0	0,0%	0	0,0%	0,0%	0,0%
Indústria e energia	256.257	57.180	584.800	100.199	289.788	0,9%	361.733	66,7%	92,8%	406,8%
Transportes e Comunicações	4.090.869	6.698.471	14.911.560	5.766.044	4.862.241	14,3%	9.681.471	71,3%	91,1%	-27,4%
Comércio e Turismo	138.183	238.109	549.519	122.841	317.406	0,9%	437.763	80,1%	99,4%	33,3%
Outras Funções Económicas	185.749	207.923	286.835	1.063	15.136	0,0%	14.909	5,6%	92,0%	-92,7%
Outras Funções:	0	0	0	0	0	0,0%	0	0,0%	0,0%	0,0%
Aquisição de propriedades	0	0	0	0	0	0,0%	0	0,0%	0,0%	0,0%
Propriedades diversas	0	0	0	0	0	0,0%	0	0,0%	0,0%	0,0%
TOTAL	19.518.469	30.040.882	72.945.672	15.781.768	33.899.690	100,0%	41.524.678	68,1%	83,6%	12,8%
Facturada Total	49.559.351			49.681.458						0,2%

No ano 2009, por conta das GOPS, foi realizada nova despesa no montante de 33.899.690 € reflectindo um acréscimo de 12,8% influenciado sobretudo pelas funções sociais, avocando para si 72,2%. Da análise do quadro anterior, ressalta o crescimento da sub-função *Educação* revelando de forma incontestável ser esta uma das prioridades de acção municipal. Também a *Habituação e Serviços Colectivos* abarca para si 10.451.733 €

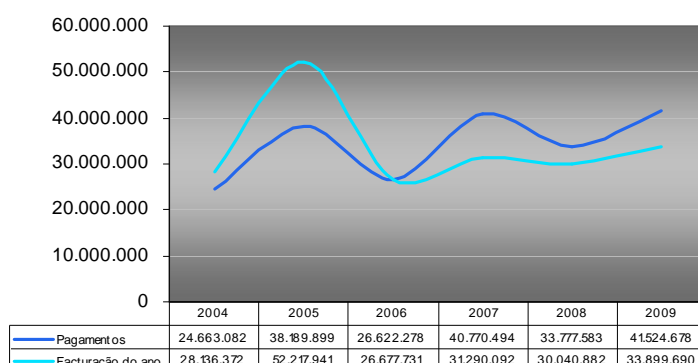


No que respeita a pagamentos, na gerência de 2009 os mesmos atingiram a importância de 41.524.678 € reflectindo uma taxa de execução de 83,6%, sendo que, nas funções económicas esta taxa se situa acima dos 90%. Para estas excelentes taxas de execução de pagamentos muito contribuiu o empréstimo ao

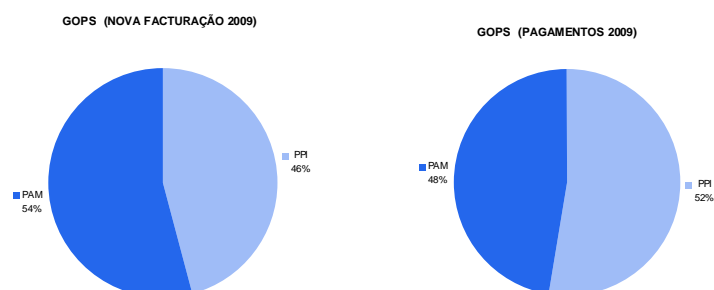
abrigo do PREDE – Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado, conforme já foi referido anteriormente.

O gráfico seguinte permite aferir a evolução das GOPS nos últimos 6 anos, a nível de nova facturação e de pagamentos efectuados, constatando-se que desde 2006 os pagamentos têm vindo a ser superiores à nova facturação, reflectindo uma recuperação sistemática de dívida transitada.

EVOLUÇÃO DA FACTURAÇÃO E PAGAMENTO GOPS



Sendo as GOPS compostas pelo Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e pelo Plano de Actividades Municipais (PAM) apresenta-se de forma gráfica o peso de cada um dos Planos na globalidade das GOPS para melhor apreciação.



Se em termos de nova despesa realizada o PAM supera o PPI, em termos de pagamentos verifica-se em 2009 a situação inversa cabendo ao PPI 52% e ao PAM 48%.

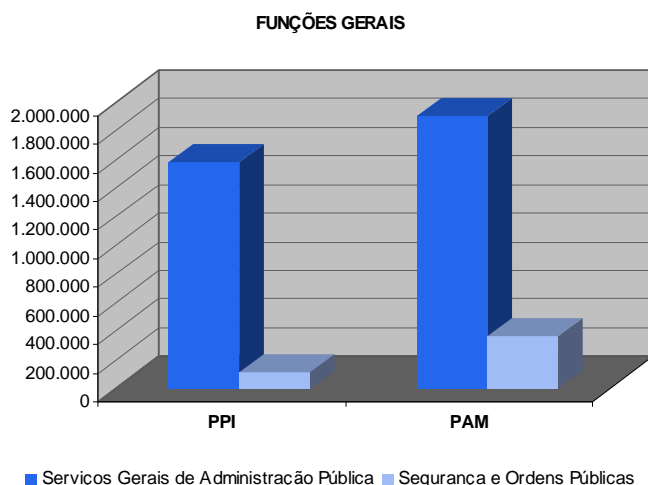
A análise que se segue será focada nas diversas funções que constituem as GOPS, procurando destacar os projectos e acções que mais se evidenciaram em termos de realização de nova despesa de investimento e de actividades mais relevantes.

Refira-se que esta análise será centrada apenas na nova despesa facturada no ano de 2009.

O quadro seguinte apresenta as funcionais que compõem as Grandes Opções do Plano repartidas pelo PPI e PAM e decompostas pela facturação transitada, a facturação do próprio ano e ainda os pagamentos efectuados por conta de cada classificação funcional.

GRANDES OPÇÕES DO PLANO														
Classificação Funcional	PPI				PAM				GOPS				GOPS	% Pago/Fac
	Fact Transitada	Fact Nova	TOTAL	PAGO	Fact Transitada	Fact Nova	TOTAL	PAGO	Fac Transitada	Fact Nova	TOTAL	PAGO		
1. Funções Gerais:	1.612.648	1.687.129	3.299.778	1.363.368	1.984.807	2.264.408	4.249.215	3.299.250	3.597.456	3.951.537	7.548.993	4.662.619	11,7%	61,8%
1.1. Serviços Gerais de Administração Pública	362.648	1.577.048	1.939.696	1.253.287	1.906.762	1.898.323	3.805.086	2.877.281	2.269.411	3.475.371	5.744.782	4.130.568	10,3%	71,9%
1.1.1. Administração Geral	362.648	1.577.048	1.939.696	1.253.287	1.906.762	1.898.323	3.805.086	2.877.281	2.269.411	3.475.371	5.744.782	4.130.568	10,3%	71,9%
1.2. Segurança e Ordens Públicas	1.250.000	110.082	1.360.082	110.082	78.045	366.085	444.130	421.969	1.328.045	476.166	1.804.211	532.051	1,4%	29,5%
1.2.1. Protecção Civil e Luta Contra Incêndios	1.250.000	110.082	1.360.082	110.082	78.045	366.085	444.130	421.969	1.328.045	476.166	1.804.211	532.051	1,4%	29,5%
2. Funções Sociais	4.660.259	8.961.990	13.622.249	10.379.303	1.533.906	15.501.592	17.035.499	15.986.881	6.194.165	24.463.583	30.657.748	26.366.183	72,2%	86,0%
2.1. Educação	1.151.921	4.829.032	5.980.953	3.984.962	231.329	4.343.672	4.575.002	4.500.062	1.383.250	9.172.704	10.555.954	8.485.023	27,1%	80,4%
2.1.1. Ensino não Superior	1.121.444	4.826.484	5.947.928	3.952.163	74.175	3.153.269	3.227.445	3.152.505	1.195.619	7.979.753	9.175.372	7.104.668	23,5%	77,4%
2.1.2. Serviços Auxiliares de Ensino	30.477	2.548	33.025	32.798	157.154	1.190.403	1.347.557	1.347.557	187.631	1.192.951	1.380.582	1.380.355	3,5%	100,0%
2.2. Saúde	0	0	0	0	2.468	12.698	15.166	15.166	2.468	12.698	15.166	15.166	0,0%	100,0%
2.2.1. Serviços Individuais de saúde	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	
2.2.2. Saúde Pública	0	0	0	0	2.468	12.698	15.166	15.166	2.468	12.698	15.166	15.166	0,0%	100,0%
2.3. Segurança e Acção Sociais	0	0	0	0	356.033	542.046	898.079	731.394	356.033	542.046	898.079	731.394	1,6%	81,4%
2.3.2. Acção Social	0	0	0	0	356.033	542.046	898.079	731.394	356.033	542.046	898.079	731.394	1,6%	81,4%
2.4. Habitação e Serviços Colectivos	881.214	2.114.636	2.995.850	2.302.164	559.393	8.337.097	8.896.490	8.416.746	1.440.607	10.451.733	11.892.340	10.718.909	30,8%	90,1%
2.4.1. Habitação	0	190.462	190.462	179.308	0	0	0	0	0	190.462	190.462	179.308	0,6%	94,1%
2.4.2. Ordenamento do Território	492.553	554.387	1.046.940	936.716	0	332.150	332.150	330.950	492.553	886.537	1.379.090	1.267.666	2,6%	91,9%
2.4.5. Resíduos Sólidos	0	0	0	0	268.533	6.375.456	6.643.989	6.489.751	268.533	6.375.456	6.643.989	6.489.751	18,8%	97,7%
2.4.6. Protecção do Meio Ambiente e Conserv. da Natureza	388.661	1.369.787	1.758.448	1.186.139	290.860	1.629.491	1.920.351	1.596.045	679.521	2.999.278	3.678.799	2.782.184	8,8%	75,6%
2.5. Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	2.627.124	2.018.323	4.645.447	4.092.177	384.683	2.266.079	2.650.763	2.323.513	3.011.807	4.284.402	7.296.209	6.415.690	12,6%	87,9%
2.5.1. Cultura	33.431	235.542	268.972	236.625	334.260	1.254.295	1.588.555	1.361.693	367.690	1.489.837	1.857.527	1.598.318	4,4%	86,0%
2.5.2. Desporto, Recreio e Lazer	2.589.444	1.753.620	4.343.064	3.822.141	49.738	724.355	774.093	675.208	2.639.182	2.477.975	5.117.157	4.497.350	7,3%	87,9%
2.5.4. Juventude	4.249	29.161	33.410	33.410	686	226.700	227.386	226.882	4.935	255.862	260.796	260.292	0,8%	99,8%
2.5.5. Relações Internacionais	0	0	0	0	0	60.729	60.729	59.730	0	60.729	60.729	59.730	0,2%	98,4%
3. Funções Económicas:	5.866.243	4.907.444	10.773.687	10.043.204	123.903	577.126	701.030	452.672	5.990.147	5.484.570	11.474.717	10.495.876	16,2%	91,5%
3.1. Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	
3.1.2. Zonas Rurais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	
3.2. Indústria e energia	100.199	289.788	389.987	361.733	0	0	0	0	100.199	289.788	389.987	361.733	0,9%	92,8%
3.2.1. Iluminação	75.365	281.237	356.603	328.349	0	0	0	0	75.365	281.237	356.603	328.349	0,8%	92,1%
3.2.2. Infraestruturas eléctricas	24.834	8.550	33.384	33.384	0	0	0	0	24.834	8.550	33.384	33.384	0,0%	100,0%
3.2.3. Racionalização Energética	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	
3.3. Transportes e Comunicações	5.766.044	4.617.656	10.383.701	9.681.471	0	244.584	244.584	0	5.766.044	4.862.241	10.628.285	9.681.471	14,3%	91,1%
3.3.1. Transportes rodoviários	4.940.216	4.502.542	9.442.758	8.763.440	0	244.584	244.584	0	4.940.216	4.747.126	9.687.342	8.763.440	14,0%	90,5%
3.3.2. Transportes aéreos	825.828	115.115	940.943	918.031	0	0	0	0	825.828	115.115	940.943	918.031	0,3%	97,6%
3.4. Comércio e Turismo	0	0	0	0	122.841	317.406	440.247	437.763	122.841	317.406	440.247	437.763	0,9%	99,4%
3.4.1. Mercados e Feiras	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	
3.4.2. Turismo	0	0	0	0	122.841	317.406	440.247	437.763	122.841	317.406	440.247	437.763	0,9%	99,4%
3.5. Outras Funções Económicas	0	0	0	0	1.063	15.136	16.199	14.909	1.063	15.136	16.199	14.909	0,0%	92,0%
3.5.2. Defesa do Consumidor	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	
3.5.3. Novas Tecnologias	0	0	0	0	1.063	15.136	16.199	14.909	1.063	15.136	16.199	14.909	0,0%	92,0%
3.5.4. Activos Financeiros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	
	12.139.150	15.556.564	27.695.714	21.785.875	3.642.617	18.343.126	21.985.743	19.738.803	15.781.768	33.899.690	49.681.458	41.524.678	100,0%	83,6%
Un:Euros														

FUNÇÕES GERAIS



As *Funções Gerais* compreendem as actividades de âmbito geral da administração e absorveram 11,7% da nova facturação. Da observação do gráfico anterior, constata-se um predomínio da sub-função *Serviços Gerais de Administração Pública* que absorve 3.475.371 € em oposição à *Segurança e Ordens Públicas* que consome apenas 476.166€.

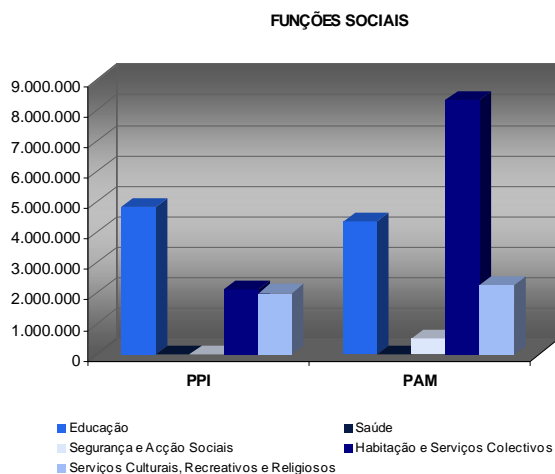
Dos projectos de investimento no âmbito das Funções Gerais destacam-se:

- ✓ Modernização da infraestrutura tecnológica informática, aquisição de equipamento e software informático incluindo aquisição de programa de "Gestão de Documentos Electrónicos" tendo em vista a desmaterialização e workflow – 776.603 €
- ✓ Obras de beneficiação do edifício Municipal sito à Rua de D. Manuel II, integrado na Zona Desportiva Central do Município, na Freguesia de Vermoim – 338.121 €
- ✓ Construção, ampliação, adaptação e conservação de instalações para a Polícia de Segurança Pública, para a Guarda Nacional Republicana e para a Polícia Municipal – 110.082 €

As actividades mais relevantes enquadráveis nesta função foram:

- ✓ Contratualização de serviços de vigilância e segurança – 844.206 €
- ✓ Comparticipação na recuperação e construção e reequipamento de Edifícios-Sede de Juntas de Freguesia através de contratos programa cujo valor ascendeu a 748.845 €, já oportunamente discriminadas na análise efectuada às transferências de capital;
- ✓ Comparticipação nos custos de conservação de viaturas e comparticipação nas despesas relativas ao pessoal permanente do Corpo Activo da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Moreira-Maia e da Associação Humanitária de Pedrouços – 210.000 €
- ✓ Contratualização de serviços de limpeza – 121.928 €

FUNÇÕES SOCIAIS



As *Funções Sociais* compreendem áreas como a educação, a saúde, a segurança e acção social, a habitação, o ordenamento do território, o saneamento básico, resíduos sólidos e os serviços recreativos, culturais, religiosos e cívicos. Dada a sua natureza estas funções assumem a maior relevância nas GOPS ao avocarem 24.463.583 €.

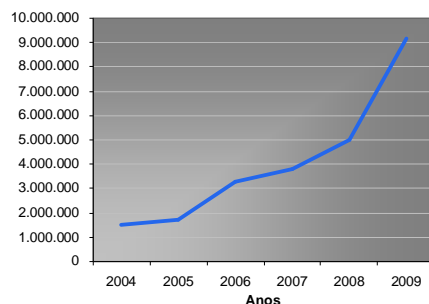
A *Habituação e Serviços Colectivos* realiza despesa no montante de 10.451.733 €. Deste montante, 2.114.636 € respeitam a novo investimento e 8.337.097 € a actividades desenvolvidas no âmbito do PAM, dos quais se destacam:

- ✓ Participações à Maiambiente no montante global de 4.670.000 ao abrigo do Contrato de Gestão celebrado, dos quais 2.170.000 € respeitam a 2008 e que foram processados no corrente exercício na sequência de visto do Tribunal de Contas ter sido obtido em 2009;
- ✓ O Tratamento de Resíduos Sólidos pela LIPOR – 1.705.456 €;
- ✓ Participação de Investimentos na Lipor – 759.444 €;
- ✓ Construção de jardins, concepção de espaços ajardinados e sua manutenção – 1.290.995 €;
- ✓ Participação à "Espaço Municipal, E.M." em razão de Contratos-Programa celebrados -322.850 €;
- ✓ Parques Infantis – 335.664 €;
- ✓ Construção de Ecopistas – 145.702 €.

O ensino pré-escolar, o básico (EB1), o artístico, os transportes escolares, e os serviços auxiliares de ensino compõem a funcional *Educação* que totaliza no exercício em análise 9.172.704 €. Exibe uma apreciável taxa de crescimento de 84,20%, pela qual é responsável não só o investimento em novos centros escolares e beneficiação dos edifícios existentes como também programas e actividades de apoio educativo.

Anota-se que desconsiderado que seja o montante de 2.170.000 € respeitante ao subsídio à exploração do ano de 2008 transferido para a Maiambiente, a componente educação absorve 28,9% das GOPS, posicionando-se claramente como maior prioridade estratégica do Município.

EDUCAÇÃO



Destacam-se as seguintes acções enquadráveis no PAM:

- ✓ Programa de expansão e desenvolvimento da Educação Pré-Escolar – 1.203.487 €
- ✓ Fornecimento de refeições aos alunos do EB1 e do ensino Pré-escolar – 1.190.403 €
- ✓ Programa de Enriquecimento Curricular – 1.127.055 €
- ✓ Serviço de Transportes Escolares – 439.821 €

São exemplos de Investimento os seguintes projectos descriminados no quadro subsequente:

EDUCAÇÃO	
EDIFÍCIOS ESCOLARES	VALOR
Construção do novo Centro Escolar da Maia - EB1 e J.I. -, na Freguesia da Maia.	687.136
Construção do Centro Escolar de Vermoim/Gueifães - EB1 e J.I.	627.409
Beneficiação da Escola do EB1 de Monte das Cruzes, na Freguesia de Milheirós.	498.492
Beneficiação e ampliação da Escola do EB1 do Monte Calvário, na Freguesia de Nogueira.	341.085
Recuperação do edifício do EB1 do Paço, na Freguesia de Águas Santas.	290.063
Construção do Centro Escolar da Gandra - EB1 e J.I. -, na Freguesia de Águas Santas.	247.863
Beneficiação e ampliação da Escola do EB1 de Parada, na Freguesia de Águas Santas.	246.337
Beneficiação e ampliação da Escola do EB1 de Currais, na Freguesia de Vermoim.	203.585
Ampliação e reformulação do Edifício do EB1 da Prozela, na Freguesia de Vila Nova da Telha, com vista, em especial, à instalação de salas para o Ensino Pré-Escolar e de um Refeitório.	202.245
Ampliação e reformulação do Edifício do EB1 de Pedrouços 3 - Giesta -, na Freguesia de Pedrouços, com vista, em especial, à instalação de salas para o Ensino Pré-Escolar e de um Refeitório.	163.153
Aquisição de mobiliário e outro material de equipamento com destino ao Ensino Pré-Escolar da designada rede pública do Ensino Pré-Escolar.	157.886
Beneficiação e ampliação da Escola do EB1 de Pedras Rubras, na Freguesia de Moreira.	157.387
Recuperação, adaptação e ampliação de edifícios escolares existentes.	147.904
Beneficiação e ampliação da Escola do EB1 do Corim, na Freguesia de Águas Santas.	144.118
Beneficiação e ampliação da Escola do EB1 da Guarda, na Freguesia de Moreira.	117.904
Ampliação e reformulação do Edifício do EB1 da Guarda, na Freguesia de Moreira, com vista, em especial, à instalação de salas para o Ensino Pré-Escolar e de um Refeitório.	101.437
Beneficiação e ampliação da Escola do EB1 de Ferronho, na Freguesia de S. Pedro de Avioso.	70.566
Beneficiação da Escola do EB1 de Mandim, na Freguesia de Barca.	70.202
Aquisição de terrenos para a construção de edifícios e outros equipamentos para os Ensinos Pré-Escolar, EB1, EB2,3 e Secundário, ou para outros fins de educação e ou de formação.	67.500
Elaboração de projectos diversos, incluindo os estudos de enquadramento urbanístico, com vista à construção de edifícios para os Ensinos Pré-Escolar, EB1, EB2,3, e Secundário.	44.079
Construção de edifícios destinados ao Ensino Pré-Escolar da designada rede pública do Ensino Pré-Escolar, edifícios a serem levados a efeito no respectivo perímetro, e a serem agregados a Escolas do EB1 existentes, devidamente comparticipados pelo Minist	38.735
Beneficiação da Escola do EB1 de Monte das Cruzes, na Freguesia de Milheirós.	34.165
Ampliação do Edifício do Jardim de Infância Maia-Sede.	23.609
Construção, ampliação ou adaptação de outras instalações destinadas ao Ensino Pré-Escolar da designada rede pública do Ensino Pré-Escolar.	20.790
Construção do Centro Escolar da Gandra - EB1 e J.I. -, na Freguesia de Águas Santas.	16.272
Beneficiação e ampliação da Escola do EB1 do Monte Calvário, na Freguesia de Nogueira.	4.770
Ampliação da Escola do EB1 dos Arcos, na Freguesia de S. Pedro Fins.	4.440
Beneficiação da Escola do EB1 de Monte das Cruzes, na Freguesia de Milheirós.	2.862
TOTAL	4.731.994

Un: Euros

Os *Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos*, ocupam 17,5% das GOPS com a importância de 4.284.402 € sendo a sub-função *Desporto, Recreio e Lazer* aquela que mais contribui para esta posição.

Os projectos de investimento de maior visibilidade foram:

- ✓ Construção do Edifício-Sede da Casa de povo de Vermoim;
- ✓ Recuperação das Piscinas Descobertas da Quinta da Gruta – 308.107 €
- ✓ Cobertura de Polidesportivos de apoio a edifícios escolares. – 168.214 €
- ✓ Recompartimentação, substituição da cobertura e outros trabalhos de restauro da designada Escola Príncipe da Beira – 158.989 €;
- ✓ Construção do Polidesportivo coberto de Pedrouços, na Freguesia de Pedrouços – 157.010 €
- ✓ Construção de um Campo de Treinos anexo ao Estádio Municipal do Castelo da Maia, e incluído no Complexo Desportivo do Castelo da Maia – 142.779 €

Com a mesma relevância desenvolveram-se as seguintes actividades e eventos:

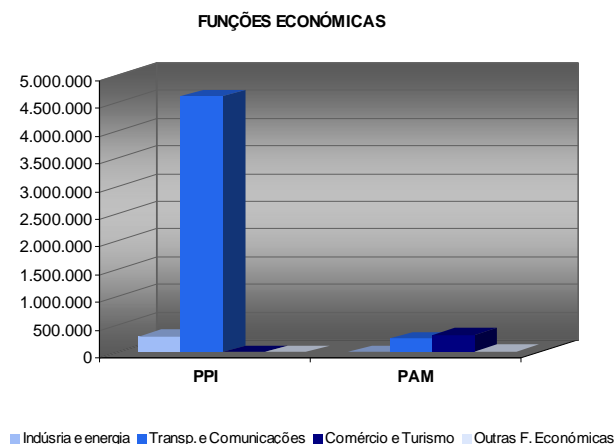
- ✓ Participação à Academia das Artes, E.M., no âmbito do Contrato Programa celebrado, no montante de 515.000 €, tendo em vista o desenvolvimento de diversas actividades de carácter cultural;
- ✓ Maiact - Festival da Juventude – 156.000 €
- ✓ Festival de Música da Maia – 141.600 €
- ✓ Férias Desportivas Municipais – 133.639 €
- ✓ Festival Internacional de Teatro Cómico: "Teatro Cómico Maia" – 133.460 €
- ✓ Realização da "Taça Internacional Maia Jovem", em Ténis. – 89.335 €
- ✓ Feira do Desporto – 80.348 €

Refira-se ainda que no âmbito da *Segurança e Acção Sociais*, no ano 2009, teve maior representatividade as actividades e os apoios concedidos:

- ✓ À realização das Festas em Honra da Nossa Senhora do Bom Despacho – 135.040 €
- ✓ À construção do Centro de Dia para a Terceira Idade de Barca, a levar a cabo pela respectiva Junta de Freguesia – 119.692 €;
- ✓ Atribuição de Cabaz de Natal a Famílias carenciadas – 61.932 €
- ✓ Apoio à actividade do Centro Cultural e Desportivo dos Trabalhadores da Câmara e Serviços Municipalizados da Maia – 58.260 €;
- ✓ Apoio à construção do "Centro de Alojamento Temporário para Apoio e Protecção de Menores", construção que será levada a efeito pela Associação "A Causa da Criança" – 50.000 €;
- ✓ Apoio às obras de beneficiação do Adro da Igreja Paroquial de Nogueira – 46.102 €

A rubrica *Saúde* compreende programas de prevenção e educação no montante de 12.698 € sendo o mais representativo o evento "Maia Saúde".

FUNÇÕES ECONÓMICAS



No exercício 2009 as *Funções Económicas* absorveram 5.484.570 € da nova facturação das GOPS, sendo que 89% tiveram como destino a construção, recuperação beneficiação de viadutos, arruamentos e obras complementares, drenagem de águas pluviais, pavimentação e repavimentação, em vários locais do Concelho, no montante de 4.862.241 €.

A Função *Comércio e Turismo* compreendeu a importância de 317.406 € que teve como destino as seguintes actividades mais relevantes:

- ✓ Programa de “Turismo Sénior” – 197.703 €
- ✓ Feira de Artesanato – 82.881 €
- ✓ Festival da Criança, ANIMAIA – 19.083 €

A *Indústria e Energia* comportam exclusivamente o investimento na rede de Iluminação Pública e Infra-estruturas Eléctricas e em 2009, ascendeu a 289.788 €.

As Outras Funções Económicas envolveram apenas as actividades desenvolvidas no “Espaço Internet da Maia” no valor de 15.136 €.



2009

ANÁLISE DA DÍVIDA DO MUNICÍPIO

maia
CÂMARA MUNICIPAL

ENQUADRAMENTO

O presente capítulo dedicado à matéria do endividamento autárquico encontra-se estruturado em duas partes, que apesar de distintas se complementam, endividamento “*Stricto Sensu*” versus “*Lato Sensu*”

✓ **Endividamento - *Stricto Sensu***

Esta parte é orientada para uma apreciação circunstanciada à evolução do endividamento do município, desconsiderando as influências do sector empresarial local, das associações dos municípios e, de igual modo dos serviços municipalizados, em conformidade com os dados constantes nas peças contabilísticas anexas ao presente documento, como tem sido prática corrente dos últimos anos

Anota-se que num primeiro momento é feita uma abordagem generalizada à evolução desta dívida global, e só depois se segue uma avaliação individualizada de cada uma das suas componentes, ao nível de curto e médio e longo prazo, sempre centrada nos valores das operações orçamentais retratados na contabilidade patrimonial.

✓ **Endividamento - *Lato Sensu***

Este ponto é dedicado ao apuramento do endividamento líquido municipal compatível com o Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais (SEC95), incorporando no município os efeitos do endividamento das entidades que constituem o sector empresarial local (SEL), em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no seu regime jurídico, os serviços municipalizados e as associações de municípios, na proporção da sua participação, bem como dos limites específicos para a celebração de empréstimos de curto, médio e longo prazo. Por último, avalia-se a posição do município face a esses limites.

No âmbito desta análise ao endividamento, e independentemente da estrutura apresentada no balanço para efeitos de classificação em curto prazo e médio e longo prazo, considerou-se como dívida de médio e longo prazo, aquela cuja contratação ocorreu para um horizonte temporal superior a um ano.

ENDIVIDAMENTO – *STRICTO SENSU*

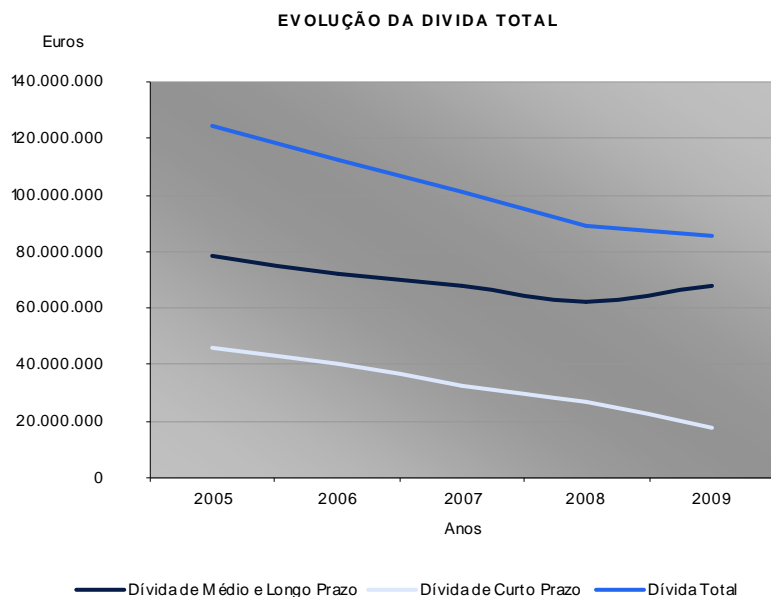
A apreciação vertida ao longo deste capítulo atende à informação das operações de natureza orçamental contida no balanço, excluída dos adiantamentos, por se entender que os respectivos valores, ao estarem indexados a actos definitivos futuros não configuram no período em análise efectivas obrigações.

DÍVIDA GLOBAL

No quadro a seguir inserido reproduz-se resumidamente o desenvolvimento da dívida global do município durante os últimos cinco anos, diferenciando-a apenas no que toca às componentes de curto e médio e longo prazo.

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA TOTAL						
	2005	2006	2007	2008	2009	Variação 2005/2009
Dívida de Médio e Longo Prazo	78.474.254	72.132.526	68.209.355	62.187.638	67.909.742	-13,5%
Dívida de Curto Prazo	45.666.125	40.198.367	32.829.558	26.638.184	17.619.616	-61,4%
Dívida Total	124.140.380	112.330.893	101.038.913	88.825.821	85.529.358	-31,1%
Taxa de crescimento da dívida	5,2%	-9,5%	-10,1%	-12,1%	-3,7%	
Médio e longo prazo	-4,8%	-8,1%	-5,4%	-8,8%	9,2%	
Curto prazo	28,3%	-12,0%	-18,3%	-18,9%	-33,9%	

Un: Euros



No âmbito da análise realizada à evolução da dívida global do município no decurso deste quinquénio, é inequívoco que mediante os resultados obtidos no exercício de 2009, se manteve a tendência de inflexão do total do endividamento municipal -*“stricto sensu”*-, que apresenta em relação a 2008 uma redução de cerca de (-)4%, embora com cadência diferenciada face os níveis verificados em anteriores gerências.

A leitura singela dos números leva a concluir que a diminuição assinalada é produto do comportamento das rubricas da dívida de curto prazo, face ao aumento registado na componente de médio e longo prazo, fruto da contratação por parte do município de um empréstimo bancário de médio e longo prazo ao abrigo do Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado (PREDE), no montante de 12.545.533 €

Todavia importa clarificar a natureza deste empréstimo, uma vez que constituiu, apenas e tão só, um mecanismo de substituição de dívida a fornecedores visando a alteração da estrutura de financiamento da actividade do município, ao não permitir aumentar a dotação global do endividamento municipal, e ao estar consignado à liquidação de dívida de fornecedores de curto prazo, determinado assim a redução, em igual montante, desta componente da dívida autárquica.

Assumindo-se este pressuposto, de importância fundamental refira-se, resulta como conclusão que, em boa verdade, desconsiderado que seja da dívida de curto prazo o valor dos 11.792.801 €, que corresponde ao capital em dívida na data de fecho de contas do mencionado empréstimo bancário de médio e longo prazo contratado ao abrigo do PREDE, a redução patenteada pela dívida global do município provém integralmente do cumprimento dos planos de amortização definidos para o endividamento de médio e longo prazo transitado de anos anteriores, denunciando assim a dívida de curto prazo um acréscimo na ordem dos 10,5%, o que não invalida que do ponto de vista de balanço final, se tenha verificado, de facto, a citada redução no total da dívida de cerca de (-)4%.

Porém, regista-se que o ano de 2009 foi ano de eleições para as autarquias locais, e que algum esforço de gestão do ciclo político eleitoral conduz normalmente ao aumento do investimento na parte final dos mandatos e a consequente contracção no início dos anos seguintes, o que de certa forma justifica este comportamento na rubrica de fornecedores de curto prazo.

Não obstante esta constatação, no cômputo geral do quinquénio avaliado assiste-se a uma diminuição substancial da dívida total da autarquia expressa em (-)38.611.022 €, sendo (-)10.564.512€ de natureza de médio e longo prazo e (-)28.046.509 € de curto prazo, o que reflecte níveis de redução da dívida de (-)31,1%, (-)13,5%, e (-)61,4% respectivamente, circunstância que aprez registar.

DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO

No exercício das suas competências, face às responsabilidades crescentes que lhe estão acometidas e à escassez de meios financeiros disponíveis, os municípios, para puderem promover a realização dos investimentos necessários à dotação de infra-estruturas municipais, à criação de dinâmicas de desenvolvimento económico e social próprias, e à captação de importantes fundos comunitários, necessitam de recorrer muitas das vezes à contratação de empréstimos de médio e longo prazo.

Neste contexto, a apreciação a seguir introduzida é centrada na evolução da dívida de médio e longo prazo do município ao longo do último quinquénio, diferenciando-se para o efeito os empréstimos consoante concorram ou não para efeitos do cálculo dos limites do endividamento líquido e do de médio e longo prazo, nos termos previstos na actual lei das finanças locais.

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO					
	2005	2006	2007	2008	2009
Dívida de MLP no início do período (1)	82.406.811	78.474.254	72.132.526	68.209.355	62.187.638
Empréstimos de MLP	82.406.811	78.474.254	72.132.526	66.253.301	60.443.050
Empréstimos MLP que relevam p/ capacidade de endividamento	55.909.811	52.915.811	47.625.730	42.823.586	38.021.441
Empréstimos MLP que não relevam p/ capacidade de endividamento	26.497.001	25.558.444	24.506.796	23.429.716	22.421.608
Outras Dívidas de MLP	0	0	0	1.956.054	1.744.589
Fornecedores imobilizado de MLP	0	0	0	1.956.054	1.744.589
Dívida de MLP contraídas e utilizadas no período (2)	0	0	2.114.653	0	12.545.533
Empréstimos de MLP	0	0	0	0	12.545.533
Relevam p/ capacidade de endividamento	0	0	0	0	12.545.533
Não relevam p/ capacidade de endividamento	0	0	0	0	0
Outras Dívidas de MLP	0	0	2.114.653	0	0
Fornecedores imobilizado de MLP	0	0	2.114.653	0	0
Juros capitalizados (3)	0	0	0	0	0
Amortizações do período (4)	3.932.557	6.341.728	6.037.824	6.021.717	6.823.429
Empréstimos de MLP	3.932.557	6.341.728	5.879.225	5.810.252	6.611.964
Relevam p/ capacidade de endividamento	2.994.000	5.290.081	4.802.144	4.802.144	5.554.876
Não relevam p/ capacidade de endividamento *	938.557	1.051.647	1.077.081	1.008.108	1.057.087
Outras Dívidas de MLP	0	0	158.599	211.465	211.465
Fornecedores imobilizado de MLP	0	0	158.599	211.465	211.465
DÍVIDA NO FIM DO PERÍODO (1+2+3-4)	78.474.254	72.132.526	68.209.355	62.187.638	67.909.743
Empréstimos de MLP	78.474.254	72.132.526	66.253.301	60.443.050	66.376.619
Empréstimos MLP que relevam p/ capacidade de endividamento	52.915.811	47.625.730	42.823.586	38.021.441	45.012.099
Empréstimos MLP que não relevam p/ capacidade de endividamento	25.558.444	24.506.796	23.429.716	22.421.608	21.364.521
Outras Dívidas de MLP	0	0	1.956.054	1.744.589	1.533.123
Fornecedores imobilizado de MLP	0	0	1.956.054	1.744.589	1.533.123
TAXA DE CRESCIMENTO DA DÍVIDA MLP	-4,77%	-8,08%	-5,44%	-8,83%	9,20%
GRAU DE COBERTURA DAS DESPESAS DE INVESTIMENTO POR EMPRÉSTIMOS DE MLP	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	42,59%

Un: Euros

* O valor apurado na gerência de 2007 corresponde à conta corrente da patrimonial

Da análise efectuada à informação produzida conclui-se que durante o presente exercício económico, inverteu-se a tendência de inflexão do endividamento de médio e longo prazo registada desde o ano de 2004, ao verificar-se um acréscimo de cerca de (+)9% em relação a 2008, para o que contribuiu na íntegra a contratação de um empréstimo bancário de médio e longo prazo ao abrigo do Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado (PREDE) no montante de 12.545.533 €

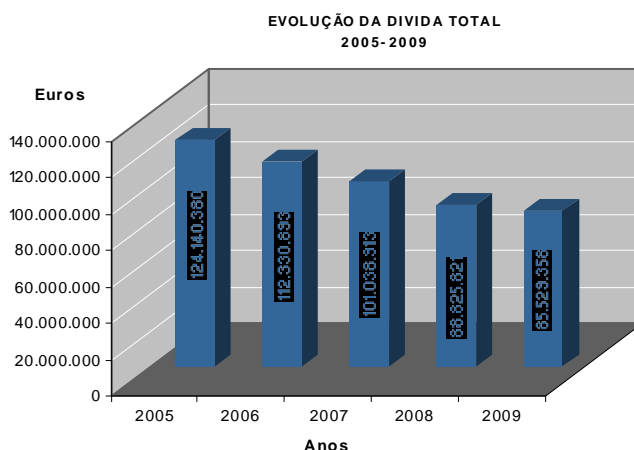
Contudo, perante a tipologia do empréstimo em causa, reiteram-se as considerações anteriormente formuladas, o que determina que este aumento da dívida de médio e longo prazo esteja indexado a uma redução da dívida de curto prazo, pelo que resulta globalmente para o município um decréscimo do seu endividamento total de (-)3,7%.

Importa de igual modo evidenciar que o aumento identificado em 2009 na dívida desta natureza, de (+)9%, não foi proporcional ao valor contratado ao abrigo do empréstimo PREDE, não obstante por conta deste já ter sido efectuada uma amortização no decurso de 2009, no montante de 752.732,04 €, fruto da continuidade do serviço de dívida dos empréstimos contratados em anos anteriores que a cada ano que passa se vê mais abreviado, e que a seguir se identifica de forma individualizada:

- O maior montante na redução da dívida foi justificado pelas amortizações realizadas por conta dos empréstimos que relevam para a capacidade de endividamento, em primeira linha do empréstimo bancário contratado com o BTA, no montante de 29.927.873,82 €, que originou uma redução de 2.785.526,58 €, logo seguida pelo empréstimo bancário adjudicado ao BPI, no valor de 20.000.000 €, que determinou na gerência em apreço um corte adicional na dívida de 2.016.617,56 €
- Nos empréstimos denominados de complemento PER, actualmente contratados com o Banco Bilbao Viscaya em consequência da operação de “Reestruturação do serviço de dívida de médio e longo prazo” levada a cabo em 2007, o valor total amortizado foi de 278.236,99€

- Na parte correspondente aos empréstimos que não relevam para a capacidade de endividamento, todos eles realizados com a CGD ao abrigo das linhas de crédito bonificado (PER), são visíveis pequenas reduções em resultado das sucessivas amortizações que têm ocorrido, em montantes mais ou menos constantes, registando-se que o menor impacto na redução deste item da dívida adveio de um volume de amortizações igual a 241.464,89 €, relacionado com o primeiro contrato desta natureza celebrado com a CGD.
- A rubrica de outras dívidas de médio e longo prazo, no valor de 1.533.123 €, resulta integralmente da responsabilidade assumida pelo município em consequência de sentença homologatória proferida no âmbito do processo de aquisição do Pavilhão Gimnodesportivo de S. Pedro Fins, construído na esfera do Programa Especial de Realojamento, e foi responsável pela redução de 211.465 € no endividamento de médio e longo prazo deste ano de 2009.

O comportamento desta rubrica é bem visível no gráfico que a seguir se insere.



Refira-se ainda que o financiamento PREDE não se encontra excepcionado para efeitos de cálculo do endividamento, pelo que contribui directamente para o endividamento líquido e de médio e longo prazo do município, influenciando a sua contratação no posicionamento do município acima dos limites definidos na lei.

Ressalva-se, todavia a formalidade legal de todo o processo de contratação, designadamente, o integral cumprimento dos critérios constantes da legislação aplicável, a elegibilidade do município da Maia para financiamento declarada pela Direcção Geral do Tesouro e das Finanças e a consequentemente concessão de visto pelo Tribunal Contas.

Dada a especificidade do empréstimo contratado convém retratá-lo de forma detalhada. O programa, vulgarmente designado por PREDE, foi aprovado através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 191-A/2008, de 27 de Novembro, no âmbito do qual foi concedida aos municípios a possibilidade de financiamento a médio e longo prazo, junto de uma instituição de crédito e do estado, no correspondente a, respectivamente, 60% e 40% do total de financiamento, tendo em vista reforçar a garantia de pagamento aos credores privados das dívidas vencidas dos serviços e dos organismos da administração directa e indirecta do Estado, das Regiões Autónomas e dos municípios.

Como é do conhecimento geral, o objectivo central deste programa é reduzir de forma estrutural e significativa os prazos de pagamento a fornecedores de bens e serviços praticados por instituições públicas,

através de um mecanismo de substituição de dívida por empréstimos financeiros de médio e longo prazo, procurando, desta forma, melhorar o ambiente de negócios, reduzindo custos de financiamento e de transacção, introduzir uma maior transparência na fixação de preços e criar condições para uma mais sã concorrência. Assim, ao abrigo deste programa foi aprovado ao município um financiamento de médio e longo prazo no montante aludido de 12.545.533,43 €, decomposto entre dois empréstimos, um concedido pelo Estado no valor de 5.018.213 € (40%), e outro pela Instituição de Crédito, no caso o Banco Santander Totta de 7.527.320,43 € (60%).

Na parte correspondente ao financiamento do estado importa mencionar que nos primeiros 5 anos - primeira metade do seu prazo – o empréstimo tem carência de capital e a taxa de juro é 0%, e que findo o período de carência iniciam-se as amortizações, em prestações semestrais, e a contagem de juros à taxa Euribor a seis meses. Esta taxa poderá ainda ser deduzida em 0,2% sempre que superado o objectivo de redução de prazos de pagamento.

Destaca-se ainda o facto de pela primeira se pretender assegurar a monitorização e a publicitação dos prazos médios de pagamento de entidades públicas de uma forma integral, a partir dos sistemas de informação contabilística existentes, o que permite maior transparência e melhor percepção das práticas de pagamento das entidades públicas.

O necessário enquadramento legal do município em matéria de limites à contracção de empréstimos de médio e longo prazo é reportado no capítulo subsequente.

SERVIÇO DE DÍVIDA

Considerando a importância da dívida de médio e longo prazo no contexto do endividamento municipal, assume particular relevância avaliar o peso dos encargos daí decorrentes, designadamente no que respeita aos juros e amortizações, e ao seu peso no total da despesa e receita municipal, o que justifica uma análise detalhada da evolução do serviço da dívida autárquica durante o último quinquénio, numa óptica orçamental.

EVOLUÇÃO DO SERVIÇO DE DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO					
	2005	2006	2007	2008	2009
Empréstimos que relevam para a capacidade de endividamento (1)	4.721.791	7.330.033	7.189.842	6.854.266	7.282.879
Amortizações	2.994.000	5.296.144	4.802.144	4.802.144	5.554.876
Juros	1.727.791	2.033.889	2.387.697	2.052.122	1.728.003
Empréstimos que não relevam para a capacidade de endividamento (2)	1.334.593	1.479.368	1.734.550	1.652.255	1.575.090
Amortizações	940.831	1.052.106	1.077.189	1.008.108	1.057.087
Juros	393.763	427.262	657.360	644.147	518.003
Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo (3)	0	0	221.241	303.465	260.516
Amortizações	0	0	158.599	211.465	211.465
Juros	0	0	62.642	92.000	49.050
Total do Serviço de Dívida de Médio e Longo Prazo (1+2+3)	6.056.384	8.809.401	9.145.632	8.809.987	9.118.485
Amortizações	3.934.831	6.348.250	6.037.932	6.021.717	6.823.429
Juros	2.121.554	2.461.151	3.107.700	2.788.270	2.295.056
Taxa de Crescimento do Serviço de Dívida de Médio e Longo Prazo	1,0%	45,5%	3,8%	-3,7%	3,5%
Amortizações	4,1%	61,3%	-4,9%	-0,3%	13,3%
Juros	-4,2%	16,0%	26,3%	-10,3%	-17,7%
Juros / Receita Total Cobrada	3,4%	4,0%	4,0%	3,6%	2,9%
Juros / Despesa Total Paga	2,8%	4,0%	4,0%	3,8%	2,8%
Juros / Despesa de Capital Paga	5,6%	10,2%	8,7%	10,4%	7,2%
Serviço Dívida / Receita Total Cobrada	9,8%	14,4%	11,9%	11,5%	11,6%
Serviço Dívida / Despesa Total Paga	8,0%	14,4%	11,9%	12,0%	11,2%

Un: Euros

* No ano de 2007 o valor das amortizações encontra-se deduzido dos 5.747.286 Euros que dizem respeito à amortização integral dos empréstimos contratados com C.G.D e B.E.S que transitaram como aditamento ao contrato inicial do BBVA, em resultado da "Reestruturação do Serviço da Dívida de M.L.P" que ocorreu.

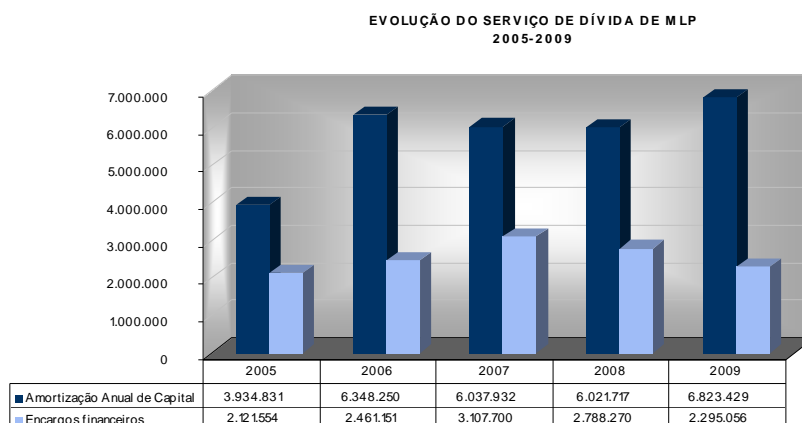
Conforme se pode constatar neste quadro, ao longo dos últimos cinco anos sobressai o acréscimo dos encargos decorrentes do serviço de dívida municipal, efeito sobretudo da componente das amortizações de capital associadas aos dois empréstimos bancários de maior monta, o Empréstimo Bancário de M.L.P. com o Banco Santander Totta, no montante de 29.927.873,82 € e o Empréstimo Bancário de M.L.P. com o Banco Português de Investimento, no montante de 20.000.000,00 €, concluídos que foram os respectivos períodos de deferimento.

Atenta a conjuntura económica nacional e internacional prevalecente, comportamento semelhante apresenta a rubrica de juros da dívida autárquica durante 2006 e 2007, sendo de anotar que tais valores só não assumiram maior significado devido à operação de reestruturação da dívida formalizada em 2007, ao determinar uma redução significativa dos spreads praticados pelas instituições de crédito, em especial nas atrás referenciadas. A partir de 2008, associando as razões invocadas às sucessivas amortizações dos empréstimos contratados que a cada ano que passa vêm o seu capital mais abreviado, inverte-se esta tendência.

Relativamente ao ano anterior, e face à descida acentuada dos encargos financeiros, que neste ano de 2009 assumiram cerca de (-)18%, regista-se que o acréscimo no serviço de dívida deste exercício resulta na sua maioria das amortizações de capital decorrentes da contratação do empréstimo bancário de médio e longo prazo, ao abrigo do Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado (PREDE), no montante de 12.545.533 €, uma vez que a parte do financiamento correspondente à instituição de crédito não contemplava qualquer período de diferimento e exigia uma amortização de 752.732 €.

Convém também registar que no âmbito deste financiamento ao abrigo do PREDE a parte concedida pelo Estado, no valor de 5.018.213€, nos primeiros 5 anos - primeira metade do seu prazo - tem carência de capital e a taxa de juro é 0%, não determinado assim, por ora, qualquer impacto no serviço de dívida municipal.

No gráfico a seguir reproduzido é visível esta tendência.



Em matéria de tributo do serviço de dívida para as diferentes componentes do orçamento municipal, verifica-se também que no cômputo geral o seu peso no total da despesa, e de igual modo no total da receita, tem vindo a diminuir ao longo do último quinquénio, assumindo maior expressividade a redução do peso da componente dos juros.

Importa, contudo, não ignorar que em 2009 o Serviço de Dívida absorveu cerca de 12% do total da receita arrecadada e foi responsável por 11% da despesa paga, o que é um esforço significativo para o orçamento municipal, não obstante o município ter vindo a cumprir, de forma pontual e rigorosa, estas suas obrigações.

Posteriormente, apresenta-se uma descrição detalhada do Serviço de Dívida de Médio e Longo Prazo durante a gerência em apreço, e paralelamente a respectiva previsão para o próximo exercício de 2010.

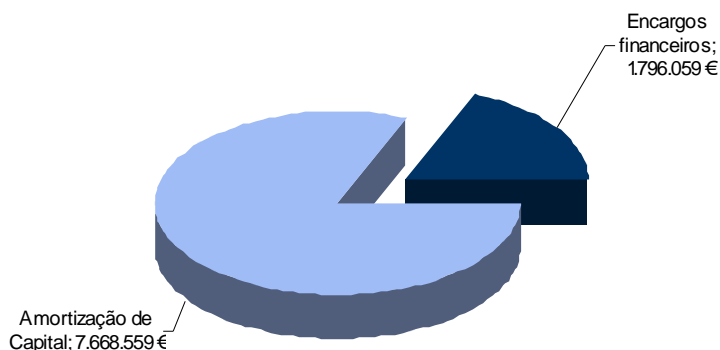
DESCRIÇÃO DO SERVIÇO DE DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO						
	Realizado em 2009			Previsto para 2010		
	Amort	Juros	Total	Amort	Juros	Total
Empréstimos MLP que relevam p/ capacidade de endividamento						
Empréstimo Bancário de M.L.P com o Banco Santander Totta, de 29.927.873,82 €	2.785.527	1.014.124	3.799.651	2.785.527	748.444	3.533.971
Empréstimo Bancário de M.L.P com Banco Português de Investimento, de 20.000.000,00 €	2.016.618	623.022	2.639.639	2.016.618	541.846	2.558.463
Empréstimo de MLP com o Banco Santander Totta, de 7.527.320,43 € - PREDE	752.732	90.856	843.588	1.505.464	164.875	1.670.339
Sub Total	5.554.876	1.728.003	7.282.879	6.307.608	1.455.165	7.762.774
Empréstimos MLP que não relevam p/ capacidade de endividamento						
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BBVA - Complemento PER - de 7.169.214,75 €	278.237	267.185	545.421	283.430	255.990	539.420
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado (PER 1) com a C G D - até 7.481.968,46 €	241.465	73.031	314.496	267.050	18.820	285.870
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado (PER 2) com a C G D - até 21.077.411,44 €	537.386	177.788	715.173	599.005	48.525	647.530
Sub Total	1.057.087	518.003	1.575.090	1.149.486	323.335	1.472.820
Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo						
Fornecedores de Imobilizado de MLP	211.465	49.050	260.516	211.465	17.559	229.024
Sub Total	211.465	49.050	260.516	211.465	17.559	229.024
TOTAL	6.823.429	2.295.056	9.118.485	7.668.559	1.796.059	9.464.618

Un: Euros

Na globalidade das despesas realizadas com o serviço de dívida destacam-se, pela sua materialidade, as inerentes aos empréstimos que relevam para efeitos do cálculo da capacidade de endividamento, ao absorverem 7.282.879 €, o que representa cerca de 80% do seu valor total. Posto isto, conclui-se que, face à contratação do empréstimo bancário de médio e longo prazo, ao abrigo do Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado (PREDE), é visível um aumento do peso dessa componente no serviço de dívida municipal.

Em cumprimento do que se encontra contratualmente estabelecido, e considerando que ainda não foram integralmente saldas nenhuma das dívidas de médio e longo prazo existentes, para o ano financeiro de 2010 estima-se um ligeiro aumento das amortizações e em contrapartida uma redução do montante de juros a liquidar nas dívidas desta natureza.

**Previsão da Composição do Serviço de Dívida
Ano 2010**



COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO NO FIM DA GERÊNCIA

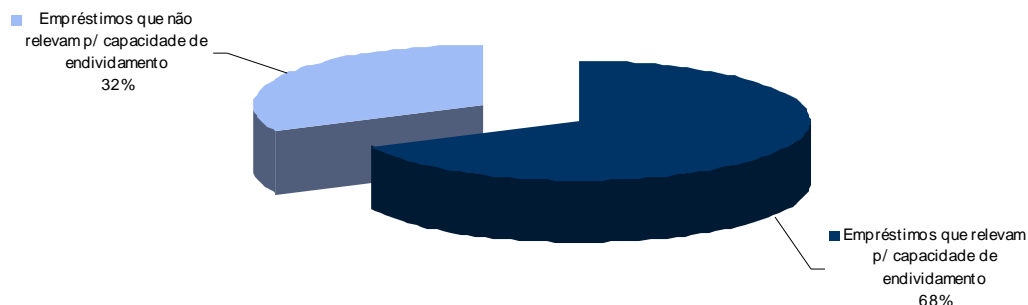
Diante da expressividade do endividamento de médio e longo prazo, justifica-se de igual modo identificar de forma detalhada os empréstimos existentes e respectivos valores do capital em dívida, diferenciando-os em função da sua relevância para o cálculo do endividamento líquido e do seu grau de exigibilidade, à data de fecho de contas.

COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO POR GRAU DE EXIGIBILIDADE		
	31-12-2009	
	Valor	Peso
EXIGÍVEL A MÉDIO E LONGO PRAZO	60.241.183	88,71%
Empréstimos Bancários de MLP	58.919.525	86,76%
Empréstimos que relevam para a capacidade de endividamento	38.704.490	56,99%
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BTA no montante de 29.927.873,82 €	16.483.623	24,27%
Empréstimo Bancário de M.L. P com BPI no montante de 20.000.000 €	11.933.530	17,57%
Empréstimo Bancário de M.L. P ao abrigo do PREDE - 12.545.533 €	10.287.337	15,15%
Banco Santander Totta	5.269.124	7,76%
Estado	5.018.213	7,39%
Empréstimos que não relevam para a capacidade de endividamento	20.215.035	29,77%
Empréstimo Bancário de M.L. P com o BBVA - Complemento PER - no montante de 7.169.214,75 €	6.179.270	9,10%
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 1 - com a C G D - no montante de 7.481.968,46€	3.974.856	5,85%
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 2 - com a C G D - até 21.007.737,65 €	10.060.909	14,82%
Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo	1.321.658	1,95%
Fornecedores de Imobilizado de Médio e Longo Prazo	1.321.658	1,95%
EXIGÍVEL A CURTO PRAZO	7.668.559	11,29%
Empréstimos de Médio e Longo Prazo	7.457.094	10,98%
Empréstimos que relevam para a capacidade de endividamento	6.307.608	9,29%
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BTA no montante de 29.927.873,82 €	2.785.527	4,10%
Empréstimo Bancário de M.L. P com BPI no montante de 20.000.000 €	2.016.618	2,97%
Empréstimo Bancário de M.L. P ao abrigo do PREDE - 12.545.533 €	1.505.464	2,22%
Banco Santander Totta	1.505.464	2,22%
Estado		0,00%
Empréstimos que não relevam para a capacidade de endividamento	1.149.486	1,69%
Empréstimo Bancário de M.L. P com o BBVA - Complemento PER - no montante de 7.169.214,75 €	283.430	0,42%
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 1 - com a C G D - no montante de 7.481.968,46€	267.050	0,39%
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 2 - com a C G D - até 21.007.737,65 €	599.005	0,88%
Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo	211.465	0,31%
Fornecedores de Imobilizado de Médio e Longo Prazo	211.465	0,31%
TOTAL DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO	67.909.742	100,00%

Un: Euros

Na continuação do que se tem verificado em anteriores exercícios, embora de forma menos evidente devido à contratação do empréstimo bancário de médio e longo prazo, ao abrigo do Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado (PREDE), afere-se que do total dos empréstimos de médio e longo prazo contraídos, cerca de 32% estão excluídos para efeitos do cálculo do limite do endividamento líquido, sendo de mencionar que na sua grande maioria tais empréstimos respeitam à linha de crédito bonificado ao abrigo do Programa Especial de Realojamento, no âmbito da construção da habitação social

RELEVÂNCIA DOS EMPRÉSTIMOS DE MLP PARA EFEITOS DO LIMITE DE ENDIVIDAMENTO 2009



PREVISÃO DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO NO FIM DO ANO 2010

Por último, como fonte de informação adicional, insere-se um quadro prospectivo da composição desta tipologia de dívida no final da gestão de 2010.

PREVISÃO DA ESTRUTURA DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO NO FIM DA GERÊNCIA DE 2010		
	Valor	Peso
Empréstimos Bancários de MLP	58.919.525	97,81%
Empréstimos que relevam para a capacidade de endividamento	38.704.490	64,25%
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BTA no montante de 29.927.873,82 €	16.483.623	27,36%
Empréstimo Bancário de M.L. P com BPI no montante de 20.000.000 €	11.933.530	19,81%
Empréstimo Bancário de M.L. P ao abrigo do PREDE - 12.545.533 €	10.287.337	17,08%
Banco Santander Totta	5.269.124	8,75%
Estado	5.018.213	8,33%
Empréstimos que não relevam para a capacidade de endividamento	20.215.035	33,56%
Empréstimo Bancário de M.L. P com o BBVA - Complemento PER - no montante de 7.169.214,75 €	6.179.270	10,26%
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado (PER 1) com a C G D - no montante de 7.481.968,46 €	3.974.856	6,60%
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado (PER 2) com a C G D - até 21.007.737,65 €	10.060.909	16,70%
Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo	1.321.658	2,19%
Fornecedores de Imobilizado de Médio e Longo Prazo	1.321.658	2,19%
PREVISÃO DO TOTAL DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO	60.241.183	100,00%

Un: Euros

DÍVIDA DE CURTO PRAZO

No grupo do endividamento de curto prazo está contemplada a dívida proveniente dos fornecedores c/c e de imobilizado, dos credores de transferências para as autarquias locais e por investimentos financeiros, e do Estado e Outros Credores, cuja evolução dos últimos cinco anos se retrata no quadro seguinte.

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA DE CURTO PRAZO								
	2005	2006	2007	2008	2009			
					Valor	Peso	Varição 2008/2009	Varição 2005/2009
Fornecedores c/c	5.531.218	4.545.822	3.992.302	3.735.283	1.787.016	10,1%	-52,2%	-67,7%
Fornecedores c/c	5.531.218	4.060.852	3.680.135	3.604.849	1.754.547	10,0%	-51,3%	-68,3%
Fornecedores c/c - com factoring	0	484.970	312.167	130.434	32.469	0,2%	-75,1%	
Fornecedores imobilizado	37.462.165	32.638.378	21.217.971	16.421.032	10.394.811	59,0%	-36,7%	-72,3%
Fornecedores imobilizado	37.462.165	15.243.270	9.653.042	10.709.224	10.207.407	57,9%	-4,7%	-72,8%
Fornecedores imobilizado - com factoring	0	17.395.107	11.564.929	5.711.808	187.404	1,1%	-96,7%	
Outros credores	2.672.743	3.014.168	7.619.284	6.481.869	5.437.788	30,9%	-16,1%	103,5%
Estado	0	10.570	13.913	14.195	0	0,0%	-100,0%	
Credores de transferências das autarquias	1.890.193	2.448.805	6.178.668	5.848.082	4.937.938	28,0%	-15,6%	161,2%
Credores por Investimentos Financeiros	62.350	162.350	101.000	0	0	0,0%	0,0%	-100,0%
Credores Diversos -	720.200	392.443	1.325.703	619.591	499.850	2,8%	-19,3%	-30,6%
Total da Dívida de Curto Prazo	45.666.125	40.198.367	32.829.558	26.638.184	17.619.616	100,0%	-33,9%	-61,4%
Taxa de Crescimento da Dívida de Curto Prazo	28,3%	-12,0%	-18,3%	-18,9%	-33,9%	0,00%		
Fornecedores c/c	-2,0%	-17,8%	-12,2%	-6,4%	-52,2%			
Fornecedores imobilizado	41,7%	-12,9%	-35,0%	-22,6%	-36,7%			
Outros credores	-23,8%	12,8%	152,8%	-14,9%	-16,1%			

Un: Euros

A principal conclusão que se retira da análise dos dados acima reproduzidos é que a importância da dívida de curto prazo na estrutura do endividamento municipal tem vindo a diminuir de forma acentuada no decurso destes últimos cinco anos, consequência do comportamento de todas as suas rubricas, das quais se destaca, dada a sua materialidade, a patenteada pela redução dos débitos a fornecedores de imobilizado que redundou numa variação na ordem dos (-)72%, o que em termos absolutos evidencia (-)27.067.354 € de dívida desta natureza.

O ano de 2009 não foi excepção à regra, pelo que permanece assim a tendência verificada desde 2005, e de igual modo com o contributo de todas as suas componentes, ao assistir-se em relação ao ano anterior a um decréscimo próximo dos (-)34% no endividamento de curto prazo, a que corresponde um valor de (-)9.000.000 €, em resultado sobretudo da redução de (-)6.026.221€ nos débitos a fornecedores de imobilizado, rubrica que continua a ter o maior peso, e de (-)1.948.267 €, nos do tipo conta corrente.

Embora sem a mesma expressividade, o mesmo comportamento foi manifestado pela dívida absorvida pelos outros credores, que em 2009 apresenta um decréscimo de (-) 16%, em particular devido à actualização da rubrica de credores de transferências das autarquias, dada a sua materialidade.

O grande responsável pela redução demonstrada pelo endividamento de curto prazo neste exercício de 2009, como se mencionou, foi a contratação por parte do município do empréstimo bancário de médio e longo prazo, ao abrigo do Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado (PREDE), no montante de 12.545.533€.

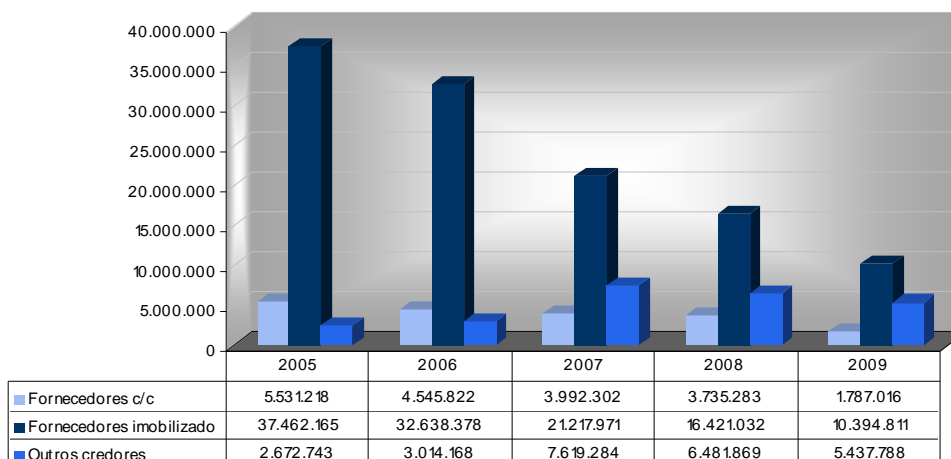
Considerando a sua natureza, anota-se que este empréstimo estava consignado à liquidação de dívida vencida de curto prazo de fornecedores de bens e serviços, no sentido estrito do termo, determinando assim a redução, em igual montante, deste elemento da dívida autárquica. Posto isto, não foi possível

contemplar neste empréstimo a facturação em dívida da quase totalidade dos credores diversos, como sejam por exemplo os credores das transferências das autarquias locais, não lhe sendo por isso imputável o decréscimo desta rubrica.

Perante o exposto, e como fica demonstrado, se fosse excluída a parte correspondente ao montante em dívida do PREDE (11.792.801 €), a dívida de curto prazo registaria um aumento de 10,5%, que em contrapartida não estaria reflectida no aumento do endividamento de médio e longo prazo. Porém, em bom rigor, as aludidas circunstâncias não invalidam que do ponto de vista de balanço final, se tenha verificado, por um lado a redução da dívida de curto prazo em (-) 34% e, por outro, a descida da dívida global em (-)3,7%, o que apraz registar.

Esta evolução registada na dívida está bem patente no gráfico que se insere.

**EVOLUÇÃO DO SERVIÇO DE DÍVIDA DE MLP
2005-2009**



Por último, importa não menosprezar que em relação ao investimento realizado pelo município no âmbito de projectos co-financiados, onde já existe o emprego de capitais na aquisição de bens de equipamento, e como tal já com dívida consolidada, o Estado apresenta uma dívida para com a Autarquia que totaliza 1.509.922 €, como sejam créditos sobre terceiros a título de subsídios de investimento, com financiamento proveniente da Administração Central ou de Fundos Comunitários, na sequência da aprovação das respectivas candidaturas.

Parcelado o mencionado valor, distingue-se o reconhecimento do direito referente a projectos de requalificação da rede escolar do ensino pré-escolar e ensino básico, via financiamento FEDER ao abrigo do Quadro de Referência Estratégico Nacional, num total de 748.309 €

ENDIVIDAMENTO – *LATO SENSU*

No âmbito das disposições constantes na actual Lei das Finanças Locais (LFL) existe um conjunto de medidas tendentes ao controlo do endividamento municipal, designadamente a existência de um conceito de endividamento municipal que incorpora no município os efeitos do endividamento das entidades que constituem o sector empresarial local (SEL), em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no seu regime jurídico (Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro), dos serviços municipalizados e as associações de municípios, na proporção da sua participação e de igual modo a imposição de dois limites ao endividamento municipal:

- ✓ Um limite ao endividamento líquido, correspondente a um stock de 125% dos seguintes recursos próprios: receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF e da participação no IRS, da derrama e da participações do sector empresarial local
- ✓ Um limite à contracção de empréstimos, correspondente a 100% daqueles recursos.

No decurso da análise aqui formalizada é fundamental contextualizar os efeitos decorrentes das sucessivas alterações ao conceito do endividamento municipal previsto na Lei das Finanças Locais, que têm vindo a ser contempladas em sede de Lei de Orçamento do Estado, pois só assim é exequível uma análise comparativa que se pretende consistente.

O ano de 2009 não foi excepção à regra. Uma vez mais foi contemplada na Lei do Orçamento do Estado uma alteração ao conceito de endividamento municipal, que não obstante contemplar a extensão do conceito de sector empresarial local para efeitos de cálculo de endividamento líquido, veio retirar empresas que, nos termos do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de Agosto, não estejam integradas no Sector Empresarial Local, a contrario do conceito subjacente ao exercício de 2008. Com esta alteração passaram a ser excluídas, contrariamente ao apuramento do ano anterior, as seguintes sociedades: Portgás, Águas do Cavado, Águas do Douro e Paiva e a Metro. De igual modo foi estabelecido que em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas, a contribuição das entidades que integram o sector empresarial local no seu sentido lato não pode originar uma diminuição do endividamento líquido total de cada município.

Atento o exposto verifica-se mais uma vez uma modificação significativa na fórmula de cálculo do endividamento líquido municipal, mormente em relação à utilizada na anterior gerência, o que inviabiliza qualquer análise comparativa que se pretenda séria e responsável, devido às implicações de tão elevada ordem.

Considerado este novo contexto não é demais aconselhar a máxima prudência em qualquer análise comparativa.

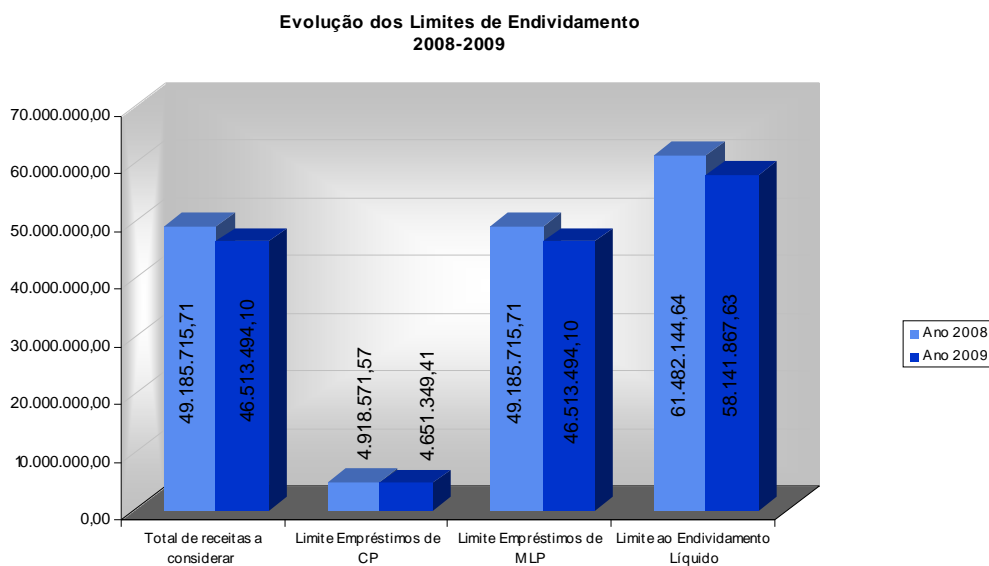
LIMITES LEGAIS DE ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL

Em concordância com o que foi exposto, afigura-se uma avaliação ao endividamento municipal durante o ano de 2009, começando por introduzir um mapa ilustrativo do cálculo dos três limites de endividamento do município que foram fixados para este exercício.

CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL ANO DE 2009		
Designação	Montante	Observações
Receitas a considerar para efeitos de cálculo dos limites do endividamento		
(1) IMI 2008	17.823.969	Receitas Cobradas Líquidas constantes no Mapa de Controlo Orçamental da Receita de 2008
(2) IMT 2008	7.880.266	
(3) IUC 2008	1.880.483	
(4) CA 2008	97.174	
(5) SISA 2008	432.129	
(6) Derrama 2008	7.548.801	
(7) SEL 2008	0	
(8) Fundos Municipais OE 2009	10.850.672	
(9) Total de receitas a considerar	46.513.494,10	(9)=somatório de (1) a (8)
(10) Limite aos Empréstimos de Curto Prazo	4.651.349,41	(10)=10% x (9)
(11) Limite aos Empréstimos de Médio e Longo Prazo	46.513.494,10	(11)=100% x (9)
(12) Limite ao Endividamento Líquido	58.141.867,63	(12)=125% x (9)

Un: Euros

Os diferentes limites máximos acima referenciados estão calculados com base nas receitas municipais definidas na actual Lei das Finanças Locais, mas em conformidade com o entendimento da Direcção Geral das Autarquias Locais, sendo de relevar que se verifica comparativamente a 2008 uma redução de (-) 5,4% daqueles limites, em consequência do decréscimo de 2.672.222 € registado no total da receita arrecadada a considerar para efeitos deste cálculo, conforme é visível no gráfico seguinte.



ENTIDADES RELEVANTES PARA OS LIMITES LEGAIS

Face ao enquadramento do endividamento na actual Lei da Finanças Locais, e consagrado que se encontra o conceito do endividamento líquido municipal que incorpora no município os efeitos do endividamento das entidades que constituem o sector empresarial local (SEL), em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no seu regime jurídico (Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro), dos serviços municipalizados e as associações de municípios, na proporção da sua participação, importa desde logo identificar as entidades relevantes para os limites legais estabelecidos.

O cumprimento da indicada regra do equilíbrio pode ser aferido numa óptica anual ou plurianual, sendo necessário neste último caso a apresentação de um plano previsional à Inspeção Geral de Finanças, o que não se verificou relativamente a qualquer das entidades participadas pelo município.

Como não podia deixar de ser, o contributo para o endividamento municipal das entidades participadas que constituem o sector empresarial local (SEL) é nulo no caso de ser cumprida a referida regra do equilíbrio de contas.

No cômputo geral das entidades participadas pelo município identificadas no mapa constante da nota 8.2.16 dos anexos às demonstrações financeiras do presente relatório de gestão, de acordo com este conceito de endividamento líquido total previsto na Lei das Finanças Locais, à data, eram susceptíveis de relevar para efeitos de limites do endividamento deste município do ano de 2009, dezoito entidades: o Município, os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, duas Associações de Municípios, a Lipor e a Área Metropolitana, e catorze empresas de natureza empresarial.

Porém, como o endividamento das entidades de natureza empresarial participadas pelo município apenas releva para efeitos dos respectivos limites caso não apresentem resultados equilibrados, da apreciação das contas das catorze entidades participadas pelo município, e aplicando a regra do equilíbrio anual, conclui-se que violam esta regra as entidades a seguir mencionadas, devendo por isso ser consideradas.

ENTIDADES DE NATUREZA EMPRESARIAL QUE VIOLAM A REGRA DE EQUILÍBRIO ANUAL	
ANO DE 2009	
Identificação	% do Capital Detido
Conservatório de Música	100%
Macmai	100%
Tecmaia (51%)	51,00%
Municipia	4,64%
Net	0,50%
Parque Maior*	50,00%
Hospital Lidador	10,00%

Un: %

*Inclui o impacto da participação da Espaço Municipal nesta entidade

LIMITE À CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS

LIMITE DOS EMPRÉSTIMOS DE CURTO PRAZO

Nos termos das disposições legais constantes na actual Lei das Finanças Locais (Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro), os municípios podem recorrer a empréstimos de curto prazo apenas para ocorrer a dificuldades momentâneas de tesouraria, até um montante máximo determinado nos termos do n.º 1 do seu artigo 39.º, devendo ser amortizados num prazo máximo de um ano após a sua contratação, sob pena de serem considerados para efeitos do cálculo dos limites dos empréstimos de médio e longo.

O valor máximo atrás referido para o ano de 2009, cujo cálculo se encontra espelhado no quadro introduzido, fixou-se em 4.651.349,41€, anotando-se que durante o corrente exercício económico o município não recorreu à contratação de nenhum empréstimo desta natureza e que, em conjunto com as restantes entidades relevantes, no final de 2009, cumpria o limite legal de endividamento de empréstimos de curto prazo.

Quanto ao montante de empréstimos desta natureza que não foi amortizado até ao final do exercício anota-se a contribuição das seguintes entidades de natureza empresarial participadas pelo município, para efeitos do cálculo do endividamento bancário de médio e longo prazo, como se justifica.

ENTIDADES DE NATUREZA EMPRESARIAL QUE VIOLAM A REGRA DE EQUILIBRIO ANUAL	
ANO DE 2009	
Empréstimos de Curto Prazo não amortizados até 31 de Dezembro	
Identificação	% Imputável
Macmai	25.000,00
Tecmaia (51%)	303.089,53
Municipia	11.797,97
Net	419,68

Un: Euros

LIMITE DOS EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZO

No âmbito do stock da dívida de empréstimos de médio e longo, a lei das finanças locais de igual modo prevê a possibilidade de os municípios recorrerem ao crédito bancário de médio e longo prazo para a concretização das suas múltiplas necessidades de investimento, ou ainda para proceder ao saneamento ou reequilíbrio financeiro das suas contas, até um determinado limite.

Atendendo à estrutura de receitas que releva para efeitos de cálculo deste limite, que se encontra espelhado em quadro próprio e que é um denominador comum de qualquer um dos limites, resultado da imposição dos 125% daquele valor, estipula-se como limite municipal do crédito bancário de MLP para o exercício de 2009 a quantia de 46.513.494,10 €.

Para efeitos do cálculo do endividamento bancário de médio e longo prazo, uma vez que são de considerar todos os montantes contraídos, incluindo aberturas de crédito e os dos empréstimos obrigacionistas, se for caso disso, bem como os dos empréstimos e de aberturas de crédito de curto prazo no montante não amortizado até 31 de Dezembro do ano em causa (n.º 4 do artigo 39.º da LFL), estão aqui contemplados os mencionados no ponto anterior.

Em matéria de regime excepcionado, e de acordo com a metodologia adoptada pela Direcção Geral das Autarquias Locais, no caso do Município da Maia foi excluído o montante em dívida dos empréstimos contratados no âmbito do Programa Especial de Realojamento, no valor dos 21.364.520,34 €, e no caso da LIPOR todos os empréstimos de médio e longo prazo contraídos por se destinarem ao financiamento de projectos co-financiados excepcionados na parte proporcional à participação da autarquia, no valor de 11.935.204,04 €. Assim, não foram excluídos os encargos financeiros decorrentes destes empréstimos.

Por força das suas implicações e da sua relevância neste ponto, importa que se aluda desde logo ao facto de o Município da Maia se ter candidatado durante o presente exercício ao PREDE, nas condições previstas na Resolução do Conselho de Ministros n.º191-A/2008, de 27 de Novembro, ao abrigo do qual obteve um financiamento total de 12.545.433 €, já detalhadamente analisado.

Não obstante a natureza deste financiamento e todas as considerações que sobre este assunto foram sendo formalizadas, em matéria de endividamento líquido, mais uma vez, se regista que este empréstimo não se encontra excepcionado para efeitos de cálculo do endividamento, pelo que contribui directamente para o endividamento líquido e de médio e longo prazo do município.

Posto isto, em resultado da apreciação das contas de todas as entidades participadas pelo município, e aplicando a regra do equilíbrio anual, tendo em vista uma avaliação mais detalhada insere-se um quadro onde se reflecte a contribuição individual de cada uma delas para o nível do endividamento bancário de MLP.

SITUAÇÃO DO MUNICÍPIO FACE AO LIMITE DE EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZO	
ANO DE 2009	
Capital em Dívida a 31/12/2009	
Empréstimos de MLP que relevam para o limite (1)	53.401.084
CÂMARA MUNICIPAL	
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BTA no montante de 29.927.873,82 €	19.269.150
Empréstimo Bancário de M.L. P com BPI no montante de 20.000.000 €	13.950.147
Empréstimo Bancário de M.L. P ao abrigo do PREDE - 12.545.533 €	11.792.801
Banco Santander Totta	6.774.588
Estado	5.018.213
SMAS	0
SECTOR EMPRESARIAL LOCAL	
CONSERVATÓRIO DE MÚSICA	0
MACMAI	52.255
TECMAIA	8.336.731
SECTOR EMPRESARIAL LOCAL -Sociedades Comerciais	
MUNICIPIA	0
NET	0
PARQUE MAIOR	0
HOSPITAL LIDADOR	0
ASSOCIAÇÕES DE MUNICIPIOS	
LIPOR	0
GAMP	0
Empréstimos de Curto Prazo não amortizados até 31 de Dezembro de 2009 que relevam para o limite dos Empréstimos de MLP (2)	340.307
CÂMARA MUNICIPAL	
SMAS	0
SECTOR EMPRESARIAL LOCAL	
CONSERVATÓRIO DE MÚSICA	0
MACMAI	25.000
TECMAIA	303.090
SECTOR EMPRESARIAL LOCAL -Sociedades Comerciais	
MUNICIPIA	11.798
NET	420
PRIMUS	0
PARQUE MAIOR	0
HOSPITAL LIDADOR	0
ASSOCIAÇÕES DE MUNICIPIOS	
LIPOR	0
GAMP	0
Empréstimos de MLP que não relevam para o limite (3)	33.299.724
CÂMARA MUNICIPAL	
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de credito bonificado - PER 1- com a C G D - no montante de 8.110.078,26	4.241.906
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de credito bonificado - PER 2 - com a C G D - até 21.007.737,65	10.659.914
Empréstimo Bancário de M.L. P com o BBVA - Complemento PER - no montante de 7.169.214,75€	6.462.700
SMAS	0
SECTOR EMPRESARIAL LOCAL	
CONSERVATÓRIO DE MÚSICA	0
MACMAI	0
TECMAIA	0
SECTOR EMPRESARIAL LOCAL -Sociedades Comerciais	
MUNICIPIA	0
NET	0
PRIMUS	0
PARQUE MAIOR	0
HOSPITAL LIDADOR	0
ASSOCIAÇÕES DE MUNICIPIOS	
LIPOR	11.935.204
GAMP	0
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS MLP QUE RELEVAM PARA O LIMITE À DATA DE 31/12/2009 = (1)+(2)	53.741.392
LIMITE LEGAL DOS EMPRÉSTIMOS DE MLP À DATA DE 31/12/2009 (4)	46.513.494
CAPACIDADE LIQUIDA DE CONTRAIR EMPRÉSTIMOS DE MLP = (4)-((1)+(2))	-7.227.897
TAXA DE UTILIZAÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS DE MLP=(1+2)/(4)	116%
TAXA DE UTILIZAÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS DE MLP excluindo PREDE =(1+2-Prede)/(4)	90%

Un: Euros

Da análise dos dados presentes, conclui-se que no final do exercício de 2009 o município não cumpria o limite dos empréstimos de médio e longo prazo, apresentando uma taxa de utilização de cerca de 116%. Contudo, importa não descontextualizar este comportamento das razões anteriormente aludidas em consequência da contratação do PREDE.

Não tendo o Município da Maia formalizado em 2009 qualquer outro contrato de que tivesse resultado a assunção de encargos de médio e longo prazo, todo o crescimento da dívida desta natureza no período em análise se deve ao financiamento contraído no âmbito do PREDE, atendendo a que o serviço de dívida dos demais empréstimos se encontra em fase de amortização

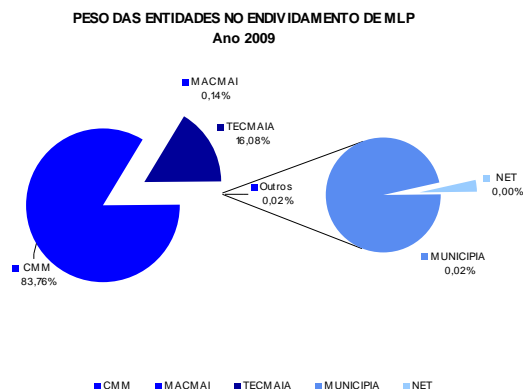
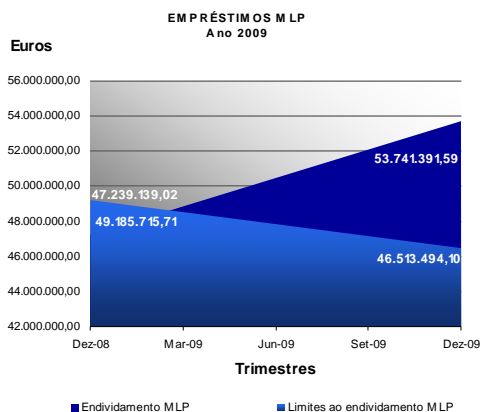
Se em matéria de endividamento líquido não se oferece qualquer reparo, dado o seu impacto ser nulo uma vez que o PREDE não determinou qualquer aumento da dotação global da dívida do município ao estar consignado à liquidação de créditos a fornecedores de curto prazo e ao determinar a redução, em igual montante, desta componente da dívida autárquica, o mesmo não se verifica em matéria de empréstimos de médio e longo prazo. Por essa única razão, a sua contratação justifica o posicionamento do município acima dos limites definidos na lei.

Mais uma vez se ressalva a formalidade legal de todo o seu processo de contratação, como sejam, o integral cumprimento dos critérios constantes da legislação aplicável, a elegibilidade do município da Maia para financiamento declarada pela Direcção Geral do Tesouro e das Finanças e a consequentemente concessão de visto pelo Tribunal Contas.

Por último, regista-se que se for excluído o stock em dívida dos empréstimos contraídos no âmbito deste Programa (11.792.801,39 €), o município continua a posicionar-se abaixo do limite legal do endividamento dos empréstimos bancários de médio e longo prazo, ao apresentar uma taxa de utilização de 90%, o que comprova que o referido incumprimento é integralmente imputável a este empréstimo.

Do conjunto das sociedades de natureza empresarial que têm impacto no endividamento municipal destaca-se a contribuição negativa da empresa TECMAIA, perante a sua relevância, ao influenciar o endividamento bancário de médio e longo prazo do município no montante de 8.639.820 €, apesar da redução patenteada face ao ano anterior em (-)5,3%.

No gráfico a seguir introduzido é facilmente visível o comportamento do município em matéria de endividamento bancário de médio e longo prazo no exercício de 2009, assim como do peso de cada uma das entidades participadas neste tipo de endividamento.



LIMITE AO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO MUNICIPAL

A apreciação do endividamento líquido municipal a seguir promovida atende à informação contida no balanço, englobando por isso, quer as operações orçamentais quer não orçamentais, ao contrário da avaliação desenvolvida no capítulo da dívida de curto prazo, considerando que o conceito de endividamento líquido municipal legalmente definido é compatível com o Sistema Europeu de Contas Regionais e Locais de 1995 (SEC). Pretende-se assim determinar a diferença entre a soma dos passivos, qualquer que seja a sua forma, incluindo nomeadamente os empréstimos contraídos, os contratos de locação financeira e as dívidas a fornecedores, e a soma dos activos, nomeadamente o saldo de caixa, os depósitos em instituições financeiras, as aplicações de tesouraria, os créditos sobre terceiros e os investimentos financeiros.

Com o objectivo de promover o necessário enquadramento do município quanto a esta matéria, em resultado da apreciação das contas das entidades de natureza empresarial e aplicando a regra do equilíbrio anual, reproduz-se em quadro próprio a contribuição individual de cada uma delas para o nível do endividamento líquido à data de 31 de Dezembro de 2009.

ENTIDADES DE NATUREZA EMPRESARIAL QUE VIOLAM A REGRA DE EQUILÍBRIO ANUAL	
ANO 2009	
Identificação	Contribuição para o Endividamento Líquido
Conservatório de Música	72.150,96
Macmai	84.305,00
Tecmaia (51%)	8.812.051,38
Municipia	0,00
Net	0,00
Parque Maior	0,00
Hospital Lídador	121.791,47
Total	9.090.298,81

Un: Euros

Importa mencionar que a Municipia, a Net e a Parque Maior, apesar de evidenciarem contas desequilibradas apresentam mais activos financeiros do que passivos financeiros relevantes para o endividamento líquido, o que determina um endividamento líquido negativo. Porém, as entidades de natureza empresarial que reúnam as condições descritas não revelam para efeitos do limite do endividamento líquido (o mesmo não se passa no que respeita aos limites de empréstimos), por força da interpretação sistemática do quadro legal em vigor, nomeadamente do art. 31.º e 32.º do Regime Jurídico do Sector Empresarial Local, e que em sede de Lei do Orçamento de Estado ficou expressamente estabelecido.

No cômputo geral das sociedades de natureza empresarial que violam a regra de equilíbrio de contas e que têm impacto no endividamento municipal destaca-se, de igual modo, a contribuição negativa da empresa TECMAIA, em face da sua materialidade, ao determinar uma aumento do endividamento líquido municipal em 8.812.051 €.

Em matéria de regime excepcionado, quanto ao endividamento líquido municipal foi ainda excluído o valor de 19.952.115 € em dívida à EDP, reflectido no balanço dos SMAS.

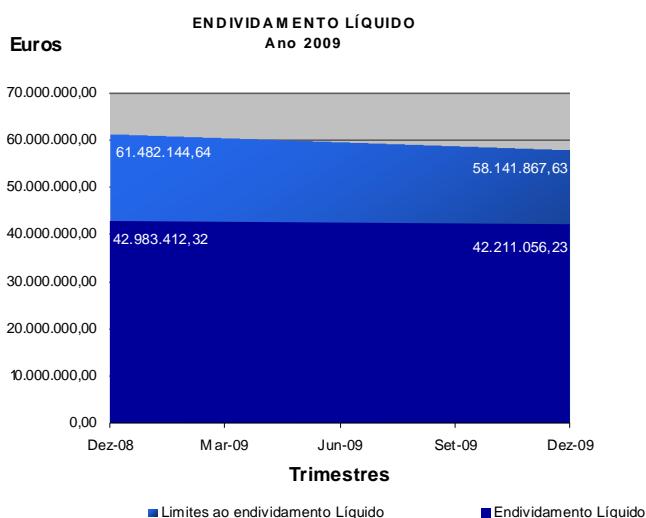
A participar negativamente para este grau de endividamento, aparece também a LIPOR com 874.450 €, sendo de registar que tal não aconteceu no ano transacto, pelo que se atesta aqui o agravamento do endividamento líquido municipal da Lipor a contribuir para o município.

Por outro lado, relação inversa é apresentada pelos Serviços Municipalizados e a Grande Área Metropolitana do Porto (GAMP), que contribuem de forma positiva para este limite, com 3.293.089 € e 308.971 €, respectivamente.

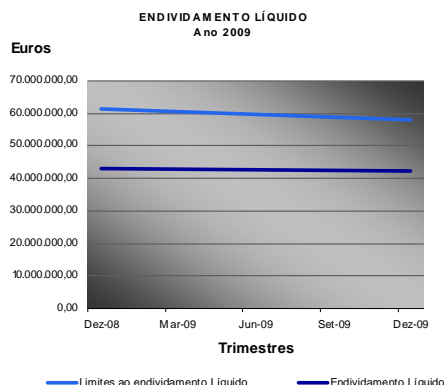
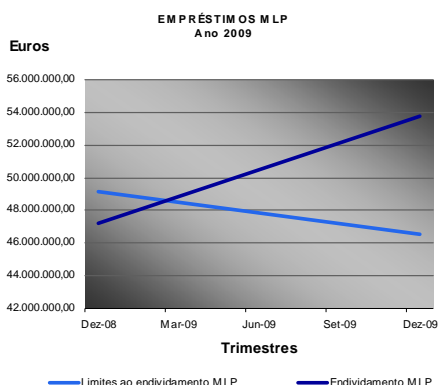
Refira-se igualmente o contributo adveniente dos créditos do município sobre as entidades participadas onde se distinguem a Lipor e a Espaço Municipal, assim como eventuais desacertos resultantes da circun- larização das contas correntes, valores meramente residuais.

A análise dos dados apresentados, cuja informação se encontra sistematizada no quadro introduzido na parte final deste capítulo, permite concluir que, em conformidade com a aplicação das regras existentes, o limite de endividamento líquido do município para o exercício de 2009 ascendeu a 58.141.868 €, posicio- nando-se o município nos 42.211.056 €, o que espelha uma redução em (-)1,8%, em relação ao apurado nos finais de 2008.

Regista-se que apesar do impacto negativo do sector empresarial local, de igual modo verificado no ano de 2008, o endividamento líquido municipal em 2009 é inferior ao limite legal imposto, em (-)15.930.811€, posicionando-se o município abaixo do limite imposto por lei, conforme se espelha no gráfico supra inserido.



A título de conclusão, importa registar que perante a alteração dos limites para o exercício de 2009 o município viu-se confrontado com a obrigação de realizar um esforço de redução ainda maior, principal- mente no que toca aos empréstimos de médio e longo prazo, não só por força do aumento da dívida, mas também pela diminuição do valor dos limites impostos por lei.



Por último, insere-se um mapa resumo representativo do posicionamento do município em matéria de endividamento à data de 31 de Dezembro de 2009, onde se sistematiza a informação relativa ao endivi- damento líquido e ao endividamento do médio e longo prazo de todas as entidades relevantes para os limites legais.

SITUAÇÃO DO MUNICÍPIO FACE AOS LIMITES DO ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL																					
ANO DE 2009																					
	SECTOR EMPRESARIAL LOCAL											MUNICIPIA	NET	PRIMUS	PARQUE MAIOR	HOSPITAL LIDADOR ***	LIPOR	GAMP	TOTAL		
	CMM	SMAS	EMEM - ESTACIONA	ACADEMIA ARTES	CONSERVATÓRIO DE MÚSICA	MAIAMBIENTE	ESPAÇO MUNICIPAL	TRANSPORTES URBANOS	RENOVARUM, LDA	MAC/MAI, LDA	TECMAIA, SA										
Total do endividamento																					
1	Endividamento Líquido*	99.875.807	33.800.596	0	0	90.955	0	0	0	0	84.305	10.560.950	0	0	0	0	121.792	18.928.069	-308.971	163.153.503	
2	Empréstimos de MLP *	66.376.619	0	0	0	0	0	0	0	0	77.255	8.639.820	11.798	420	0	0	0	11.935.204	0	87.041.116	
Excepções ao endividamento **		65.379.614	37.093.685	0	-211	18.804	0	-1.351.963	0	0	0	1.748.899	0	0	0	0	1	18.053.620	0	120.942.447	
3	Subsídios ao Investimento	44.015.094	17.141.570	0	0	18.804	0	0	0	0	0	1.747.497	0	0	0	0	1	9.278.148	0	72.201.112	
4	Desacertos Créditos s/ SEL/Créditos S/CMM	0	0	0	-211	0	0	-1.351.963	0	0	0	1.402	0	0	0	0	0	-3.159.732	0	-4.510.505	
5	Dívidas à EDP	0	19.952.115	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	19.952.115	
6	Empréstimos de MLP*excepcionados	21.364.520	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	11.935.204	0	33.299.724	
Endividamento a considerar																					
7	Endividamento Líquido = (1)-(3)-(4)-(5)	34.496.193	-3.293.089	0	211	72.151	0	1.351.963	0	0	84.305	8.812.051	0	0	0	0	121.791	874.450	-308.971	42.211.056	
8	Empréstimos de MLP = (2)-(6)	45.012.099	0	0	0	0	0	0	0	0	77.255	8.639.820	11.798	420	0	0	0	0	0	53.741.392	
Verificação do cumprimento dos limites a 2009-12-31																				0	
Limites																					
9	Endividamento Líquido						125,00%								46.513.494,10					58.141.868	
10	Empréstimos de MLP						100,00%								46.513.494,10					46.513.494	
Montante em excesso																					
Endividamento Líquido =(7)-(9)																				-15.930.811	
Taxa de utilização de EL																				73%	
Empréstimos de MLP = (8)-(10)																				7.227.897	
Taxa de utilização de EMLP																				116%	
Empréstimos de MLP excluindo PREDE = (8)-(11.792.801 €)-(10)																				-4.564.904	
Taxa de utilização de EMLP excluindo PREDE																				90%	
Endividamento à data de 31/12/2008																					
Endividamento Líquido																				42.983.412	
Taxa de utilização de EL																				70%	
Empréstimos de MLP																				47.239.139	
Taxa de utilização de EMLP																				96%	
Variação do Endividamento entre 2008 e 2009																					
Endividamento Líquido																				Taxa -1,80%	Valor -772.356
Empréstimos de MLP																				13,76%	6.502.253

Un: Euros

O endividamento líquido dos SMAS tem reflectido o desacerto da facturação da água do município

*A parte dos SMAS refere-se exclusivamente à dívida à EDP

** Consideradas para efeitos de cálculo dos limites do endividamento, isto é, deduzindo as contas 27.45 a 27.49 e 23 excepcionada.

*** Os dados referentes ao Hospital Lídador são os constantes no balanço provisório apresentado a 31/12/2009



2009

ANÁLISE ECONÓMICO - FINANCEIRA

maia
CÂMARA MUNICIPAL



2009

BALANÇO

maia
CÂMARA MUNICIPAL

As demonstrações financeiras que se seguem afiguram, estruturadamente, a posição e o desempenho do Município, ao proporcionar a informação financeira em resultado das actividades desenvolvidas durante o ano 2009, carreadas por objectivos de uma gestão económica, eficiente e eficaz, no âmbito das suas atribuições e competências, para além da divulgação de informação comparativa com respeito ao período anterior. O conjunto das demonstrações financeiras do capítulo “*Análise Económico-Financeira*” inclui:

- Balanço;
- Demonstração de Resultados;
- Notas, compreendendo um resumo das políticas contabilísticas e outras anotações explicativas.

ESTRUTURA E EVOLUÇÃO PATRIMONIAL DA AUTARQUIA - Balanço Sintético						
Descrição	2008		2009		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Activo Líquido	485.413.300	100,00%	484.220.509	100,00%	-1.192.791	-0,25%
Imobilizado	469.685.738	96,76%	471.436.033	97,36%	1.750.295	0,37%
Circulante						
Existências	929.321	0,19%	824.553	0,17%	-104.768	-11,27%
Dívidas de Terceiros - Curto Prazo	4.894.803	1,01%	4.436.297	0,92%	-458.506	-9,37%
Disponibilidades	8.346.011	1,72%	5.848.268	1,21%	-2.497.743	-29,93%
Acréscimos e Diferimentos	1.557.427	0,32%	1.675.359	0,35%	117.932	7,57%
Passivo	158.146.913	100,00%	154.741.087	100,00%	-3.405.826	-2,15%
Provisões para riscos e encargos	500.000	0,32%	500.000	0,32%	0	0,00%
Dívidas a Terceiros						
Médio e Longo Prazo	56.150.824	35,51%	60.241.183	38,93%	4.090.359	7,28%
Curto Prazo	36.845.146	23,30%	30.091.938	19,45%	-6.753.208	-18,33%
Acréscimos e Diferimentos	64.650.943	40,88%	63.907.966	41,30%	-742.977	-1,15%
Fundos Próprios	327.266.387	100,00%	329.479.422	100,00%	2.213.035	0,68%
Património	299.657.844	91,56%	312.851.256	94,95%	13.193.412	4,40%
Ajustamentos Partes Capital em Empresas	-14.964	0,00%	-14.964	0,00%	0	0,00%
Reservas	14.255.582	4,36%	16.104.772	4,89%	1.849.190	12,97%
Resultados Transitados	2.520.279	0,77%	101.088	0,03%	-2.419.191	-95,99%
Resultado Líquido do Exercício	10.847.646	3,31%	437.270	0,13%	-10.410.376	-95,97%

Un.: Euros

ACTIVO

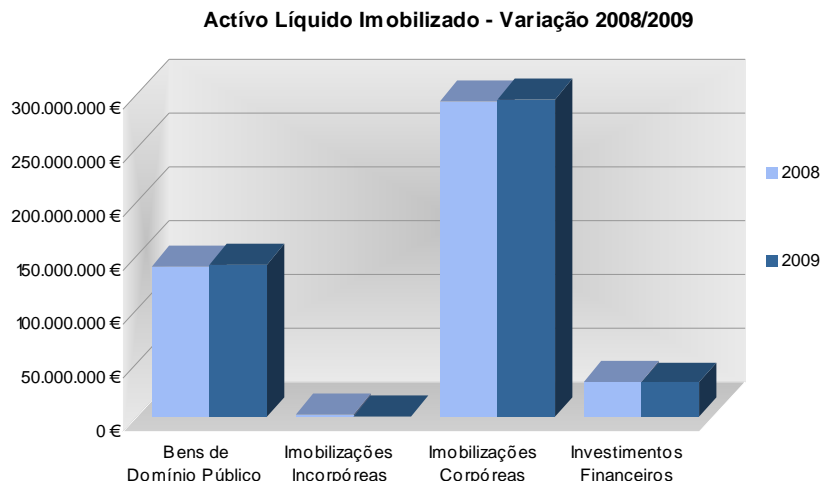
IMOBILIZADO

A materialidade do activo está manifestamente centrada no imobilizado, que absorve 97,36% do total do seu valor, característica esta inalterável ao longo dos diversos exercícios económicos, bem demonstrativa da importância do respectivo agregado no Município da Maia, efectuada que seja a sua associação à política de investimento desde sempre prosseguida no intuito de promover o desenvolvimento e proporcionar uma melhor qualidade do serviço público prestado.

A oscilação face ao período homólogo foi positiva, facto que se regista com agrado, considerados que são os fortes condicionalismos ao investimento originados por políticas de contenção face à crise económica que atravessámos e à cada vez maior escassez recursos.

ACTIVO LÍQUIDO IMOBILIZADO - Variação 2008/2009					
Rubricas	2008	%	2009	%	Variação %
Bens de Domínio Público	140.662.738	29,95%	141.779.224	30,07%	0,79%
Imobilizações Incorpóreas	2.266.601	0,48%	1.226.758	0,26%	-45,88%
Imobilizações Corpóreas	294.209.893	62,64%	296.020.014	62,79%	0,62%
Investimentos Financeiros	32.546.506	6,93%	32.410.037	6,87%	-0,42%
TOTAL	469.685.738		471.436.033		0,37%

Un.: Euros



As imobilizações corpóreas têm uma significativa representatividade no activo líquido imobilizado, acolhendo cerca de 63% do seu peso total, logo seguidas dos bens de domínio público com 30%, dos investimentos financeiros com 7% e das imobilizações incorpóreas com 0,26%, estas com diminuta expressão.

Duma análise comparativa e global conclui-se que o activo líquido imobilizado se fixou em 2009 num nível próximo do verificado no transacto ano, porém ligeiramente superior, em 1.750.295 €, com desiguais variações dos seus subgrupos.

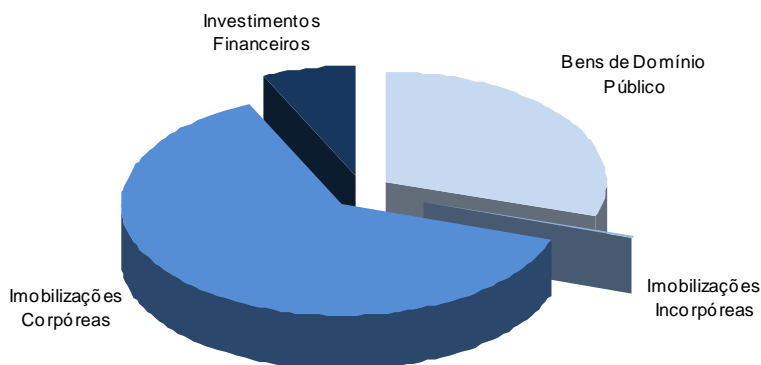
A maior diminuição, de 1.039.843 €, coube às imobilizações incorpóreas e deveu-se ao facto de se ter procedido a ajustes no tratamento contabilístico de valores inicialmente ali contabilizados, os quais, por respeitarem na sua grande maioria a projectos, planos e afins, de bens que fazem parte do património edificado do Município, foram para o efeito transferidos para imobilizações em curso e imobilizações corpóreas.

Por outro lado, assinalam-se os aumentos verificados nos bens de domínio público e nas imobilizações corpóreas, de 1.116.486 € e de 1.810.121 €, respectivamente, destacando no primeiro dos referidos grupos os movimentos associados ao registo de parcelas de terreno que vieram à posse do Município da Maia, e no segundo o investimento na rubrica de edificações e outras construções.

Os Investimentos Financeiros mostram uma diminuta oscilação de (-)0,42%, a qual se deveu à contabilização de uma provisão no valor de 149.639,36 € em consequência do processo de insolvência da entidade participada "Macmai – Matadouro Agrícola e Comercial da Maia, Lda., e à alienação de parte da participação financeira do Município na empresa "Primus – Promoção e Desenvolvimento Regional, S.A." a favor da Área Metropolitana do Porto.

Conclui-se a apreciação do activo imobilizado com a inserção de gráfico demonstrativo da sua composição no período em referência.

Es trutura do Activo Líquido Imobilizado em 2009



CIRCULANTE

O activo circulante representa 2,3% do activo líquido, sendo constituído pelas existências, dívidas de terceiros e disponibilidades. A exemplo do verificado em exercícios anteriores, as dívidas de terceiros e as disponibilidades continuam a ser as rubricas predominantes no activo circulante, comportando as maiores valorizações das diferenças do último biénio.

No quadro seguinte é claramente visível a alteração da estrutura das dívidas de terceiros, comparativamente ao precedente ano.

DÍVIDAS DE TERCEIROS - Activo Bruto			
	2008	2009	Varição 2008/2009
Empréstimos Concedidos	23.008	39.470	71,55%
Clientes/Contribuintes e Utentes c/c	1.164.319	138.026	-88,15%
Clientes/Contrib./Utentes/Deved. Diversos - Cobrança Duvidosa	10.912.375	10.672.284	-2,20%
Estado e Outros Entes Públicos	0	316	
Outros Devedores	2.080.409	3.016.786	45,01%
Devedores de Transferências para as Autarquias Locais	1.593.278	1.509.922	-5,23%
Devedores Diversos - Outros	487.131	1.506.864	209,33%
TOTAL	14.180.111	13.866.883	-2,21%

Un.:Euros

Sobressaem as variações ocorridas em Clientes, Contribuintes e Utentes c/c e em Devedores Diversos - Outros, de (-)1.026.293 € e de (+)1.019.733 €, respectivamente, sendo de imputar o decréscimo, em boa parte, ao pagamento no decurso de 2009 da importância de 894.709 € de prestações de taxas municipais de urbanismo no âmbito de processos de obras por parte do contribuinte FDO 10 - Investimentos Imobiliários, Lda., enquanto que o aumento adveio da contabilização da verba de 1.485.000 €, referente à celebração com a Administração Regional de Saúde de um contrato de constituição de direito de

superfície, por um período de trinta anos, sobre um prédio urbano com destino exclusivo à instalação do Centro de Saúde da Maia. Do referido montante já foi paga no ano 2009 a quantia de 495.000 €

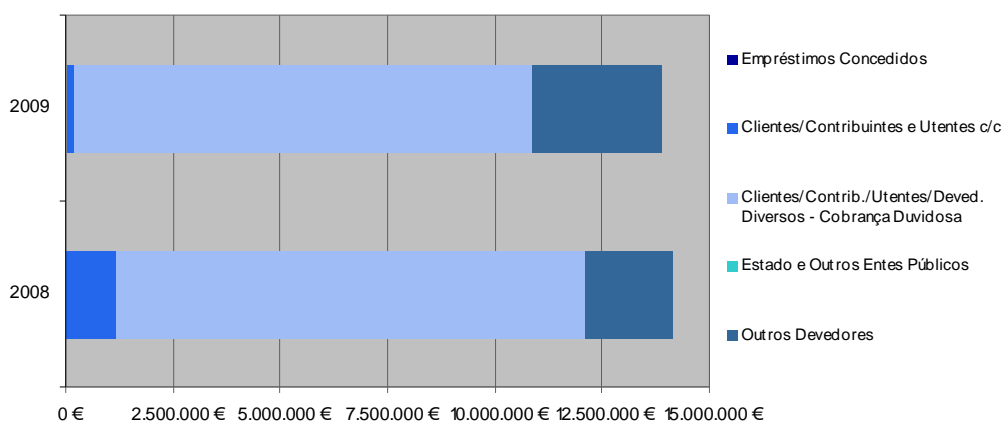
A diminuição indiciada nas dívidas de terceiros de cobrança duvidosa teve a sua principal origem no recebimento de 641.168 € de valores liquidados em períodos anteriores a 2009 à empresa Portgás – Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A., referentes à emissão de licenças de ocupação do domínio público. Para cobrança duvidosa foram ainda transferidas as dívidas inicialmente reflectidas em Clientes/Contribuintes e Utentes c/c e que no decurso de 2009 se venceram.

Ainda que apresente pequena variação, importa comentar o valor de 1.509.922 € contabilizado em Devedores de Transferências para as Autarquias Locais, onde se incluem todos os créditos que o Município detém sobre terceiros a título de subsídios de investimento, com financiamento proveniente da Administração Central ou de Fundos Comunitários, na sequência da aprovação das respectivas candidaturas. Segmentado o mencionado valor, distingue-se o reconhecimento do direito referente a projectos de requalificação da rede escolar do ensino pré-escolar e ensino básico, via financiamento FEDER ao abrigo do Quadro de Referência Estratégico Nacional, um total de 748.309 €. Sucedem-se as comparticipações oriundas do IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, que totalizam 459.008 €, logo seguidas do montante de 221.524 €, ainda a arrecadar na sequência do encerramento formal do projecto Maiadigital.

Por último, nota-se o valor referente a empréstimos reembolsáveis concedidos pelo Município a micro e pequenas empresas do Concelho no âmbito do programa Finicia, dando continuidade à concretização do protocolo Financeiro e de Cooperação oportunamente celebrado. O valor registado nesta rubrica, de 39.470 €, corresponde ao total dos valores já entregues pela Câmara da Maia às empresas que viram os seus projectos aprovados e devidamente formalizados através de contrato.

Para melhor dimensionar as oscilações das dívidas de terceiros, auxilia-se a análise antes efectuada com a representação gráfica que se insere.

Dívidas de Terceiros 2009 - Activo Bruto



Finaliza-se a apreciação do activo líquido com a alusão às disponibilidades, cujo montante a 31 de Dezembro de 2009 ascendeu a 5.848.268 €, dos quais 5.824.075 € provêm de depósitos em Instituições de Crédito e 24.193 € de caixa. O total das disponibilidades compreende o saldo de gerência

de operações orçamentais, de operações de tesouraria e as cauções em dinheiro, nos valores de 1.073.705 €, 294.613 € e 4.479.950 €, respectivamente. No final de 2008, o valor das disponibilidades apresentou-se consideravelmente superior ao de 2009, produto da importância recebida aquando da constituição do Fundo de Investimento Imobiliário Fechado “Maia Imo”.

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Do cumprimento do princípio da especialização dos exercícios resulta a inclusão nas demonstrações financeiras, no activo do balanço, das rubricas de Acréscimos de Proveitos e de Custos Diferidos, cuja disposição se apresenta.

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS		
27.1 - Acréscimos de Proveitos		1.609.380
27.1.1	Juros a Receber	5.549
27.1.3	Impostos e Taxas	1.257.225
27.1.4	Subsídios Correntes	19.284
27.1.9	Outros Acréscimos de Proveitos	327.323
27.2 - Custos Diferidos		65.978
27.2.1	Prémios de Seguros	49.310
27.2.4	Vigilância e Segurança	0
27.2.9	Outros Custos Diferidos	16.668

Un.: Euros

Em 2009, o reconhecimento de custos e proveitos de natureza activa fixou-se em 1.675.359 €, cabendo a Acréscimos de Proveitos o valor de 1.609.380 e a Custos Diferidos o de 65.978 €. Neste agrupamento a parcela dominante advém de Impostos e Taxas cobrados pela Administração Central em 2009, sobretudo no mês de Dezembro, a transferir para o Município no ano imediato. Diferenciam-se os valores de 901.837 €, 150.856 € e 158.730 €, referentes a Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Bens Imóveis, a Imposto Municipal sobre Imóveis e a Imposto Único de Circulação, respectivamente.

PASSIVO

DÍVIDAS A TERCEIROS

A agregação dos compromissos assumidos pelo Município com maior materialidade concentra-se nas dívidas a terceiros, ao representar 58,38% do valor total do passivo, mantendo-se praticamente no mesmo limiar da percentagem registada em 2008 (58,80%).

DÍVIDAS A TERCEIROS - Operações Orçamentais e Não Orçamentais			
	2008	2009	Varição
Dívidas a Médio e Longo Prazo	62.187.638	67.909.742	9,20%
Curto Prazo	30.808.332	22.423.379	-27,22%
Total	92.995.969	90.333.121	-2,86%

Un.: Euros

Comparativamente ao ano anterior, o conjunto dos débitos a terceiros apresenta um abrandamento de 2.662.848 €, convido no entanto divulgar isoladamente as respectivas variações, atendendo à natureza da dívida, independentemente do seu posicionamento quanto à exigibilidade, e com distinção clara entre operações orçamentais e não orçamentais, relevando em particular as primeiras, dada a sua natureza. Refere-se que o valor de 29.200 € classificado nas dívidas a terceiros, indexado que está a actos definitivos futuros, não constitui, em bom rigor, dívida efectiva.

DÍVIDAS A TERCEIROS			
	2008	2009	Varição
Operações Orçamentais			
Médio e Longo Prazo	62.187.638	67.909.742	9,20%
Curto Prazo	26.638.184	17.648.816	-33,75%
Adiantamentos de Clientes, Contribuintes e Utentes	0	29.200	
Fornecedores c/c (incluindo facturas em recepção/conferência)	3.735.283	1.787.016	-52,16%
Fornecedores de Imobilizado c/c (incluindo facturas recepção/conferência)	16.421.032	10.394.811	-36,70%
Estado e Outros Entes Públicos:	14.195	0	-100,00%
Outros Credores	6.467.673	5.437.788	-15,92%
Sub-Total	88.825.821	85.558.558	-3,68%
Operações Não Orçamentais			
Curto Prazo	4.170.148	4.774.563	14,49%
Clientes e Utentes c/ Cauções:	1.619.469	1.757.362	8,51%
Fornecedores de Imobilizado c/ cauções	1.230.446	1.777.869	44,49%
Estado e Outros Entes Públicos:	283.932	213.851	-24,68%
Outros Credores	1.036.300,95	1.025.481	-1,04%
Sub-Total	4.170.148	4.774.563	14,49%
TOTAL	92.995.969	90.333.121	-2,86%

Un.: Euros

Neste ponto, importa que se aluda desde logo ao facto de o Município da Maia se ter candidatado em 2009 ao PREDE - Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado, nas condições previstas na Resolução do Conselho de Ministros n.º 191-A/2008, de 27 de Novembro, ao abrigo do qual obteve um financiamento total de 12.545.533,43 €, decomposto entre dois empréstimos, um concedido pelo Estado (5.018.213,00 €), e outro por uma Instituição de Crédito, no caso o Banco Santander Totta (7.527.3320,43 €).

Como é sabido, o Programa em referência tem como objectivo reduzir de forma estrutural e significativa os prazos de pagamento a fornecedores de bens e serviços praticados por entidades públicas, através de

um mecanismo de substituição de dívida a fornecedores por empréstimos financeiros de médio e longo prazo, ou seja, simples alteração da estrutura de financiamento da actividade.

Nesse pressuposto, não tendo o Município da Maia formalizado em 2009 qualquer outro contrato de que tivesse resultado a assunção de encargos de médio e longo prazo, todo o crescimento da dívida desta natureza no período em análise se deve ao financiamento contraído no âmbito do PREDE, atendendo a que o serviço de dívida dos demais empréstimos se encontra em fase de amortização. Teve igualmente origem no financiamento contraído ao abrigo do PREDE o posicionamento do Município da Maia acima do limite de endividamento de médio e longo prazo previsto na lei, em cerca de 7.200.000 €

Quanto àquele financiamento foi já efectuada uma amortização no decurso de 2009, no montante de 752.732,04 €, sendo o valor em dívida à data de 31 de Dezembro de 2009, de 11.792.801,39 €

Já no que respeita à dívida de curto prazo – operações orçamentais, em que a globalidade das rubricas apresenta decréscimo comparativamente ao período anterior, destacam-se sobretudo os compromissos assumidos com fornecedores, pelo peso que têm no total dos débitos, de 75,67% em 2008 e de 69,02% em 2009. Esta componente de dívida – fornecedores c/c e fornecedores de imobilizado c/c – apresenta no seu conjunto uma minoração na ordem dos 39,5%.

Sendo também verdade que a variação registada no total da dívida de curto prazo em 2009, de (-)8.989.368 €, é integralmente justificada pelo PREDE, em especial a dívida a fornecedores, pois foi precisamente essa a natureza de débitos que relevou para aquele programa, não esqueçamos que aquele instrumento mais não permitiu do que a substituição da dívida de curto prazo por dívida a médio e longo prazo.

Assim sendo, considerado o balanceamento da dívida de curto prazo com a de médio e longo prazo, atente-se no facto de o capital em dívida no final do ano 2009 dos empréstimos contraídos ao abrigo do PREDE, de 11.792.801 €, não estar igualado à diminuição verificada na dívida de curto prazo, apresentando uma diferença de 2.803.433 €

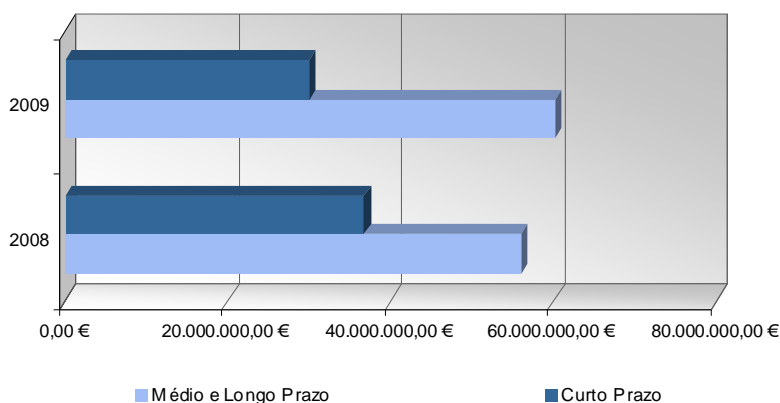
Quer isto significar que no decurso de 2009 foi acrescida dívida de curto prazo com impacto no dito balanceamento no correspondente ao último dos referidos montantes. Quer isto também significar que a dívida de curto prazo, caso não tivesse existido o financiamento PREDE, teria aumentado naquele valor comparativamente ao valor final de 2008, isto é, cerca de 10,5%.

Não sendo de menosprezar o apontamento antes inserido, é incontroverso que o PREDE existiu, que a composição da dívida do Município em resultado disso foi alterada e que houve efectivamente uma redução das dívidas a terceiros em 2009, circunstância que com manifesto agrado se regista.

Por último, alude-se à dívida registada em Outros Credores, cuja variação em 2009, de cerca de (-)16%, se deve basicamente às transferências de capital processadas a favor das Freguesias, ao abrigo de contratos-programa para o efeito celebrados.

A pormenorização da análise da dívida do Município consta de capítulo próprio inserido no presente Relatório de Gestão, para o qual se remete nesta parte.

Dívidas a Terceiros 2009



ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Do cumprimento do princípio da especialização dos exercícios resulta a inclusão nas demonstrações financeiras, no passivo do balanço, das rubricas de acréscimos de custos e de proveitos diferidos, cuja constituição se demonstra de seguida.

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS		
27.3 - Acréscimos de Custos		3.331.365
27.3.2	Remunerações a Liquidar em 2010	2.347.611
27.3.3	Juros a Liquidar	221.697
27.3.4 a 27.3.7	Comunic./Electric./Transferências e Prestações Sociais concedidos/Gás	111.553
27.3.9	Outros Acréscimos de Custos	650.504
27.4 - Proveitos Diferidos		60.576.601
27.4.2	Rendas:	16.561.507
	Processo de antecipação de rendas	15.125.722
	Outras rendas	285
	Direito de Superfície	1.435.500
27.4.5	Subsídios para Investimentos	43.811.984
27.4.9	Outros Proveitos Diferidos	203.110

Un:Euros

Pela via de acréscimos e diferimentos concorre para os custos apurados em 2009, claramente, o montante registado na conta de remunerações a liquidar em 2010, ao representar cerca de 70,5% do total contabilizado. A importância de 2.347.611 € respeita no seu todo a pagamentos a efectuar em 2010 relativos ao mês e ao subsídio de férias, adicionados dos respectivos abonos (despesas de representação e subsídio de turno) e encargos sociais, incluindo ainda o trabalho extraordinário, as ajudas de custo e as execuções fiscais reportadas a 2009, para além dos encargos sociais a cargo do Município inerentes ao processamento de salários de Dezembro de 2009. O cálculo da estimativa para pagamento do mês e subsídio de férias foi efectuado com base nas remunerações pagas no referido mês de Dezembro de 2009.

Quanto a proveitos diferidos as parcelas mais significativas respeitam a subsídios para investimentos e a rendas, compreendendo 72% e 27%, respectivamente, do total ali contabilizado. No primeiro dos referidos

grupos são reflectidas as comparticipações a obter no âmbito de projectos homologados ao abrigo dos Quadros Comunitários de Apoio ou de Protocolos e Contratos-Programa para o efeito celebrados, com reconhecimento do direito na medida dos pedidos de pagamento formalizados. Estes montantes são progressivamente reconhecidos na demonstração de resultados numa base sistemática durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os custos de amortizações relacionados, isto é, durante a vida útil dos bens subsidiados, assinalando-se a este propósito que o valor transferido em 2009 para proveitos extraordinários foi de 1.945.899€

Já no conjunto das rendas, salienta-se a parte respeitante ao processo de cessão de créditos das rendas habitacionais de contratos de arrendamento e promessa de compra e venda, promovido pela empresa Espaço Municipal, E.M., ao abrigo do qual foi oportunamente transferido para o Município da Maia o montante de 20.000.000 €, o qual tem sido anualmente transferido para proveitos na proporção das rendas futuras a arrecadar, referentes ao imobilizado que se encontra registado no património da Câmara Municipal e que é alvo de amortização.

FUNDOS PRÓPRIOS

No final de 2009, o cômputo dos fundos próprios ascende a um valor acercado do verificado no ano anterior, todavia ligeiramente superior, variação esta procedente não só do resultado líquido gerado no anterior exercício, na proporção de 95% (10.305.264 €), como também de regularizações efectuadas com repercussão à data de implementação do POCAL, tudo isto para além das importâncias classificadas em Reservas.

A oscilação dos fundos próprios, apesar de positiva, situa-se em níveis bem inferiores aos registados nos transactos anos, circunstância esta com origem no resultado líquido de 2009, no valor de 437.270 €, contrapondo com montantes na ordem da dezena de milhão de euros em cada um dos anos anteriores, e ainda no contributo dos resultados transitados, fruto de regularizações efectuadas ao activo imobilizado do Município da Maia.

Com efeitos, salienta-se uma vez mais neste ano a indispensabilidade de terem ocorrido regularizações ao balanço inicial, na consequência da identificação de factos com reflexo na composição do património municipal e que àquela data não foram devidamente relevados.

Remete-se para as Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados (ponto 8.2.28) a apreciação detalhada da estrutura dos Fundos Próprios, com explicitação e justificação dos movimentos associados.



2009

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

maia
CÂMARA MUNICIPAL

SÍNTESE DA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS							
Custos e Perdas	Exercícios			Proveitos e Ganhos	Exercícios		
	2008	2009	Varição		2008	2009	Varição
Total de Custos Operacionais (A)	59.217.453	58.094.848	-1,90%	Total de Proveitos Operacionais (B)	67.359.103	61.188.704	-9,16%
Total de Custos Financeiros (C)	4.218.517	2.746.544	-34,89%	Total de Proveitos Financeiros (D)	930.955	561.549	-39,68%
Total de Custos Extraordinários	3.817.750	5.606.758	46,86%	Total de Proveitos Extraordinários	9.811.307	5.135.167	-47,66%
Total dos Custos	67.253.720	66.448.150	-1,20%	Total dos Proveitos	78.101.365	66.885.420	-14,36%
Resultados Operacionais: (B-A)	8.141.650	3.093.856	-62,00%				
Resultados Financeiros: (D-C)	-3.287.562	-2.184.995	-33,54%				
Resultados Correntes: (B+D)-(A+C)	4.854.088	908.861	-81,28%				
Resultados Líquido do Exercício:	10.847.645	437.270	-95,97%				

Un.: Euros

Produto da actividade desenvolvida pelo Município da Maia em 2009 foi originado um resultado líquido de 437.270 €, originário de um total de proveitos de 66.885.420 € e de custos incorridos de 66.448.150 €.

Como é dado a observar, é a actividade operacional o factor determinante para a formação do resultado líquido obtido em 2009, ao gerar um valor de proveitos superior ao dos custos de igual natureza, compensatório dos resultados negativos obtidos nos ciclos financeiro e extraordinário. Efectivamente, a componente operacional, quer de custos quer de proveitos, sendo a que maior peso tem na estrutura global de cada um dos membros da demonstração de resultados - representando 91,5% e 87,4%, respectivamente -, influencia em grau elevado o resultado do exercício.

Em tal conformidade, a descida verificada em 2009 nos proveitos operacionais, com fundamental origem na rubrica de impostos e taxas face a 2008 (- 7.244.191 €), ocasionou, não obstante o decréscimo dos custos, uma drástica redução dos resultados operacionais (-62%), com directa repercussão no resultado líquido do período.

Concorreu declaradamente para a diminuição dos custos operacionais de 2009, a contabilização em provisões do exercício de um valor inferior em 4.254.173 € ao registado no ano antecedente. Também nas transferências e subsídios correntes concedidos se verificou um decréscimo de 940.003 €.

Tendência inversa registaram os custos com fornecimentos e serviços externos e com pessoal. Os primeiros contendo valores mais expressivos no referente a encargos com electricidade, água, rendas e alugueres e trabalhos especializados, e os segundos no que concerne a remunerações pagas a pessoal do quadro e pessoal contratado a termo certo e a despesas com a saúde. Assinala-se a diminuição dos custos com pessoal em regime de tarefa e avença.

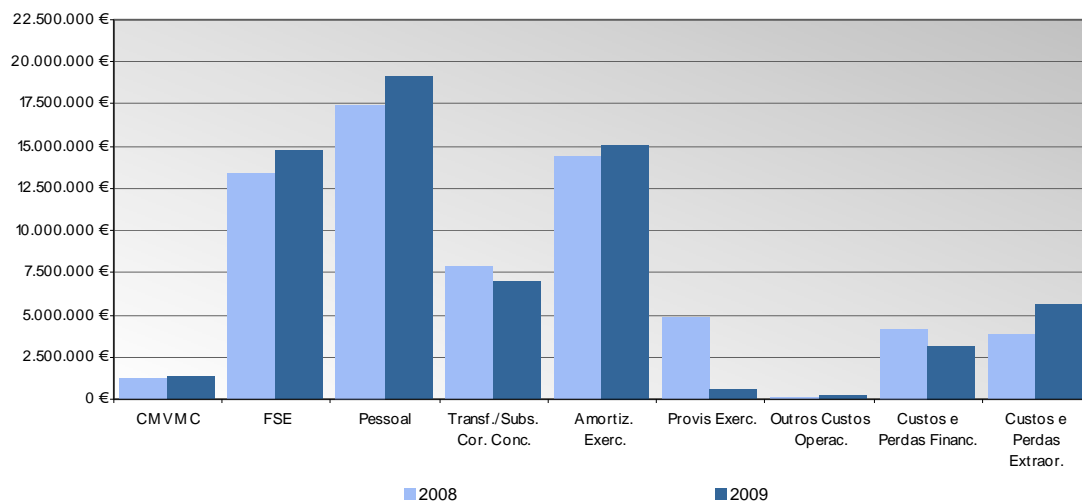
O ciclo de resultados financeiros foi menos negativo em 2009 em 1.102.567 €, cujo contributo mais significativo adveio da diminuição dos juros suportados, incluindo juros de empréstimos bancários e juros de mora.

Orientação contrária apresenta o ciclo de resultados extraordinários, que em 2009 se coloca em terreno negativo, consequência de um acréscimo de custos de 1.789.008 €, especialmente justificado pela contabilização do subsídio de exploração à empresa municipal Maiambiente, no montante de 2.170.000 €, não contrabalançado por parte dos proveitos, já que estes diminuíram 4.676.140 € em relação a 2008.

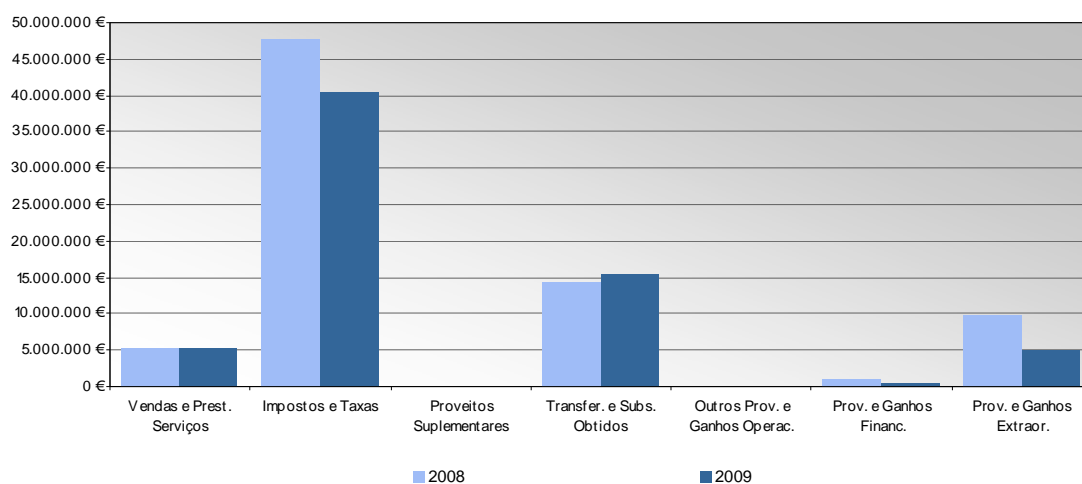
O detalhe da apreciação dos resultados financeiros e dos resultados extraordinários consta nas Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados, em pontos próprios.

Finaliza-se com a inserção de gráficos que permitem aferir de uma forma mais imediata as variações ocorridas entre 2008 e 2009, dos custos e proveitos do exercício.

Custos do Exercício - Variação 2008/2009



Proveitos do Exercício - Variação 2008/2009



The background features a large, abstract graphic composed of several overlapping grey shapes. A prominent white curved line sweeps across the middle. The year '2009' is printed in large white digits on a dark grey rectangular base. The right side of the page is a solid blue vertical band.

2009

**PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS
RESULTADOS LÍQUIDOS**

maia
CÂMARA MUNICIPAL

De conformidade com o preceituado no ponto 2.7.3 do POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 24 de Fevereiro, a aplicação do resultado líquido do exercício é aprovada pelo órgão deliberativo mediante proposta fundamentada do órgão executivo, podendo o seu valor, quando positivo, ser repartido para reforço do património e para constituição ou reforço de reservas.

Em tal conformidade, o Executivo Municipal propõe que o resultado líquido de 2009, no montante de 437.270,44 €, tenha a seguinte aplicação:

- Reforço da conta 51 – Património, no equivalente a 95% do resultado líquido – 415.406,92 €
- Reforço das Reservas Legais, pelos restantes 5% – 21.863,52 €



2009

INDICADORES DE GESTÃO

maia
CÂMARA MUNICIPAL

INDICADORES PARA ANÁLISE DA CONTABILIDADE ORÇAMENTAL

Apresentam-se de seguida alguns indicadores:

GRAU DE COBERTURA GLOBAL DAS RECEITAS E DAS DESPESAS						
	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Receita Total / Despesa Total	117,86%	82,32%	100,07%	99,85%	104,12%	96,20%
Receita Corrente / Despesa Corrente	123,69%	140,65%	139,19%	155,10%	139,94%	125,26%
Receita de Capital / Despesa de Capital	109,26%	25,53%	41,54%	48,99%	46,09%	51,08%
Passivos Financeiros (Receita) / Despesa Total	0,07%	0,00%	1,84%	10,60%	2,65%	15,39%
Receitas Próprias / Despesa Total	93,23%	61,35%	72,80%	71,75%	80,19%	59,95%
Fundos Municipais / Despesa Total	17,40%	15,32%	18,46%	13,50%	16,20%	15,75%
Receita Cobrada Localmente / Despesa Total	47,71%	18,21%	17,64%	26,06%	31,12%	15,71%
(Receita Total-Passivo Financeiro) / (Despesa Total-Amortizações)	125,06%	86,86%	111,63%	108,06%	113,18%	87,94%

ESTRUTURA DA RECEITA						
	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Receitas Próprias / Receita Total	79,10%	74,52%	72,74%	71,86%	77,02%	62,32%
Receitas Correntes / Receita Total	62,14%	84,28%	82,98%	74,41%	83,10%	79,17%
Receita Cobrada Localmente / Receita Total	40,48%	22,12%	17,63%	26,10%	29,89%	16,33%
Impostos Directos / Receita Total	38,62%	52,40%	55,11%	45,76%	47,14%	45,98%
Fundos Municipais / Receita Total	14,76%	18,61%	18,45%	13,52%	15,56%	16,37%
Passivos Financeiros / receita Total	0,06%	0,00%	1,84%	10,62%	2,54%	16,00%
Venda de bens e serviços correntes e de investimento / Receita Total	31,27%	9,09%	8,97%	13,91%	13,71%	3,85%
(Impostos+Txas,Multas e Outras Penalidades) / Receita Corrente	75,15%	74,32%	74,71%	73,53%	71,14%	68,34%
Transferências Correntes/Receitas Correntes	16,05%	15,58%	16,38%	17,77%	19,04%	21,82%
Receitas Correntes Executadas / Receitas Correntes Orçadas	87,75%	91,57%	99,91%	100,38%	109,81%	102,41%
Receita Total Corrente ano n / Receita Total Corrente ano n-1		109,76%	99,31%	123,58%	101,88%	95,04%
(Impostos+Txas, Multas e Outras Penalidades ano n) / (Impostos+Txas, Multas e Outras Penalidades ano n-1)		108,55%	99,82%	121,63%	98,56%	91,31%

ESTRUTURA DA DESPESA						
	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Despesa de Capital / Despesa Total	40,78%	50,67%	40,34%	52,09%	38,17%	39,20%
Investimentos / Despesa Total	25,52%	37,51%	15,37%	21,71%	14,42%	15,23%
Aquisição de bens de capital (PPI) / Despesa Total	31,94%	42,55%	25,25%	31,68%	24,13%	26,72%
Transferências de Capital (Despesa) / Despesa Total	2,85%	2,89%	2,83%	2,08%	3,54%	4,26%
Pessoal / Despesa Total	23,37%	20,74%	24,20%	18,67%	23,52%	23,14%
Pessoal: Remunerações Certas e Permanentes / Despesa Total	18,90%	16,05%	19,34%	14,59%	18,11%	18,16%
Aquisição de bens e serviços correntes / Despesa Total	22,97%	16,11%	19,43%	15,78%	19,53%	21,44%
Serviço da Dívida / Despesa Total	9,22%	8,04%	15,99%	21,02%	13,99%	10,86%
Amortizações de Empréstimos / Despesa Total	5,82%	5,23%	12,00%	17,41%	10,34%	8,11%
Transferências Correntes (Despesa) / Despesas Correntes	13,05%	11,79%	11,80%	9,18%	8,06%	7,79%
Pessoal / Despesas Correntes	39,46%	42,05%	40,56%	38,98%	38,04%	38,06%
Despesas Correntes Executadas / Despesas Correntes Orçadas	79,61%	81,31%	79,24%	82,59%	80,24%	85,05%
Despesa Corrente ano n / Despesa Corrente ano n-1		96,52%	100,35%	110,91%	112,92%	106,18%
Investimento ano n (PPI) / Investimento ano n-1 (PPI)		154,34%	49,24%	173,29%	66,64%	119,57%

RELAÇÃO DOS FUNDOS MUNICIPAIS CORRENTES COM AS PRINCIPAIS COMPONENTES DA DESPESA CORRENTE						
	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Pessoal / Fundos Municipais Correntes	223,84%	225,71%	218,46%	165,86%	173,56%	172,95%
Aquisição de Bens e Serviços Correntes / Fundos Municipais Correntes	220,04%	175,30%	175,40%	140,13%	144,15%	160,24%

RELAÇÃO DAS RECEITAS COBRADAS LOCALMENTE COM AS PRINCIPAIS COMPONENTES DA DESPESA CORRENTE						
	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Pessoal / Receita Cobrada Localmente	48,98%	113,90%	137,14%	71,67%	75,59%	147,28%
Aquisição de Bens e Serviços Correntes / Receita Cobrada Localmente	48,15%	88,46%	110,11%	60,56%	62,77%	136,46%

GRAU DE FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO						
	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Fundos Municipais de Capital / Investimento (PPI)	21,79%	14,40%	29,25%	7,06%	10,97%	8,87%
Venda de bens de Investimento / Investimento (PPI)	98,09%	5,90%	9,73%	32,85%	42,06%	0,38%
Passivos Financeiros (Receita) / Investimento (PPI)	0,23%	0,00%	7,29%	33,46%	10,98%	57,59%

GRAU DE COBERTURA DA DESPESA						
	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Receita Corrente / Despesa de Funcionamento	154,68%	182,61%	185,83%	207,13%	185,91%	163,99%
Receita de Capital / Despesa de Investimento	127,43%	28,46%	59,12%	73,59%	63,22%	64,41%

SERVIÇO DE DÍVIDA MLP						
	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Juros / Receita Total Cobrada	2,89%	3,42%	4,01%	4,03%	3,64%	2,93%
Juros / Despesa Total Paga	3,41%	2,82%	4,01%	4,03%	3,80%	2,81%
Serviço Dívida / Receita Total Cobrada	7,83%	9,77%	14,35%	11,87%	11,50%	11,63%
Serviço Dívida / Despesa Total Paga	9,22%	8,04%	14,37%	11,86%	11,99%	11,18%

INDICADORES PARA ANÁLISE DA CONTABILIDADE PATRIMONIAL

RÁCIOS DE GESTÃO OU DE ACTIVIDADE					
		2006	2007	2008	2009
PMR-Prazo Médio de Recebimentos (Clientes, contribuintes e outros devedores)/Proveitosx365		59,19	40,19	86,33	97,49
PMP - Prazo Médio de Pagamentos baseado na metodologia prevista pelo Despacho 9870/2009 do Ministério da Finanças.	$PMP = \frac{\frac{\sum_{i=3}^t DF}{4}}{\sum_{i=3}^t A} \times 365$	239,02	112,41	138,6	124,58
Obs: Anota-se que os valores apurados para o PMP no período 2006-2008 ao terem sido recalculados ao abrigo desta nova metodologia não são comparáveis com os existentes nos respectivos relatórios de gestão.					



2009

ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

maia
CÂMARA MUNICIPAL

INTRODUÇÃO

Estabelece o POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, e Resolução n.º 4/2001, do Tribunal de Contas, como peça integrante dos documentos de prestação de contas os *Anexos às Demonstrações Financeiras*.

As notas que se seguem encontram-se organizadas em conformidade com a numeração definida no ponto 8 do POCAL, para apresentação das contas, e visam facultar a informação necessária ao conhecimento da actividade autárquica, permitindo uma adequada compreensão das situações expressas nas demonstrações financeiras ou de outras situações que, não tendo reflexo nessas demonstrações, são úteis para uma melhor avaliação do seu conteúdo.

As notas que se encontrem omissas não são aplicáveis, ou a sua apresentação não é relevante para a análise das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras foram elaboradas em harmonia com os princípios contabilísticos previstos no ponto 3.2 do POCAL. Concentrado no princípio da continuidade estabeleceu-se uma correlação entre o Balanço Final de 2008 e o Balanço Final de 2009.

8.1 – CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

8.1.1. IDENTIFICAÇÃO

Município da Maia

Praça do Doutor José Vieira de Carvalho

4474 - 006 MAIA

Número de identificação fiscal: 505 387 131

Regime financeiro: Autonomia administrativa e financeira

O concelho da Maia é composto por 17 freguesias e tem uma área de 83,7Km²

N.º de eleitores: 105 507, conforme informação da DGAI (Direcção Geral de Administração Interna – Administração Eleitoral), publicada no Diário da República n.º 43, II Série, de 3 de Março de 2010.

8.1.2. LEGISLAÇÃO

As demonstrações financeiras apresentadas foram elaboradas em harmonia com os critérios e princípios contabilísticos geralmente aceites e preconizados no POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A / 99, de 22 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 162/99, de 14 de Setembro, 60-A/2005, de 30 de Dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de Dezembro.

8.1.3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL EFECTIVA

Foram aprovados pelo Executivo Municipal na reunião que teve lugar no dia 27 de Novembro de 2006, e homologados pela Assembleia Municipal da Maia na 2.ª reunião da 5.ª sessão ordinária realizada no dia 17 de Janeiro de 2007, o Regulamento da Macro Estrutura Organizacional desta Câmara Municipal e o consequente organograma, cuja publicação ocorreu em 15 de Maio de 2007, Diário da República n.º 93, II Série (Ver organograma anexo).

Após a publicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, que estabelece o regime de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas, os mapas de pessoal são aprovados, mantidos ou alterados pela entidade competente para a aprovação da proposta de orçamento.

O mapa de pessoal para 2009 foi aprovado na reunião do Executivo Municipal realizada no dia 9 de Dezembro de 2008, e em sessão da Assembleia Municipal de 17 do mesmo mês, tendo sido alterado no decurso do ano, conforme deliberação aprovada na reunião de câmara de 28 de Maio de 2009, devidamente homologada pelo órgão deliberativo na 3.ª sessão ordinária de 17 de Junho do mesmo ano.

8.1.4. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ACTIVIDADES

A Câmara Municipal da Maia é uma autarquia local cujas actividades são direccionadas à concretização das atribuições que lhe estão legalmente conferidas pela Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, através do exercício das competências descritas na Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as respectivas alterações.

8.1.5. RECURSOS HUMANOS

A realização da eleição dos órgãos das autarquias locais, em 11 de Outubro de 2009, originou a alteração da composição do Órgão Executivo no ano em análise.

Assim, entre 1 de Janeiro e 30 de Outubro de 2009, o Órgão Executivo foi constituído pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Engenheiro António Gonçalves Bragança Fernandes e pelos seguintes Vereadores, em número de oito:

- ✓ Eng.º António Domingos da Silva Tiago
- ✓ Miguel Ângelo Santos Esteves Rodrigues
- ✓ Dr. Mário Nuno Alves de Sousa Neves
- ✓ Eng.ª Sandra Raquel de Vasconcelos Lameiras
- ✓ Dr. Paulo Fernando Sousa Ramalho
- ✓ Dr. Manuel Marques Nogueira dos Santos
- ✓ Rogério Duarte da Rocha
- ✓ Hernâni Avelino da Costa Ribeiro

Anota-se que, na sequência do pedido de renúncia de mandato da Exma. Senhora Vereadora, Eng.ª Sandra Raquel de Vasconcelos Lameiras, aprovado na reunião de Câmara em 16 de Abril de 2009, foi deliberada a sua substituição pela Exma. Sr.ª Vereadora, Dr.ª Maria Inês Loureiro Rodrigues.

Neste primeiro período estiveram em regime de permanência os Senhores Vereadores:

- ✓ Eng.º António Domingos da Silva Tiago
- ✓ Dr. Mário Nuno Alves de Sousa Neves
- ✓ Hernâni Avelino da Costa Ribeiro

E m regime de meio tempo os Senhores Vereadores:

- ✓ Dr. Paulo Fernando Sousa Ramalho
- ✓ Dr. Manuel Marques Nogueira dos Santos

Após a instalação da Câmara Municipal, em 31 de Outubro de 2009, e pelo facto de o Município ter atingido um número de eleitores superior a 100 000, de acordo com o disposto na alínea c) do nº. 2 do art. 57º. do Decreto-Lei nº. 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o Executivo passou a integrar mais dois vereadores.

O Órgão Executivo a partir daquela data é constituído pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Engenheiro António Gonçalves Bragança Fernandes, e por dez Vereadores, a saber:

- ✓ Eng.º António Domingos da Silva Tiago
- ✓ Dr. Mário José Gomes Gouveia
- ✓ Dr.ª Ana Miguel Ferreira da Silva Vieira de Carvalho
- ✓ Dr. Mário Nuno Alves de Sousa Neves
- ✓ Senhor José Manuel Santos Correia
- ✓ Dr. Paulo Fernando Sousa Ramalho
- ✓ Dr.ª Marta Moreira de Sá Peneda
- ✓ Dr.ª Maria Inês Loureiro Rodrigues
- ✓ Dr. Manuel Marques Nogueira dos Santos
- ✓ Senhor Hernâni Avelino da Costa Ribeiro

Em regime de permanência estiveram os Senhores Vereadores:

- ✓ Eng.º António Domingos da Silva Tiago
- ✓ Dr.ª Ana Miguel Ferreira da Silva Vieira de Carvalho
- ✓ Dr. Mário Nuno Alves de Sousa Neves
- ✓ Dr.ª Marta Moreira de Sá Peneda
- ✓ Hernâni Avelino da Costa Ribeiro

Em regime de meio tempo estiveram os Senhores Vereadores:

- ✓ Dr. Paulo Fernando Sousa Ramalho
- ✓ Dr. Manuel Marques Nogueira dos Santos

8.1.6. ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA

Todas as operações e registos contabilísticos são efectuados num único sistema de contabilidade que integra a Contabilidade Orçamental, a Contabilidade Patrimonial e a Contabilidade de Custos ou Analítica, não estando esta última, ainda, adequadamente implementada, em estrita obediência às determinações do POCAL.

Os serviços de contabilidade são únicos e organizados de forma centralizada, no Departamento de Finanças e de Património. As actividades do Departamento são asseguradas por três divisões:

- ✓ Divisão de Contabilidade e Controlo Orçamental
- ✓ Divisão de Planeamento e Gestão Financeira
- ✓ Divisão de Contratação Pública, Aprovisionamento e do Património

O sistema informático que a autarquia utiliza, usualmente designado por SIGMA, é um sistema de informação centralizada assente numa base de dados relacional, constituído por 18 aplicações – recentemente integrada a aplicação do Sistema de Avaliação do Desempenho -, desenvolvido pela empresa Medidata Net – Sistemas de Informação para Autarquias, S.A., com excepção do Software existente nas instalações desportivas e recreativas.

As diversas aplicações estão integradas entre si, contribuindo, de forma assinalável para garantir a fiabilidade da informação financeira produzida.

Em detrimento de um mais eficiente controlo da informação financeira produzida, refere-se que ainda não se encontram em funcionamento as aplicações de “Obras Municipais” e “Programa de Concursos de Empreitadas”.

A aplicação informática de “Máquinas”, que até 2008 estava a ser utilizada unicamente pelo Departamento do Ambiente e Planeamento Territorial, passou, em 2009, a ser parcialmente utilizada pelo Departamento de Trânsito e Transportes.

A gestão informática das Instalações Desportivas e Recreativas da Autarquia é garantida pelo Software C-GESP XXI, Gestão de Equipamentos Desportivos, da empresa CEDIS, Consultores em Sistemas de Informação e Informática, Lda. De sublinhar que em 2009, com excepção do Complexo Municipal de Ténis, foi efectuada em pleno a integração da referida aplicação com o POCAL.

8.1.7. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

- Acções Inspectivas levadas a efeito por órgãos de controlo interno (IGF e IGAT), com incidência na gerência e nos 3 anos anteriores:

Data da acção: 15-05-2006	Período abrangido: 2003 a 2005 e 1.º Sem. 2006	Entidade: IGAT	N.º Processo: 206/34/4/A3/465
Data da acção: 15-11-2009	Período abrangido: 2005 a 2009	Entidade: IGF	N.º Processo: 2009/25/A3/1009

- Documentos de Gestão:

Grandes Opções do Plano e Orçamento aprovados em 2008 pelos órgãos executivo e deliberativo, em 09 de Dezembro e 17 de Dezembro, respectivamente.



2009

**NOTAS AO BALANÇO E À
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS**

maia
CÂMARA MUNICIPAL

8.2 – NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

NOTA 8.2.1 – DERROGAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DO POCAL

Com excepção dos procedimentos estabelecidos quanto à aplicação de uma contabilidade de custos, cuja estrutura implementada no Município da Maia, embora em prática, carece de aperfeiçoamento substancial, não foi derrogada qualquer disposição constante do POCAL, pelo que a informação contida no balanço e na demonstração de resultados reflecte a imagem verdadeira e apropriada do activo, passivo e dos resultados da Autarquia.

NOTA 8.2.2 – VALORES COMPARATIVOS

A fim de se corrigir situações reportadas a exercícios económicos anteriores, efectuaram-se em 2009 os ajustamentos que a propósito se mostraram necessários, designadamente nas rubricas de imobilizado corpóreo, amortizações acumuladas e amortizações do exercício, afectando-se desta forma a comparabilidade com o exercício anterior.

Também quanto às dívidas de terceiros se mostra afectada a comparabilidade com o exercício anterior, face à alteração da forma de contabilização de valores no âmbito de projectos financiados, cujo crédito, outrora totalmente reconhecido aquando da comunicação formal da aprovação das respectivas candidaturas, passou a sê-lo com referência aos pedidos de pagamento efectuados, de conformidade com as instruções emanadas do STAPOCAL – Subgrupo de Apoio Técnico na Aplicação do POCAL.

NOTA 8.2.3 – CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

Imobilizado

O imobilizado encontra-se valorizado ao custo de aquisição, sendo que para os activos desta natureza obtidos a título gratuito foi considerado o valor resultante de avaliação ou o valor patrimonial definido nos termos legais ou, no caso de não existir disposição aplicável, o valor resultante da avaliação seguindo critérios técnicos que se adequam à natureza dos bens. Na impossibilidade de valorização dos bens, estes assumem o valor zero.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, tendo sido aplicadas as taxas previstas no CIBE (Classificador Geral Integrado no Cadastro e Inventário dos Bens do Estado), aprovado pela Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril.

Os bens de reduzido valor que foram contabilizados como imobilizado em 2009 foram totalmente amortizados no ano de aquisição, atento o critério da materialidade.

Existências

A valorização das existências é efectuada através do custo de aquisição, de acordo com os registos contabilísticos e respectiva documentação que os suporta. O custo médio ponderado é o método de custeio utilizado para as saídas de armazém.

Dívidas de e a Terceiros

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam, não existindo dívidas em moeda estrangeira.

As dívidas de cobrança duvidosa correspondem a valores sobre os quais existe incerteza de cobrança efectiva e são provisionadas tendo em conta a probabilidade de perda que lhe está associada.

Disponibilidades

Os depósitos em instituições de crédito e as disponibilidades em caixa são expressas pelos saldos de todas as contas de depósitos e pelos montantes dos meios de pagamento, respectivamente, não existindo disponibilidades em moeda estrangeira.

NOTA 8.2.6 – COMENTÁRIO ÀS CONTAS 43.1 «DESPESAS DE INSTALAÇÃO» E 43.2 «DESPESAS DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO»

A conta 43.1 – *Despesas de Instalação*, abarca os registos inerentes à elaboração de planos pormenor, e planos urbanísticos para diversas áreas do Concelho. Na conta 43.2 - *Despesas de Investigação e Desenvolvimento* não se registou em 2009 qualquer movimento.

NOTA 8.2.7 – MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS RUBRICAS DO ACTIVO IMOBILIZADO E NAS RESPECTIVAS AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES

Por limitações impostas pelo software informático da aplicação do património, o tratamento de determinados factos patrimoniais (regularizações diversas, desafectações e outros) passa forçosamente pelo abate do bem, seguido de um novo registo. Assim ficam ali anualmente espelhados aumentos e reduções que na verdade não correspondem à ocorrência de factos dessa natureza.

NOTA 8.2.8 – DESAGREGAÇÃO DE CADA UMA DAS RUBRICAS DOS MAPAS ANTECEDENTES

Cada uma das rubricas dos mapas antes citados encontra-se desagregada de modo a evidenciar a informação legalmente exigível (páginas 16 a 276 dos Anexos Documentais - Volume I).

NOTA 8.2.11 – QUADRO DISCRIMINATIVO DAS REAVALIAÇÕES

À data de 31/12/2009 não se encontram registados bens objecto de reavaliação.

NOTA 8.2.14 – RELAÇÃO DOS BENS DO IMOBILIZADO QUE NÃO FOI POSSÍVEL VALORIZAR, COM INDICAÇÃO DAS RAZÕES DESSA IMPOSSIBILIDADE

A relação de bens do imobilizado que não foi possível valorizar respeita essencialmente a bens que se encontram já nessa situação desde a implementação do POCAL, dada a inexistência de informação que possibilitasse a sua adequada valoração, conforme listagem integrada nos anexos às demonstrações financeiras (páginas 277 a 288 dos Anexos Documentais – Volume I).

NOTA 8.2.15 – IDENTIFICAÇÃO DOS BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO QUE NÃO SÃO OBJECTO DE AMORTIZAÇÃO E INDICAÇÃO DAS RESPECTIVAS RAZÕES

De acordo com as disposições legais constantes do CIBE, não são susceptíveis de amortização os terrenos, bem como alguns dos bens afectos ao domínio público. A relação discriminada destes bens consta em anexo (páginas 289 a 320 dos Anexos Documentais - Volume I).

NOTA 8.2.16 – IDENTIFICAÇÃO DAS ENTIDADES PARTICIPADAS

Entidades participadas		Parcela detida (1)		Resultados do último exercício		
Designação	Sede	Valor	%	Capitais Próprios	Resultado Líquido	Exerc.
Entidades Societárias						
Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia, E.M.	Edifício dos Paços do Concelho - Torre Lidador, 14.º Praça do Dr. José Vieira de Carvalho 4470-202 Maia	124.699,47	100%	211.260	43.424	2009
Academia das Artes da Maia - Produções Culturais, E.M.	Ed. Forum da Maia - Rua Engenheiro Duarte Pacheco 4470-174 Maia	49.879,78	100%	67.003	-106.908	2009
Maiambiente, Empresa Municipal do Ambiente, E.M.	Rua 5 de Outubro, 359 4470-272 Maia	1.496.393,69	100%	1.892.044	395.711	2009
Espaço Municipal - Renovação Urbana Gestão de Património, E.M.	Av. D. Manuel II, Edif. Central Plaza, 2070 - 6.º, Sala 1, 4470-200 Maia	13.336.638,50	100%	13.156.791	141.025	2009
Tum - Transportes Urbanos da Maia, E.M. (2)	Edifício dos Paços do Concelho - Praça do Dr. José Vieira de Carvalho, 4470-202 Maia	124.699,47	100%	15.254	5.519	2009
Águas do Cávado, S.A.	Lugar de Gáido - Barcelos 4755-045 Areias de Vilar	1.150.000,00	7,7%	17.725.498	2.250.577	2009
Águas do Douro e Paiva, S.A.	Rua de Vilar, 235 - 5.º 4050-626 Porto	566.805,00	2,92%	22.948.129	2.484.478	2009
Macmaí - Matadouro Agrícola e Comercial da Maia, Ld.ª (2)	Rua 5 de Outubro 4470-302 Milheirós	149.639,36	100%	-181.807	-8.714	2009
Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, S.A.	Taguspark - Edifício Ciência II, n.º 11, 3.º B - 2740-120 Porto Salvo	150.199,00	4,64%	3.046.171	-419.737	2009
Net - Novas Empresas e Tecnologias, S.A	Rua de Salazares, 842 4100-442 Porto	2.500,00	0,50%	391.378	-8.439	2009
Tecmaia - Parque Ciência e Tecnologia da Maia, S.A.	Rua Eng.º Frederico Ulrich, 2650 4470-605 Moreira da Maia	2.799.390,00	51%	2.578.385	-158.050	2009
Portgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A.	Rua Linhas de Torres, 41 4350-214 Porto	18.981,96	0,24%	72.453.276	10.507.818	2009
Primus - Promoção e Desenvolvimento Regional, S.A.	Avenida dos Aliados, n.º 236 - 4º Esq. 4000-065 Porto	499,00	0,06%	315.035	-38.808	2009
Renovarum - Renovação Urbana da Maia, Ld.ª	Av. D. Manuel II - Edif. Central Plaza, 2070 - 6.º, Sala 1, 4470-200 Maia	162.450,17	100%	227.914	79.356	2009
Metro do Porto, S.A.	Av. Fernão Magalhães, 1862 - 7.º 4350-158 PORTO	5,00	0,0001%	-154.578.767	-138.410.599	2009
Parque Maior - Reabilitação Urbana da Maia, S.A.	Av.D.Manuel II., n.º 2070 - 6.º Piso Sala 1 4470 - 200 Maia	1.250.000,00	25%	4.484.807	-167.234	2009
Hospital do Lidador S.A. (2)	Sede Santa Casa Misericórdia Maia, Avenida Visconde Barreiros s/n	5.000,00	10%	50.000	-	2009

Un.: Euros

(1) Valor de Aquisição da Parcela detida

(2) Relativamente a estas entidades foi informado que as contas de 2009 não se encontravam ainda aprovadas à data da elaboração do presente documento, sendo que os valores indicados têm carácter provisório.

NOTA 8.2.18 – DISCRIMINAÇÃO DA CONTA «OUTRAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS»

OUTRAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS			
Natureza	2009		
	Unidades de Participação	Valor Nominal	Valor de Balanço
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado (Maia Golf)	5.500	1000	5.500.000
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado (Maia Imo)	6.000	1000	6.000.000
			11.500.000

Un.: Euros

À data de 31 de Dezembro de 2009, a valorização dos capitais dos fundos “Maia Golf” e “Maia Imo” era de, respectivamente, 5.134.690 € e 5.950.215 €, diferindo globalmente em 415.095 € do montante registado em balanço. Note-se que o fundo “Maia Golf” apresenta em relação ao ano anterior uma valorização do capital em 112.361 €.

Inserir-se de seguida um mapa resumo ilustrativo da identificação da situação patrimonial dos mencionados fundos especiais de investimento imobiliário.

IDENTIFICAÇÃO DA SITUAÇÃO PATRIMONIAL DOS FUNDOS DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO							
Designação	2008			2009			
	Activo Líquido	Passivo Líquido	Resultado Líquido	Activo Líquido	Passivo	Capital do Fundo	Resultado Líquido
Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado Maia Golf	12.756.195	7.733.866	-477.327	13.612.485	8.477.795	5.134.690	112.361
Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado Maia Imo	11.999.733	6.001.259	-1.526	12.052.705	6.102.491	5.950.215	-48.259

Un.: Euros

É entendimento do Município, de acordo com Nota informativa Externa Independente emitida pela empresa Telles de Abreu e Associados, Sociedade de Advogados, RL, que os fundos especiais de investimento imobiliário fechado não integram o sector empresarial local. Dessa interpretação resulta que os passivos assinalados não estão reflectidos no endividamento.

NOTA 8.2.22 – VALOR GLOBAL DAS DÍVIDAS DE COBRANÇA DUVIDOSA INCLUÍDAS EM CADA UMA DAS RUBRICAS DE DÍVIDAS DE TERCEIROS CONSTANTES DO BALANÇO

O total das dívidas de cobrança duvidosa encontra-se registado nas contas 21.8 – *Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa* e 26.8.7.8 – *Devedores diversos de cobrança duvidosa*, e ascende em 2009 ao valor bruto de 10.672.284 €.

NOTA 8.2.26 – DESCRIÇÃO DESAGREGADA DAS RESPONSABILIDADES, POR GARANTIAS E CAUÇÕES PRESTADAS E RECIBOS PARA COBRANÇA DE ACORDO COM O MAPA RESPECTIVO.

A informação aqui invocada consta em anexo inserido no volume II (página 83 dos Anexos Documentais – Volume II).

NOTA 8.2.27 – DESDOBRAMENTO DAS CONTAS DE PROVISÕES ACUMULADAS

PROVISÕES				
2009				
	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
19 Provisões para aplicações de tesouraria	0	0	0	0
291 Provisões para cobranças duvidosas	9.285.308	608.534	463.257	9.430.585
292 Provisões para riscos e encargos	500.000	0	0	500.000
39 Provisões para depreciação de existências	0	0	0	0
49 Provisões para investimentos financeiros	477.666	48.693	111.265	415.095
Total de Provisões	10.262.974	657.227	574.522	10.345.680

Un: Euros

O valor das provisões no final do exercício excedeu ligeiramente o do ano antecedente, distribuindo-se de igual modo entre cobranças duvidosas, riscos e encargos e investimentos financeiros.

Durante o ano 2009, apenas as provisões para cobranças duvidosas e para investimentos financeiros foram alvo de movimentação, as primeiras das quais, produto dos movimentos de redução e reforço efectuados no período, foram incrementadas em 145.277 €. Os montantes mais significativos aqui inseridos, já contabilizados no ano anterior, respeitam à conta de Clientes, Contribuintes e Utentes de Cobrança Duvidosa, e, dentro desta, às provisões constituídas:

- ✓ no âmbito do diferendo com a Lipor, tendo em vista o recebimento das taxas provenientes do licenciamento da Estação de Tratamento de Resíduos Sólidos e do Aterro Sanitário, cujo assunto se encontra em curso em sede de Tribunal Arbitral – 2.835.286 €
- ✓ na sequência da cobrança adicional de valores a título de taxas urbanísticas e compensação pela não cedência de áreas, em cumprimento do que foi determinado pela IGF – Inspeção-Geral de Finanças em acção inspectiva – 1.360.720 €

Face às oscilações do valor de mercado das unidades de participação dos fundos de investimento imobiliário “Maia Golfe” e “Maia Imo”, efectuou-se em Junho de 2009 um reforço da provisão para investimentos financeiros, havendo no entanto lugar à redução da mesma a 31 de Dezembro, em resultado da recuperação de valor pelo primeiro dos mencionados fundos.

Mantêm-se os mesmos processos litigiosos em curso enunciados nos documentos de prestação de contas do ano 2008, cuja explicitação se insere nos mesmos moldes:

✓ **Compromisso Arbitral: LIPOR - Município da Maia**

O objecto do litígio consiste nas divergências suscitadas entre as partes relativamente à obrigatoriedade de a LIPOR proceder ao licenciamento da Estação de Tratamento de Resíduos Sólidos (LIPOR II) e do Aterro Sanitário de apoio àquela Estação, havendo lugar ao pagamento das respectivas taxas municipais de construção, que em 2002 ascendiam a um valor total de 2.957.998 €. É entendimento da LIPOR que aquelas obras, por terem natureza de obra pública, não estão subordinadas ao regime jurídico do licenciamento de obras particulares e, por conseguinte, não estão sujeitas ao pagamento de taxas municipais. Tal posição não colhe a anuência do Município.

É também objecto do litígio ser, ou não, legítima a posição do Município ao recusar o pagamento a LIPOR de participações para investimento, no montante de 3.171.289 €, com a invocação de que lhe são devidas aquelas taxas.

Quer o direito quer a obrigação encontram-se devidamente contabilizados pelo Município, apenas na óptica patrimonial.

Para a resolução do litígio foi constituído um Tribunal Arbitral, cujos trabalhos se encontram em curso, não tendo sido ainda proferida qualquer decisão final. Todavia, é expectativa do Município que a decisão a proferir determine o reconhecimento da obrigatoriedade do licenciamento municipal para as obras efectuadas pela LIPOR, com o consequente pagamento das taxas devidas, actualizadas à data em que for solicitado o competente alvará de construção.

✓ **Processo de execução fiscal: Direcção-Geral dos Impostos – Município da Maia**

Na sequência do contrato de cessão de créditos pela antecipação de rendas dos empreendimentos de habitação social, celebrado em 2004 pela Espaço Municipal, foi o Município notificado em Setembro de 2006 pelos Serviços de Inspecção Tributária – Direcção de Finanças do Porto, do Projecto de Relatório de Inspecção Tributária, no qual se encontra descrita e quantificada uma correcção devida no ano de 2004, e que resultam em imposto a entregar ao Estado, no valor global de 3.800.000 €. Resulta a referida correcção da não liquidação de imposto, no valor de 3.800.000 €, inerente à transferência efectuada pela espaço Municipal a favor do Município, de 20.000.000 €.

Fundamenta a administração fiscal que, tratando-se de uma alienação de direitos, o Município da Maia deveria ter liquidado I.V.A. aquando da emissão do documento de débito subjacente à transferência de 20.000.000 €. Refira-se que, por ocasião da realização do processo de antecipação de rendas, resultou do enquadramento fiscal da respectiva operação financeira, em sede de I.V.A., a sua não sujeição.

A importância reclamada pela administração tem vindo a ser incrementada com os respectivos juros compensatórios e de mora, tendo sido identificada na última notificação uma dívida em cobrança coerciva de 4.191.423.71 €.

Para acompanhamento e resolução do correspondente processo, o Município da Maia recorreu a apoio jurídico externo, através da Sociedade de Advogados Nuno Cerejeira Namora, Pedro Marinho Falcão e Associados, sendo seu entendimento que estão reunidas as condições jurídicas e factuais para que a Autarquia venha a obter ganho de causa, circunstância esta que justifica a não constituição de provisão.

NOTA 8.2.28 – EXPLICITAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO DOS MOVIMENTOS OCORRIDOS NO EXERCÍCIO DE CADA UMA DAS CONTAS DA CLASSE 5 – FUNDO PATRIMONIAL

FUNDO PATRIMONIAL				
2009				
	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
51 Património	299.657.844	14.212.298	1.018.887	312.851.255
51.1 Património Inicial	246.847.952	3.907.035	1.018.887	249.736.100
51.1.1 Saldo Abertura POCAL	189.891.029	0	0	189.891.029
51.1.2 Correções ao Balanço Inicial	56.956.923	3.907.035	1.018.887	59.845.071
51.2 Património Adquirido	52.809.892	10.305.264	0	63.115.156
55 Ajustamentos de partes de capital em empresas	-14.964	0	0	-14.964
56 Reservas de Reavaliação	0	0	0	0
57 Reservas	14.255.582	2.140.325	291.135	16.104.772
571 Reservas Legais	2.779.468	542.382	0	3.321.850
575 Subsídios	50.914	210.335	0	261.249
576 Doações	3.354.407	995.613	76.116	4.273.904
577 Reservas decorrentes da transferências activos	2.100.329	0	0	2.100.329
578 Cedências	2.811.923	391.995	215.019	2.988.899
579 Outras	3.158.540	0	0	3.158.540
59 Resultados Transitados	2.520.279	11.964.909	14.384.100	101.088
Totais	316.418.741	28.317.532	15.694.121	329.042.151

Un:Euros

Tal como tem sucedido em períodos anteriores, e apesar das diligências em cada ano encetadas pelos serviços no sentido de se identificar toda e qualquer situação não devidamente relevada do ponto de vista contabilístico, também em 2009 foram identificados diversos factos com impacto no activo imobilizado do Município à data de elaboração do balanço inicial ou em exercícios anteriores, quer por omissão quer por referência não exacta da respectiva informação financeira, cujas circunstâncias originaram, como não poderia deixar de ser, a concretização das devidas correcções.

Em consequência, em 2009 foi adicionada ao fundo patrimonial a importância de 2.888.148 € com origem em correcções ao balanço inicial, destacando-se as regularizações inerentes a diversas empreitadas da Via Periférica da Maia, que por si só justificam mais de metade daquele valor. Por outro lado, foi reduzido o valor de 2.419.191 €, proveniente de correcções a exercícios anteriores com reflexo nos resultados transitados, cujo montante respeita principalmente a regularização de amortizações, salientando igualmente as referentes às empreitadas da Periférica da Maia.

A aplicação de 95% do resultado líquido do exercício de 2008, a que correspondeu o valor de 10.305.264 €, gerou o reforço do património naquele montante, com movimento na conta de património adquirido. Os restantes 5% foram contabilizados em reservas legais, explicando a totalidade do aumento registado no ano 2009 na respectiva conta.

Na rubrica de subsídios foram contabilizados os valores que respeitaram a subvenções destinadas a investimentos não amortizáveis.

Os movimentos efectuados nas contas de doações e de cedências respeitam a activos, terrenos na sua maioria, que passaram a integrar o património do Município na sequência da celebração de escrituras ou do licenciamento de alvarás de loteamento.

Em resultados transitados, para além dos movimentos rectificativos anteriormente mencionados, foi ainda contabilizado o resultado líquido do ano 2008.

NOTA 8.2.29 – DEMONSTRAÇÃO DO CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS		
Movimentos	2009	
	Mercadorias	Matérias-Primas, Subsidiárias e de Consumo
Existências Iniciais	71.732	857.589
Compras	27.581	1.193.469
Regularização de Existências	0	-1.712
Existências Finais	-71.573	-752.980
Custos no Exercício	27.740	1.296.366

Un:Euros

Os valores respeitantes às existências finais foram apurados através da realização de inventários físicos.

NOTA 8.2.31 – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS					
Custos e Perdas	Exercícios		Proveitos e Ganhos	Exercícios	
	2008	2009		2008	2009
681 Juros suportados	3.556.770	2.469.156	781 Juros obtidos	253.950	95.129
682 Perdas em entidades participadas	0	14.949	782 Ganhos em entidades participadas	0	0
683 Amortizações invest. em imóveis	0	0	783 Rendimentos de imóveis	10.278	10.514
684 Provisões p/ aplicações financ.	477.666	198.333	784 Rendimentos participações capital	135.304	114.053
685 Diferenças câmbio desfavor.	0	0	785 Diferenças de câmbio favoráveis	0	0
687 Perdas na alienação aplic. tesour.	0	0	786 Descontos pronto pagat. obtidos	56	1
688 Outros custos e perdas financ.	184.081	64.106	787 Ganhos na alienação aplic. tesour	0	0
Total de Custos Financeiros	4.218.517	2.746.544	788 Outros proveitos e ganhos financ.	531.366	341.852
Resultados Financeiros	-3.287.561	-2.184.995	Total de Proveitos Financeiros	930.955	561.549
Total	930.955	561.549			

Un:Euros

Os resultados financeiros do exercício económico de 2009, ainda que negativos, foram melhorados em 33,5% comparativamente ao ano antecedente, variação esta fortemente determinada pela descida dos custos assumidos com juros suportados, uma vez que o total dos proveitos financeiros registou decréscimo face ano anterior.

A diminuição verificada nos juros suportados é reflexo do abatimento do serviço da dívida de médio e longo prazo de empréstimos bancários, incluindo os bonificados, sendo também de assinalar a contribuição do decréscimo dos juros de mora, cujo valor de 479,16 € contabilizado em 2009 confronta com o de 267.385,33 € movimentado em 2008.

O valor das provisões para aplicações financeiras inclui o montante de 149.639,36 €, indexado ao investimento financeiro relativo à participação no capital social da Macmai em face do processo de insolvência entretanto encetado, e o de 48.693,40 €, referente ao reforço efectuado a 30 de Junho de 2009 da provisão já existente relativa aos fundos de investimento imobiliário “Maia Golfe” e “Maia Imo”, atento o seu valor de mercado àquela data.

Relativamente a proveitos e ganhos indicam-se os decréscimos mais acentuados, das rubricas de juros obtidos e de outros proveitos e ganhos financeiros, de (-) 158.821 € e de (-) 189.514 €, respectivamente, os primeiros relacionados com o rendimento de depósitos à ordem e a prazo, e os segundos com a contabilização das bonificações de juros referentes aos empréstimos bonificados PER – Plano Especial de Realojamento.

NOTA 8.2.32 – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS							
Custos e Perdas		Exercícios		Proveitos e Ganhos		Exercícios	
		2008	2009			2008	2009
691	Transferências capital concedidas	2.104.756	2.570.831	791	Restituição de impostos	0	0
692	Dívidas incobráveis	0	0	792	Recuperação de dívidas	0	0
693	Perdas em existências	0	0	793	Ganhos em existências	333	691
694	Perdas em imobilizações	553.348	133.788	794	Ganhos em imobilizações	7.481.320	1.976.791
695	Multas e penalidades	1.169	638	795	Benefícios de penalidades contr	337.228	167.913
696	Aumento de amortiza. Provisões	0	0	796	Reduções de amortiz.e provisões	0	574.521
697	Correções relativas exerc. anteriores	989.886	2.830.164	797	Correções relativas exerc. anteriores	244.233	356.202
698	Outos custos e perdas extraor.	168.590	71.338	798	Outros proveitos e ganhos extraor.	1.748.193	2.059.049
Total de Custos Extraordinários		3.817.750	5.606.758	Total de Proveitos Extraordinários		9.811.307	5.135.167
Resultados Extraordinários		5.993.558	-471.591				
Total		9.811.307	5.135.167				

Un:Euros

Os resultados extraordinários apresentam no final de 2009 o valor negativo de 582.855 €, traduzindo uma variação em relação a 2008 na ordem dos (-) 110%, consequência da conjugação de significativas oscilações quer do lado dos custos (+ 47%) quer do lado dos proveitos (-48%).

Da estrutura dos custos extraordinários sobressai o valor registado em correcções relativas a exercícios anteriores, que atinge um aumento de 186% relativamente ao transacto ano, fundamentadamente explicado pela contabilização do montante de 2.170.000 €, referente ao subsídio à exploração concedido à empresa Municipal Maimbiente no exercício de 2008 na alçada do contrato de gestão outorgado em 06/11/2008 entre o Município da Maia a aquela empresa, cuja eficácia, dependente que esteve da obtenção de visto prévio do Tribunal de Contas, concedido em 18/06/2009, determinou o reconhecimento do custo apenas em 2009,

Na estrutura dos proveitos e ganhos a principal influência para o decréscimo verificado em 2009 proveio dos ganhos em imobilizações, com um abatimento de (-) 5.504.529 €, já que, além dessa rubrica e dos benefícios de penalidades contratuais, as demais ostentam variações aumentativas.

Convém referir que em 2008 foram contabilizados em ganhos em imobilizações importâncias avultadas, não só das mais-valias referentes à constituição do Fundo de Investimento Imobiliário Fechado “Maia Imo” (2.194.250 €), como também de outras importâncias legitimadas através da celebração de escrituras públicas, aludindo-se concreta e significativamente a uma permuta de prédios urbanos sitos na Rua Padre António, na Freguesia da Maia e à venda em hasta pública do Pólo de Serviços Públicos.

Diferencia-se a redução de amortizações e provisões, no total de 574.521 €, imputando-se 463.257 € à redução das provisões para cobrança duvidosa, para o que muito terá contribuído o pagamento em 2009 dos débitos da empresa Portgás – Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A., e 111.264 € à redução das provisões para investimentos financeiros, por motivo de recuperação do preço de mercado das unidades dos fundos de investimento imobiliários oportunamente constituídos pelo Município.

The background features a large, abstract graphic composed of several overlapping grey shapes. A prominent white curved line sweeps across the middle. The year '2009' is printed in large white digits on a dark grey rectangular base. The right side of the page is a solid blue vertical band.

2009

**NOTAS AO PROCESSO ORÇAMENTAL
E RESPECTIVA EXECUÇÃO**

maia
CÂMARA MUNICIPAL

8.3 – NOTAS AO PROCESSO ORÇAMENTAL E RESPECTIVA EXECUÇÃO

NOTA 8.3.1 – MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO

Ao longo do exercício económico de 2009 foram concretizadas dezassete modificações (dezasseis alterações e uma revisão) ao Orçamento, cujos documentos se anexam, as quais se sintetizaram em:

- Dezasseis alterações ao Orçamento da Despesa;
- Quinze alterações ao Plano Plurianual de Investimentos;
- Quinze alterações ao Plano de Actividades Mais Relevantes;
- Duas alterações ao Orçamento da Receita;
- Uma Revisão, ao Orçamento da Receita, para a inserção da rubrica de classificação económica 15.01.01 – Reposições Não Abatidas nos Pagamentos.

NOTA 8.3.2 – MODIFICAÇÕES AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

No que respeita ao Plano Plurianual de Investimentos, assim, como ao Plano de Actividades Mais Relevantes, foram efectuadas 15 alterações na gerência em análise.

NOTA 8.3.6 – ENDIVIDAMENTO

(páginas 162 a 173 dos Anexos Documentais – Volume II).

